

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP**

Eugênia Bridget Gadelha Figueiredo

**É doce morrer no mar?
Análise psicossocial do *ingenium* da pesca artesanal**

Doutorado em Psicologia Social

**São Paulo
2018**

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP**

Eugênia Bridget Gadelha Figueiredo

**É doce morrer no mar?
Análise psicossocial do *ingenium* da pesca artesanal**

Doutorado em Psicologia Social

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Psicologia Social sob a orientação da Profa. Dra. Bader Burihan Sawaia.

**São Paulo
2018**

Banca Examinadora

Dedico este trabalho a todos os homens e mulheres que viveram para combater as injustiças sociais, morreram defendendo o direito das minorias e também aqueles que continuam se arriscando. Pois, infelizmente, o Brasil é o país que contabilizou o maior número de assassinatos de defensores de direitos humanos e socioambientais no mundo.

Meu sincero e profundo agradecimento ao povo brasileiro que,
através do CNPq, tornou possível essa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Dizer que não teria conseguido sozinha realizar este trabalho é a mais pura verdade. Mas agradecer a contribuição de todos não é suficiente para contemplar algumas pessoas que acolheram a iniciativa e compartilharam momentos de alegria, dúvidas e tristeza. Por isso, gostaria de nomear algumas dessas pessoas e grupos.

Agradeço aos pescadores e pescadoras da Pedra do Sal e de Bitupitá pelo acolhimento, pelo aprendizado compartilhado e pelos momentos de encantamento que passamos juntos, sonhando com um mundo melhor, mais justo e igualitário.

Agradeço à minha família, em especial minha mãe, pelo incentivo e carinho que me dedicaram ao longo dessa jornada. Sem vocês tudo teria sido mais árduo.

Agradeço ao meu companheiro Francisco das Chagas Martins de Oliveira pelo seu apoio no papel de assistente de pesquisa e seu amor que tanto me amparou nesse processo.

Agradeço à minha orientadora Bader Burihan Sawaia, cuja generosidade acadêmica nunca bloqueou questionamentos. Seu compromisso com o trabalho sempre me deu força para seguir em frente, e a qualidade das intervenções me fizeram mais curiosa. Devo dizer, ainda, que antes mesmo de somarmos esforços neste projeto, eu já nutria por suas ideias uma enorme admiração e respeito.

Agradeço ao NEXIN pela possibilidade de construção coletiva de conhecimentos, pelo acolhimento e contribuições para pesquisa. Também pela força das amizades forjada nos nossos encontros.

Agradeço aos amigos: Emyllio Silva, pelo incentivo, pela confiança, pela cumplicidade nos momentos críticos que passamos e vencemos juntos, pelo cuidado que sempre teve comigo; Dilson Wrasse, pelos debates qualificados, pela composição política que tanto nos fortaleceu e nos fortalece, pela amizade sincera e pelos momentos de descontração no escritório que tornaram mais leve a caminhada; Marlito, que com seu bom humor de cearense e seus conhecimentos filosóficos afastou alguns esqueletos do meu armário, apresentou-me Espinosa e dividiu conosco seu enorme apreço pelo conhecimento e pela liberdade. Agradeço também Elisa, Flavinha, Cinara, Ju, Diana, Kelly e Aline, pelas injeções de ânimo, pela composição que tanto nos fortaleceu, pelo carinho e pela confiança que sempre me dedicaram.

Por fim, agradeço aos professores e funcionários da PUC-SP que nunca pouparam esforços em facilitar e enriquecer este processo, em especial aos mestres amigos Carmem Junqueira, Odair Furtado, Maria do Carmo Guedes e à incansável Marlene. Meus sinceros agradecimentos também a Eda Tassara (USP) e Lavínia Magiolino (UNICAMP), que tanto contribuíram para o aprimoramento das ideias defendidas neste percurso.

MUITO OBRIGADA!!!

RESUMO

FIGUEIREDO, Eugênia Bridget Gadelha. **É doce morrer no mar? Análise psicossocial do *ingenium* da pesca artesanal.** 2018. 175 f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

Este trabalho versa sobre as possibilidades e desafios postos à práxis psicológica nos contextos de desigualdade social. Elegemos as dinâmicas psicossociais que organizam a vida das comunidades de pescadores artesanais, especialmente aquelas expressas em situações de conflitos socioambientais, como campo analítico da conformação de um modo de vida particular; e direcionamos nosso olhar para os possíveis caminhos de transformação das relações sociais promotoras de sofrimento psíquico de natureza ético-política. Nessa perspectiva, nosso objetivo maior é a criação coletiva de trilhas para o fortalecimento sociopolítico desses grupos humanos, historicamente ameaçados, explorados, inferiorizados, espoliados e, portanto, submetidos a um sofrimento que os impede de expandir sua potência de vida, os coloca na servidão e que só pode ser superado na esfera do comum. Propomos como unidade analítica da dimensão psicossocial o *ingenium* pensado a partir do conceito de Espinosa, que aponta para a organização de uma unidade psicossocial, sempre atualizada nos encontros, fundamentada na produção de afetos, na imaginação e no costume. Essa unidade é responsável pelas configurações sociopolíticas e afetivas dos diferentes modos de vida em relação e é base para a política. Tomamos como recorte de pesquisa duas comunidades de pescadores artesanais, em um estudo comparativo ancorado na Pesquisa-Ação-Participante, tomando como principais instrumentos de pesquisa: a vivência nas comunidades, registradas em diário de campo; as entrevistas semidirigidas; e a cartografia social. Nossas análises se fundamentaram nos núcleos de significação postos e (re)afirmados nas narrativas e vivências, e nos mostraram que: i) os conflitos socioambientais contribuem de forma efetiva para a configuração de *ingeniums* organizados em torno de afetos tristes indutores de sofrimento psíquico e que colaboram para a manutenção do fraco poder político desses grupos; ii) esses mesmos afetos, no entanto, podem (re)produzir espaços de resistência e transformação das relações de poder instituídas — para isso, do ponto de vista psicossocial, é preciso superar os *ingeniums* (cristalizados no costume) a partir de suas próprias leis; iii) esse processo precisa ser preenchido pelo sentimento do comum, afeto mais potente para garantir o aprimoramento das relações sociopolíticas e afetivas. Por fim, nossas análises apontaram o trabalho artesanal como território de afetação comum que mais pode potencializar esse processo de superação, pois está fundamentado na ética-estética da arte radicalmente orientada pela ideia de liberdade e, no caso dos pescadores artesanais, expressa-se como resistência ao trabalho alienado, além de alimentar redes de sociabilidade mais simétricas e uma lógica de preservação dos ciclos naturais da vida que não permite uma completa diferenciação entre homem e natureza.

Palavras-chave: práxis psicossocial; desigualdade social; afetividade; pesca artesanal.

ABSTRACT

FIGUEIREDO, Eugênia Bridget Gadelha. **Is it sweet to die at sea? Psychosocial analysis of the ingenium of artisanal fishing.** 2018. 175 p. Thesis (Ph.D.). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

This thesis deals with the possibilities and challenges posed to psychological praxis in contexts of social inequality. We choose the psychosocial dynamics that organize the life of communities of artisanal fishermen, especially those expressed in situations of social and environmental conflicts, as an analytical field of the conformation of a particular way of life and direct our analysis to the possible means of transformation of social relations that promote suffering of ethical-political nature. In this perspective, our main objective is the collective creation of ways for the socio-political strengthening of these human groups, historically threatened, exploited, plundered and, therefore, subjected to situations that prevents them from expanding their potency of life, put them into servitude and that can only be surpassed in the sphere of the common. We propose as an analytical unit of psychosocial dimension *ingenium* thought from the concept of Espinosa which points to the organization of a psychosocial unit, always updated in the encounters, based on the production of affection, imagination and customs. This unit is responsible for the sociopolitical and affective settings of the different ways of life and the basis for politics. We took as a research subject, two communities of artisanal fishermen, in a comparative study anchored in Participation-Action Research, taking as main research instruments the experience in communities, recorded in field diaries, semi-structured interviews and social cartography. Our analyzes were based on the signification (re) affirmed in the narratives and experiences and showed us that: i) socio-environmental conflicts contribute in an effective way to the configuration of *ingeniums* organized around negative affections inducing psychic suffering and that collaborate for the maintenance of the weak political power of these groups; ii) these same affections, however, may (re) reproduce spaces of resistance and transformation of the relations of power, for this, from the psychosocial point of view, it is necessary to overcome the *ingeniums* (crystalized in the customs) from their own laws ; iii) this process needs to be filled by the feeling of the common and more powerful affection in order to ensure the improvement of sociopolitical and affective relations. Finally, our analysis pointed to artisanal work as a territory of common affection that can further enhance this process of overcoming, since it is based on ethics-aesthetics of art radically oriented by the idea of freedom and in the case of artisanal fishermen is expressed as resistance to alienated work; feeds more symmetrical networks of sociability and a logic of preservation of the natural cycles of life that does not allow a complete differentiation between man and nature.

Keywords: psychosocial praxis; social inequality; affectivity; artisanal fishing.

RESUMEN

FIGUEIREDO, Eugênia Bridget Gadelha. **¿Es dulce morir en el mar? Análisis psicosocial del ingenium de la pesca artesanal.** 2018. 175 p. Tesis (Ph.D.). Pontificia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

Este trabajo versa sobre las posibilidades y desafíos puestos a la praxis psicológica en los contextos de desigualdad social. Elegimos las dinámicas psicosociales que organizan la vida de las comunidades de pescadores artesanales, especialmente aquellas expresadas en situaciones de conflictos socioambientales, como campo analítico de la conformación de un modo de vida particular y dirigimos nuestra mirada hacia los posibles caminos de transformación de las relaciones sociales promotoras de sufrimiento psíquico de naturaleza ético-política. En esta perspectiva, nuestro objetivo mayor es la creación colectiva de vías para el fortalecimiento sociopolítico de esos grupos humanos, históricamente amenazados, explotados, inferiores, expoliados y, por lo tanto, sometidos a un sufrimiento que les impide expandir su potencia de vida, y que sólo puede ser superado en la esfera de lo común. Proponemos como unidad analítica de la dimensión psicosocial el *ingenium* pensado a partir del concepto de Spinoza el cual apunta a la organización de una unidad psicosocial, siempre actualizada en los encuentros, fundamentada en la producción de afectos, imaginación y en los costumbres. Esta unidad es responsable por las configuraciones sociopolíticas y afectivas de los diferentes modos de vida en relación y la base para la política. Tomamos como recorte de investigación dos comunidades de pescadores artesanales, en un estudio comparativo anclado en la Investigación-Acción-Participante tomando como principales instrumentos de investigación la vivencia en las comunidades, registradas en el diario de campo; las entrevistas semidirigidas y la cartografía social. Nuestros análisis se fundamentaron en los núcleos de significación puestos y (re)afirmados en las narrativas y vivencias y nos mostraron que: i) los conflictos socioambientales contribuyen de forma efectiva a la configuración de *ingenia* organizados en torno a afectos tristes inductores de sufrimiento psíquico y que colaboran para el mantenimiento del débil poder político de esos grupos; ii) esos mismos afectos, sin embargo, pueden (re)reproducir espacios de resistencia y transformación de las relaciones de poder instituidas, para eso, desde el punto de vista psicosocial, hay que superar los *ingenia* (cristalizados en la costumbre) a partir de sus propias leyes; iii) este proceso necesita ser llenado por el sentimiento del común, afecto más potente para garantizar el perfeccionamiento de las relaciones sociopolítica y afectiva. Por último, nuestros análisis apuntaron el trabajo artesanal como territorio de afectación común que más puede potenciar ese proceso de superación, pues está fundamentado en la ética-estética del arte radicalmente orientada por la idea de libertad y en el caso de los pescadores artesanales se expresa como resistencia al trabajo alienado; alimenta redes de sociabilidad más simétricas y una lógica de preservación de los ciclos naturales de la vida que no permite una completa diferenciación entre hombre y naturaleza.

Palabras clave: praxis psicosocial; desigualdad social; afecto; pesca artesanal.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Áreas de Preservação Permanente
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CNP	Confederação Nacional dos Pescadores
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
DCP	Divisão de Caça e Pesca
DST	Doença Sexualmente Transmissível
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FIOCRUZ	Fundação Osvaldo Cruz
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMbio	Instituto Chico Mendes
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MA	Ministério da Agricultura
MAB	Movimento de Atingidos por Barragens
MCG	Mudança Climática Global
MP	Ministério Público
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPP	Movimento de Pescadores e Pescadoras
NASF	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
ONG	Organização Não-Governamental
PAP	Pesquisa-Ação-Participante
PESCART	Plano de Assistência à Pesca Artesanal
PETROBRAS	Empresa Brasileira de Petróleo
PNDP	Plano Nacional de Desenvolvimento Pesqueiro

PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PRODETUR-NE	Programa de Desenvolvimento de Turismo no Nordeste
RESEX	Reservas Extrativistas
RGP	Registro Geral da Atividade Pesqueira
RIMA	Relatório de Impacto no Meio Ambiente
SEAP	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SEMAR	Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SUDEPE	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
TMC	Transtornos Mentais Comuns
UBS	Unidade Básica de Saúde
UC	Unidade de Conservação
UFPI	Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. PERCURSO METODOLÓGICO	26
2.1 A PESQUISA-AÇÃO-PARTICIPANTE	27
2.2 O CONTEXTO DE CONSTRUÇÃO DA INVESTIGAÇÃO EM CURSO.....	29
2.3 AS FERRAMENTAS	32
3. TRAÇOS E ITINERÁRIOS DA PESCA ARTESANAL NO BRASIL.....	36
3.1 COMUNIDADES TRADICIONAIS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: DE QUEM E DE QUE ESTAMOS FALANDO?	36
3.2 A PESCA ARTESANAL NO CONTEXTO BRASILEIRO	42
3.2.1 <i>O turismo</i>	56
3.2.2 <i>Energia Eólica: “energia limpa”?</i>	61
4. E A PSICOLOGIA COM ISSO?.....	66
4.1 <i>INGENIUM</i> : AFETO, IMAGINAÇÃO E COTIDIANIDADE	71
4.2 O SENTIMENTO DO COMUM: AFETO REVOLUCIONÁRIO?	92
5. OS CENÁRIOS DE PESQUISA: A HISTÓRIA (RE)CONTADA.....	97
5.1 PIAUÍ E CEARÁ: BERÇOS DO DELTA DO PARNAÍBA.....	97
5.2 A PEDRA DO SAL (PI).....	105
5.3 BITUPITÁ (CE)	120
6. NO BANZEIRO DA VIDA: A CONSTRUÇÃO DO <i>INGENIUM</i> DA PESCA ARTESANAL .	132
6.1 AS RELAÇÕES ENTRE OS HOMENS DO MAR NA PESCA ARTESANAL	138
6.2 A ÉTICA/ESTÉTICA DA PESCA ARTESANAL: HOMENS LIBERTOS?	141
6.3 PESCADOR ENTRE O MAR E O ANZOL	147
6.4 A IDEIA DE DIREITO À TERRA E ÀS ÁGUAS COMO ELEMENTO UNIFICADOR DAS AÇÕES DE RESISTÊNCIA.....	152
6.4.1 <i>De morador a forasteiro: sob os auspícios da lei</i>	152
6.4.2 <i>O mar é outra terra</i>	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	165

1. INTRODUÇÃO

*[...] quando um se junta com outro não forma um, entende?
Cada um vira dois! E aí a gente fica maior, com força.*

(Mestre Dino)

Este estudo nasce de uma composição de corpos e ideias que intenta ampliar a compreensão da evolução e dos desdobramentos da desigualdade/injustiça social, especialmente aqueles expressos nas dinâmicas dos conflitos socioambientais que envolvem as comunidades tradicionais de pescadores artesanais, afetando as relações comunitárias, de trabalho, com o território, consigo mesmo e com os demais. Portanto atingindo também a composição psicossocial.

Nossa pretensão é vislumbrar caminhos de enfrentamento do sofrimento ético-político¹ e de degradação ambiental que produzem tristeza, morte e despotencialização de vidas, gerados nos movimentos sociopolíticos destrutivos impostos pelo capital e sustentados no plano psicossocial. Sawaia nos brinda com a categoria analítica “sofrimento ético-político”, que ela assim define:

Trata-se do sofrimento/paixão, gerado nos maus encontros caracterizados por servidão, heteronomia e injustiça, sofrimento que se cristaliza na forma de potência de padecimento, isto é, de reação e não de ação, na medida em que as condições sociais se mantêm, transformando-se em um estado permanente de existência. (SAWAIA, 2009, p. 370).

É, portanto, um sofrimento que tem como causa as afetações produzidas nas/pelas relações injustas, desiguais. Com todas as vênias, perseguimos um antídoto para esse sofrimento, muitas vezes silencioso, que enfraquece o sentimento do comum, a potência de vida e, conseqüentemente, o poder de luta de pessoas e grupos. No nosso caso, de duas comunidades de pescadores artesanais do litoral nordestino. O esforço justifica-se pela agudeza do processo histórico de submissão vivenciado por essas comunidades, em grande medida, capitaneado pelo Estado brasileiro; pela ameaça real aos ecossistemas necessários à reprodução das diversas

¹ Categoria bastante difundida na Psicologia Social para estudar a dialética do processo de exclusão/inclusão social a partir da dimensão ético-político-afetiva. Para maior aprofundamento ver: SAWAIA (2011, p. 99-119).

formas de vida e pela pouca atenção dada pela psicologia a esse corpo sociopolítico ameaçado e diminuído que teima, naturalmente, em resistir.

Desde a década de 1990, intensificam-se no nordeste brasileiro (região historicamente já marcada pela extrema desigualdade) as atividades de exploração turístico-imobiliária, a produção de energia eólica, a exploração de gás e petróleo, a carcinicultura, a pesca industrial, entre outras atividades que expropriam os pescadores, privatizando áreas ancestrais comuns e lhes negando o direito de autorregulação de si e de seus territórios. Não se trata de colocar em primeiro plano o direito de uma minoria em detrimento do direito de todos de beneficiar-se dos recursos naturais disponíveis; muito menos de adotar uma visão ingênua de permanência saudável em um passado bucólico. Mas de denunciar um projeto guiado pela lógica do lucro máximo, que submete pessoas e ecossistemas promovendo sofrimento, destruição e morte.

Não é novidade para ninguém que vivemos em um mundo extremamente desigual, onde apenas 1% da população detém a maior parte da riqueza material e imaterial produzida pelos trabalhadores (BRASIL, 2017). O fosso é monumental! E não é contingente, mas forjado dentro de um sistema de produção que se alimenta dessas desigualdades, da degradação ambiental, do medo e da tristeza que desmobiliza e apequena a vida.

Segundo Mészáros (1989), o processo de produção destrutiva, engendrado na contemporaneidade nas sociedades capitalistas, aponta para a necessidade que a produção econômica tem de que as esferas ecológica, social e psicológica se degradem em benefício da manutenção da acumulação de capital. Essa necessidade posta configura movimentos que operam, em um estado limítrofe de tensão, a destruição das reservas naturais pela técnica, o esfacelamento das seguranças sociais no campo político e dos vínculos humanos na dimensão psicossocial.

São movimentos que têm dado contornos diferenciados aos processos de exclusão/inclusão das chamadas comunidades tradicionais — que dependem, quase que exclusivamente, dos recursos naturais de seus territórios para (re)produção econômica, social, cultural e subjetiva. Tais comunidades, invariavelmente, ficam expostas aos efeitos da degradação ambiental provocada em nome do desenvolvimento, configurando o que alguns autores têm denominado de injustiça ambiental, que ocorre quando:

[...] grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território se enfrentam, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis — transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos — decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (ACSELRAD, 2010, p. 26).

A noção de justiça ambiental é resultante “de uma apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social” (ACSELRAD, 2010, p. 6), e denuncia os efeitos nocivos desse modelo de produção e desenvolvimento, pois não atingem a todas as classes sociais da mesma forma: os países periféricos, as populações rurais e os pobres são os mais afetados. Quanto aos elementos motivadores desses conflitos, reconhece-se que estão, em geral, ligados à defesa dos direitos territoriais e modos de vida:

[...] o conflito eclode quando o sentido e a utilização de um espaço ambiental por um determinado grupo ocorrem em detrimento dos significados e usos que outros segmentos sociais possam fazer de seu território, para com isso, assegurar a reprodução do seu modo de vida. (ZHOURI et al., 2008, p. 18).

Assim, as relações de classe são postas em evidência para denunciar a injustiça, o sofrimento e a impossibilidade de uma vida digna de grande parcela da população brasileira. O conceito de injustiça ambiental se coloca também como contraponto ao discurso e à prática ambientalista atolados na racionalidade técnica, que afasta de seu escopo análises sociopolíticas e econômicas indispensáveis à compreensão dos conflitos estabelecidos. Segundo Silva, M. G.:

O discurso ambientalista, ainda quando formula a crítica ao produtivismo, não o apreende como lógica intrínseca ao modo capitalista de produzir. Ao separar capitalismo e produtivismo, deixa de agarrar as determinações da questão ambiental e promove o fetiche da possibilidade de edificação de uma sociedade de “capitalismo limpo”. (2015, p. 54).

As saídas adotadas e a complacência dos Estados contribuem para a continuidade da depredação maciça do planeta, desproporcional ao engatinhar das políticas ambientais que, além de fragmentadas, não atingem o cerne do problema, qual seja, os próprios padrões capitalistas de produção e consumo em contradição com os sistemas e tempos de autorregulação da Natureza, dos seres humanos. Sabemos que a crise ecológica se apresenta associada a uma crescente insatisfação com os rumos da condição social de grande parte da humanidade ligada à

incapacidade dos sistemas econômicos de garantirem produção e dignidade numa mesma proporção, apesar do incremento tecnológico, e na crescente produção de infelicidade, associada à heteronomia, ao consumo e à miséria. Mas, se estamos insatisfeitos com os rumos das relações humano-ambientais, por que não conseguimos virar o jogo? E, o que é ainda pior, por que os conflitos estão se agravando?

Estudo realizado por pesquisadores da Fiocruz (2017) desenvolveu um mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e de saúde no Brasil. O mapa nos traz um panorama dos efeitos dessas dinâmicas que compõem o processo de produção destrutiva, tendo registrado 571 focos de conflitos socioambientais no território nacional e apontado dados relevantes, dentre os quais: i) quase metade (48,81%) dos casos de conflitos socioambientais estão concentrados em áreas rurais;; ii) cerca de 70% atingem diretamente as comunidades denominadas tradicionais; iii) 58% desses conflitos são causados pela atuação de entidades governamentais; iv) e 65,80% têm como principal elemento gerador a alteração no uso e manejo dos recursos naturais e na ocupação do território. Os impactos negativos mais frequentes na saúde dessas comunidades, apontados no mapa, são: “violência, insegurança alimentar e nutricional, redução da qualidade de vida” (FIOCRUZ, 2017, online). Tais impactos são diretamente ligados à degradação dos recursos naturais do território e aos vínculos comunitários.

Não estamos, portanto, diante de acontecimentos simples, isolados, espontâneos ou despreziosos; e muito menos restritos a algumas áreas e populações culturalmente diferenciadas ou ignorantes. A ameaça a grupos como indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, dentre outros — que somam cerca de 5 milhões de pessoas e ocupam $\frac{1}{4}$ do território nacional (ZIMMERMANN, 2009) — compromete até mesmo a ficção de sustentabilidade montada sob o domínio técnico-científico de exploração controlada da natureza dentro do sistema capitalista de produção.

Essas dinâmicas nos impõem a necessidade de análise das formas de organizações produtivas presentes em nossa realidade para que possamos apostar em lógicas delineadoras de cotidianidades que respeitem a expressão, a manutenção e o desenvolvimento das diversas formas de vida humana. As comunidades de pescadores artesanais, sujeitos dessa pesquisa, nos permitem observar o movimento atual dessas dinâmicas em uma população que, historicamente, apresenta um modo

(re)produtivo diferenciado daqueles inteiramente vinculados ao sistema de produção capitalista e às normativas neoliberais. Convivem em um mesmo espaço/tempo: uma organização produtiva que ainda se encontra baseada em laços de pertencimento, cooperação e confiança; e outra hegemônica e autofágica, que se impõe com toda violência possível sobre a primeira e sobre os ecossistemas necessários à vida de todos, em nome da regra do lucro máximo.

Essas comunidades em transformação constituem sistemas complexos, com múltiplas interações sociais, ecossistêmicas e implicações teóricas e metodológicas. Quando as transformamos em objeto de análise, demandando-nos uma abordagem interdisciplinar que permita combinar os fatos naturais, as realidades socioeconômicas, a práxis política e a vida afetiva no seio de um mesmo esforço de compreensão das transformações no cotidiano dessa classe trabalhadora que vem configurando novos espaços e territórios subjetivos.

Acontece que os conflitos estruturais e estruturantes dessas dinâmicas são quase inteiramente negligenciados nas análises psicológicas que, historicamente, têm privilegiado a busca pela homeostase, o equilíbrio, a eliminação dos conflitos em uma perspectiva: funcionalista; a-histórica (que não reconhece as diferenças de classe); e individualizante (buscando sempre descobrir as melhores formas de domínio do que pode o corpo e do que afeta a mente tendo em vista a máxima capacidade produtiva).

Um dos resultantes mais visíveis dessa perspectiva hegemônica na psicologia é o número reduzido de produções sobre desigualdade social e suas múltiplas expressões e desdobramentos, em especial aqueles expressos no contexto socioambiental. Por isso, acreditamos que é necessário continuarmos a fortalecer e aprofundar os campos de estudo sobre o tema, ampliando nossas categorias de análise, bem como o exercício da interdisciplinaridade na produção de uma práxis transformadora da realidade injusta e degradante.

Optamos, pois, por uma análise psicossocial dos conflitos socioambientais, destacando como categoria central a afetividade, na perspectiva ético-política de Espinosa. Primeiro porque acreditamos que são os afetos a força motriz de (re)produção da vida e, portanto, não podemos perder de vista a mobilização de novas disposições afetivas nas relações de trabalho, nas relações familiares, comunitárias, religiosas, com a natureza, território, etc. — uma vez que estas são fundamentais tanto para o funcionamento da máquina capitalista, quanto para a afirmação de outras lógicas existentes e por vir.

Segundo, porque o estudo dos afetos, em especial na psicologia, continua obedecendo a lógica do controle e da dominação destes por uma razão contingente e voluntarista. Tal lógica — fundada nas cisões corpo-mente, razão-emoção, subjetividade-objetividade, social-psicológico — orienta a compreensão da dimensão psicossocial e condiciona uma práxis igualmente controladora, limitada, normativa e a-histórica (FOUCAULT, 2001).²

Ao colocarmos como ferramenta de busca a palavra *psicossocial* na base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), 241 artigos (n=241) foram relacionados. Destes, selecionamos alguns grupos. Vimos que 121 se referiam aos estudos em saúde mental (50,2% da produção), sendo estes majoritariamente voltados à *atenção psicossocial* nos serviços de saúde, com destaque para avaliação das práticas em saúde mental e análise das estratégias utilizadas para organizar a assistência aos portadores de sofrimento psíquico. Isso nos indica uma preocupação com o campo de práticas de cuidado em saúde mental, porém ainda bastante circunscrita no campo técnico.

Em segundo lugar, estão 40 trabalhos que se referem aos *impactos psicossociais* de representações sociais ligadas a morbidades, estigmas produzidos, (re)inserção social de pacientes, comportamentos de risco, vulnerabilidade e qualidade de vida de portadores de doenças crônicas, priorizando o campo comportamental.

Para além da área da saúde, encontramos: 16 estudos relacionados ao trabalho; 11 relacionados à área da educação; e apenas 1 que relaciona *fatores psicossociais* às questões socioambiental e de desigualdade. O que nos motiva ainda mais a empreender o esforço de delinear a nossa compreensão desta dimensão dentro do contexto da pesquisa.

Outro elemento que merece atenção é que, a partir da análise dos resumos dos 241 artigos, foi possível identificar a diversidade de sentido do termo psicossocial. Os sentidos mais frequentes são: i) como construto teórico-prático (abordagem psicossocial) cuja ênfase está na articulação de aspectos sociais e psíquicos na

² Aqui cabe uma digressão! Rápida consulta à base Scientific Electronic Library Online (SciELO), realizada no dia 12 de dezembro de 2017, revelou a amplitude do termo psicossocial e a diversidade de sentidos a ele atribuídos. Imprecisão conceitual? Pode ser. Em grande parte, derivada do dualismo cartesiano e do projeto de modernidade que impõe à ciência psicológica, especialmente, o objetivo de descrever e controlar pensamentos, desejos e comportamentos com a intenção de fortalecer os processos de acumulação do capital e manutenção do status quo (PARKER, 2014). Mas esse é apenas um ponto para debate que não será possível aprofundar neste momento.

produção do processo saúde-doença-cuidado; ii) como campo de interseção entre sujeito, comunidade e instituições, um *campo de práticas* potente para viabilizar a construção de estratégias inclusivas (reabilitação psicossocial) e de desinstitucionalização; iii) conjunto de elementos presentes nos comportamentos individuais e coletivos que geram indicadores a serem levados em consideração no processo saúde-doença-cuidado (fatores e aspectos psicossociais).

Paiva, V. S. F. (2013) realizou uma revisão crítica da literatura sobre os usos e sentidos do termo psicossocial em periódicos brasileiros e ressaltou, entre outros aspectos, que:

Entre os artigos disponíveis na literatura mais acadêmica, poucos definem precisamente o sentido do termo psicossocial ou do domínio psicossocial a se abordar. Mais raramente ainda, essa literatura dedica-se a descrever a intimidade dessas práticas e os detalhes dos processos de trabalho que poderiam ser adotados nessa direção. (PAIVA, V. S. F., 2013, p. 534).

A diversidade de sentidos (ou imprecisão conceitual) nos chamou atenção e nos levou à (re)afirmação da influência da visão cartesiana de homem e sociedade na produção científica. Pois, apesar da retirada dos hifens que representavam as cisões operadas entre as dimensões biológica, psíquica e social na definição do ser humano, os fatores psicossociais:

[...] não perderam o status de variável independente, cujo efeito pode ser anulado ou controlado, transformando-se em dimensões constitutivas da saúde, que ainda é concebida como um fenômeno *hard*, com leis próprias que são alteradas e afetadas contingencialmente por agentes externos ao organismo, que tanto podem ser bacteriológicos e microrgânicos quanto psicossociais e culturais, pois todos são inscritos na categoria “fatores ambientais”. (SAWAIA, 2003, p.86).

Assim, não podemos nos afastar de uma costura ontoepistemológica, pois:

Toda reivindicação de conhecimento tem por pressuposto uma ideia, por geral que seja, da constituição do objeto do qual se reclama conhecimento. Em consequência, impugnar a ontologia significa adotar de forma acrítica concepções substantivas sobre o mundo. Por contraste, admitir o caráter incontornável da ontologia implica a necessidade de investigar as concepções que fundam nossas ideias e as práticas que elas facultam. (DUAYER; ESCURRA; SIQUEIRA, 2013, p.16).

Devemos, portanto, assinalar em qual núcleo de conhecimento no campo das psicologias nos inserimos. O objetivo é promover a melhor compreensão possível de nossa caminhada de pesquisa e contribuir com uma práxis psicossocial crítica que se distancie do cartesianismo, biologicismo e psicologismo. Isso porque esses modelos não atendem às exigências do nosso objeto e objetivos.

Também buscamos com isso fortalecer o desejo de produção de um saber/fazer militante, capaz de provocar mudanças no pensar, sentir e agir necessárias para a superação da extrema desigualdade à qual encontra-se submetida grande parcela da população mundial. Pode-se citar, sobretudo, as comunidades tradicionais no Brasil. Essa superação exige esforços constantes para a produção de saberes e práticas que se atualizem a cada encontro com as lutas populares. Como nos lembra Vasconcelos, E. M. (2009, p. 152):

A inserção na luta social e política popular democrática nos exige sempre buscar níveis cada vez mais profundos de engajamento e de sua respectiva sustentação teórica, conhecendo o corpo do conhecimento que o sustenta, particularmente no campo dos movimentos sociais, das lutas populares e de suas implicações em política social.

Essa necessidade de investigar nossas concepções e afirmar nossa posição política nos levou a refutar a dimensão psicossocial. Primeiro, como área de interseção entre os aspectos psíquicos e sociais, pois essa imagem nos leva a pensá-la como constituída e constituinte de dimensões que só se encontram em determinadas áreas de um plano. Segundo, como uma soma de fatores que se correlacionam, retas paralelas que jamais se encontram, apenas se influenciam gravitacionalmente.

Queremos apresentá-la como *ingenium*! A expressão vem do latim e comumente é usada como sinônimo de temperamento, gênio ou inteligência. Mas Espinosa amplia esse sentido, atribuindo-lhe o significado de processo de compleição dos seres singulares e coletivos. É verdade que o filósofo trabalha com a noção de singularidade dos seres, mas essa noção está longe de assinalar o individualismo como imperativo constitutivo do humano. Pelo contrário, todo seu empenho está em apontar uma singularidade que se põe e se afirma na intercorporeidade, nas relações travadas com outros corpos tendo como força propulsora os afetos e a imaginação e como desejo originário o *conatus*, desejo de perseverar na existência.

O poder de afetar e ser afetado por outros corpos e as imagens dessas afetações se expressam no movimento de objetivação/subjetivação (em um constante processo de atualização do cotidiano e de si mesmo) e produzem traços comuns nos corpos e nas produções ideativas. Para Chantal Jaquet:

Em Espinosa *ingenium* designa os traços característicos duráveis ligados aos hábitos de pensamento, ao modo de vida, à história, que fazem reconhecer um indivíduo ou um povo, distinguindo-o dos outros. O engenho é um conceito que não se aplica somente a um indivíduo, mas a um povo, a uma nação. (JAQUET, 2011, p. 33).

Segundo Marcín (2008, p. 256), em um indivíduo o *ingenium* na ótica espinosista:

[...] é a determinação das leis da imaginação em um ser humano existente, conformada pela maneira como há vivido física e mentalmente[...] se refere a biografia de cada pessoa que se realiza de um modo particular.

Em um povo:

[...] a análise espinosana das relações sociais conta com o conceito de *ingenium* para referir-se a distintos seres humanos enquanto coincidem a suas opiniões e afetos, com os quais podem compreender as propriedades, imagens e afetos que compartilham e que os mantêm coesos. Portanto, podemos analisar as idiosincrasias. (MARCÍN, 2008, p. 257).

Hábitos de pensamento e modos de vida comum, seguindo a trilha de Espinosa, só existem quando e porque somos efeitos singulares de uma mesma causa. O princípio da causalidade imanente é, portanto, basilar para essa compreensão e o abordaremos no momento oportuno. Seguindo essa perspectiva, a identificação do traçado que delinea territórios de afetações comuns, potentes ou não para o fortalecimento do *conatus*, é essencial para entendermos os *ingeniuns* forjados nas/pelas cotidianidades.

Acreditamos que esses territórios de afetações e imagens compartilhadas podem aumentar o poder do *conatus* quando reafirmam e potencializam o sentimento do comum, afeto que reconhece e faz valer o estatuto de humanidade/igualdade de potência entre os homens e sua condição imanente de ser social (universalidade ética). Fortalecendo esse sentimento, fortalecemos a cada um e a todos. E isso é o

que consideramos ser o grande objetivo de uma práxis psicossocial, principalmente em áreas de conflitos e desigualdades, pois:

A preocupação com a potencialização de cada um e da coletividade derruba a fronteira artificial entre a universalidade ética e a particularidade do desejo de cada um, e entre o coletivo e o individual. (SAWAIA, 2001, p. 115).

Chamaremos, então, de *ingenium* uma determinada engrenagem psicossocial que tem como amalgamas os afetos, a imaginação e a cotidianidade reguladora de encontros entre seres que compartilham as mesmas propriedades, são efeitos singulares de uma mesma causa e que podem compor um corpo ora forte ora fraco, dependendo da qualidade dos encontros. Isso é possível porque, como nos apresenta Sawaia (2001, p. 101), “Espinosa apresenta um sistema de ideias onde o psicológico, o social e o político se entrelaçam e se reverterem uns nos outros, sendo todos eles fenômenos éticos e da ordem do valor”.

Nessa perspectiva, elegemos como objetivo geral: contribuir para o desenvolvimento de uma práxis psicossocial voltada para a superação do sofrimento ético-político e para o fortalecimento do sentimento do comum nas comunidades tradicionais. Como objetivos específicos: analisar o *ingenium* da pesca artesanal; mapear territórios de afetações compartilhadas; e identificar afetos e ideias potentes para o fortalecimento do sentimento do comum.

O *ingenium* da pesca apresentou como principal território de afetação comum o ofício do trabalho artesanal. É na coatividade produto e produtora das relações de confiança, cooperação e possibilidade de criação que se funda o *ingenium* da pesca artesanal. Dessa forma, o trabalho artesanal será categoria de análise do *ingenium* justificada, ainda, pelo necessário contraponto às noções abstratas e idealistas que sustentam as visões de sujeito, sendo fundamental para inserir as relações homem-natureza num quadro materialista e histórico.

Compreendemos assim, como Marx (1983, p. 149), que o trabalho é:

[...] antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para a sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua própria corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

Tal metabolismo entre homem e natureza permite articular as condições naturais impostas com a capacidade humana de interferir nesse processo, o que requer a construção de sociabilidades, de composição de corpos, afetos, racionalidades que caracterizarão um modo de vida. Permite entender que o processo de transformação da natureza é condição fundante da organização e reprodução social, manifesta “na forma como se estabelecem as relações sociais de produção” (FOLADORI, 2001, p. 106). Nessa perspectiva, as relações entre os indivíduos e a natureza não podem ser explicadas por leis puramente biológicas, nem pelo uso de tecnologias (como quer a ciência a serviço do capital), mas pela forma social de produção presente em cada época histórica.

Outra categoria que atravessa toda constituição da pesquisa é o território e a cotidianidade nele impressa/expressa. O lugar onde ocorrem todas as ações, todas as paixões, todos os poderes e fraquezas. Ou seja, onde a história do homem é plenamente realizada a partir das manifestações de sua existência. No caso dos pescadores artesanais, esse lugar está escapando por entre os dedos, a cada dia, pela mercantilização dos recursos naturais e das relações comunitárias. Se antes lugar, natureza e vidas pessoais se apresentavam como uma coisa só, sendo esse o sentido do vínculo, com o tempo essas esferas vão se tornando cada vez mais separadas. O que vem acontecendo é, efetivamente, uma alienação do lugar que promove, inapelavelmente, uma alienação de sujeitos.

Começamos, então, no primeiro capítulo, por explicitar nosso percurso metodológico que se fundamenta nos princípios da Pesquisa-Ação-Participante (PAP). Em seguida, apresentamos os determinantes sócio-históricos e políticos da atividade da pesca no Brasil, com a intenção de compreender a inserção dos pescadores artesanais na categoria de povos tradicionais e alguns atravessamentos no movimento de (des)constituição dessa classe trabalhadora na sociedade brasileira, que os tem colocado à mercê da exploração desmedida e da condição de pobreza extrema, ameaçando, não apenas sua subsistência material, mas também a manutenção de suas práticas socioculturais que sustentam as dinâmicas de subjetivação. Diga-se (não de passagem) bem mais próximas da sustentabilidade desejada por muitos.

E a psicologia com isso? É com essa pergunta que iniciamos a terceira parte do trabalho, em que trataremos de (re)afirmar nossa posição ontoepistemológica e ético-política responsável pelo traço da pesquisa no campo da psicologia social.

Também iremos aprofundar a compreensão dos afetos, da imaginação e da cotidianidade, revisitando a dimensão ontológica desses elementos na constituição do *ingenium* e no fortalecimento ou não do sentimento do comum.

No quarto capítulo, iniciamos nossas análises. Apresentamos os cenários de pesquisa a partir, principalmente, da narrativa dos pescadores. Eles estão localizados na região Nordeste do Brasil, mais especificamente nos estados do Ceará (Bitupitá) e do Piauí (Pedra do Sal). A escolha foi motivada por alguns fatores: i) a proximidade da pesquisadora com a luta empreendida em defesa do território pesqueiro e do modo de vida dessas comunidades; ii) as duas comunidades compõem a Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba, território de alta biodiversidade; iii) a presença de conflitos socioambientais e uma política que desconsidera as relações humano-ambientais.

Daí em diante, seguimos analisando as categorias extraídas das narrativas e da cartografia socioambiental consideradas importantes para a (re)composição do sentimento do comum e a consequente compleição de *ingeniuns* mais apoiados em relações simétricas. Por fim, traçamos as considerações finais que compreendemos não serem definitivas, apenas atuais.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

A construção de uma práxis psicossocial que se pretende transformadora requer a participação efetiva dos sujeitos envolvidos, principalmente, em uma história marcada pelos saques contra a natureza, expropriação de territórios de vida e dominação de pessoas, mas, que também abriga histórias de cuidado e reprodução de vida, de construção de conhecimentos e alternativas mantenedoras de formas de existência e resistência contra as diferentes maneiras de opressão que expressam as desigualdades constitutivas das relações de classes.

Construir uma proposta de metodologia participativa nos obriga um breve esclarecimento sobre o que entendemos por participação comunitária na pesquisa. A compreendemos como construção coletiva que não se limita apenas a consulta ou coleta de dados, mas, como processo articulador de planificação de propostas, execução de atividades e esboço de projetos comuns que favoreçam o pensamento crítico, o fortalecimento de sujeitos políticos e a superação das diversas formas de submissão. Nesse sentido, sustenta Paulo Freire:

O verdadeiro compromisso implica a transformação da realidade em que se encontra oprimida a população e reclama uma teoria de ação transformadora que não pode deixar de reconhecer seu papel fundamental em um processo de transformação. (FREIRE, 1973, p. 163).

Nossa compreensão, portanto, se afasta de qualquer tentativa de imposição, clientelismo, tutela ou pura formalidades acadêmicas que só ajudam a fortalecer processos silenciadores das comunidades. Assim como Freire, refutamos o princípio da neutralidade preconizado pela concepção hegemônica de ciência, mas nos esforçamos para manter o saudável movimento de distanciamento/aproximação do objeto, a análise das desigualdades que marcam as condições de vida dos povos do mar, o que também significa assumir uma postura ético-política diante dos acontecimentos que atravessam a vida da comunidade e nosso percurso acadêmico.

Consideramos que essa postura nos coloca em um permanente estado de atualização de nossos desejos e objetivos. Nossa intenção inicial era a de tentar, pelo menos, aumentar o tom e a intensidade da denúncia de fatos geradores de sofrimento que se repetem cotidianamente na vida das chamadas “comunidades tradicionais” — alertando para a construção de discursos e práticas que legitimam processos de

submissão, tutela e degradação socioambiental disfarçadas sob as máscaras da legalidade, da cientificidade e do desenvolvimento.

No decorrer do processo, o desejo inicial foi ganhando novas formas e contornos e se ampliou para a possibilidade de contribuir com o fortalecimento do poder político dessa classe trabalhadora. Isso foi um resultado dos nossos encontros com as comunidades de pescadores: nos espaços de reflexão/ação coletivos, constatamos que a falta de união (para usar uma expressão comumente dita pelos sujeitos da pesquisa) era o elemento apontado por esses sujeitos como principal responsável pelo sucesso dos mecanismos de opressão — logo no entendimento deles, que costumam formar um grande corpo para enfrentar o mar...

Assim, identificamos com certa facilidade afetações que contribuem com o esgarçamento do tecido comunitário: medo, humilhação, falta de perspectivas, desvalorização da arte da pesca, manobras de expropriação, degradação do território, etc. No entanto, foi preciso um esforço maior para identificar as afetações que os aproximava, além do trabalho artesanal.

Optamos pela PAP, o que não significa que esse seja o único caminho possível. Mas esse foi o que mais se aproximou das nossas escolhas, possibilidades e da postura ético-política que defendemos. Essa trajetória de muitas idas e vindas, de um repensar constante sobre os caminhos da pesquisa, de dúvidas e sem esperança de respostas definitivas só foi possível porque assumimos uma maneira de pesquisar que não polarizou sujeito\pesquisador; cotidiano e academia e que manteve o compromisso com a superação das injustiças e iniquidades sociais que geram sofrimento.

2.1 A PESQUISA-AÇÃO-PARTICIPANTE

A PAP se caracteriza por seu objetivo de investigar para conhecer mais sobre os processos que determinam os problemas, pelas ações de denúncia e de transformação produzidas ao conhecer melhor esses processos, assim como pela participação real das comunidades implicadas em todos os passos da investigação-reflexão-ação. Podemos dizer que a PAP busca “conhecer para compreender e compreender para transformar” (MONTERO, 2007, p. 33).

Esse viés metodológico se propõe a superar duas grandes fissuras: i) a distância sujeito-objeto presente nas formas academicistas de investigação em que o saber técnico se sobrepõe ao saber popular, impedindo uma relação mais horizontal, de crescimento mútuo e aprendizagem colaborativa; ii) a separação investigação-ação que comumente privilegia a teorização, a descrição e análises em detrimento das ações possíveis de produção de conhecimento emancipatório. Para Sawaia (1987) a PAP tenta superar a lacuna entre teoria e prática por meio da problematização coletiva da vida social.

Nessa mesma perspectiva, Borda assim afirma:

[...] as pessoas comuns merecem conhecer mais sobre suas próprias condições vitais para defender seus interesses, que outras classes sociais que têm monopolizado o saber, os recursos, as técnicas e o poder mesmo, quer dizer, que devemos prestar a produção do conhecimento tanta ou mais atenção que a produção material. Assim podemos inclinar a balança em prol da justiça para os grupos desprotegidos da sociedade. (BORDA, 2008, p. 51).

Os defensores da forma tradicional de um fazer científico criticam a PAP argumentando que esta se reduz a um fenômeno específico, situacional; lida com grupos restritos, não representativos e com pouco controle das variáveis independentes; e que, portanto, não permite generalizações se restringindo a uma única realidade. Obviamente, isso expressa uma visão de ciência que a PAP tenta subverter: a de homogeneização, generalização, domínio de um saber sobre o outro e de fragmentação que desrespeita as articulações possíveis entre as singularidades, particularidades e as totalidades em movimento, afirmando-se assim:

[...] na crítica ao modelo positivista de ciência, no desvendamento da dimensão ideológica do fazer científico, na preocupação em superar a dicotomia teoria e prática, no reencontro com o saber popular e na luta contra o autoritarismo do pesquisador na condução dos rumos da pesquisa. (SAWAIA, 1987, p. 3).

Alinhamo-nos, portanto, com a perspectiva de Montero (2007), Lane (1989), Sawaia (1987), Martín-Baró (1998) e tantos outros pesquisadores para os quais a PAP deve: ter o compromisso com as causas populares, orientando-se para o objetivo de transformação social e política; adotar uma postura horizontal entre pesquisador e sujeitos de pesquisa, sem desconsiderar as diferenças\singularidades entre eles;

produzir conhecimento e espaços criativos e considerar o processo muito mais que o produto.

Creemos que alcançamos nosso intento de participação ao partirmos de necessidades apontadas pelos próprios sujeitos da pesquisa; ao nos dispormos a operar atualizações necessárias no percurso de investigação a partir das elaborações coletivas que indicaram, inclusive, transformações nos objetivos delineados; ao trazer à tona memórias, afetos e pensamentos potentes para a produção de novos conhecimentos/movimentos e afirmação de novas perspectivas acadêmicas e comunitárias, como nos diz Rui, pescador da Pedra do Sal: “[...] por isso que é bom a gente conversar porque vai sabendo das coisas e pode mudar”.

2.2 O CONTEXTO DE CONSTRUÇÃO DA INVESTIGAÇÃO EM CURSO

Nossas conversas iniciaram na Pedra do Sal (PI), em 2014, por ocasião do acompanhamento de alunos no estágio em psicologia e saúde coletiva do curso de bacharelado em Psicologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Nesse momento, a comunidade encontrava-se em convulsão pelo retorno do projeto do *Pure Resort*, o projeto de urbanização da orla que anunciava a retirada dos bares e restaurantes administrados pelos moradores, o processo de regularização fundiária e o avanço dos parques eólicos sobre o território.

Trabalhávamos na época junto à Unidade Básica de Saúde (UBS), levantando os indicadores de saúde mental da comunidade. Descobrimos, com a ajuda da equipe, em especial de um médico cubano que participava do programa Mais Médicos, que o uso abusivo de álcool e outras drogas havia aumentado entre os jovens, assim como o índice dos chamados Transtornos Mentais Comuns (TMC) como ansiedade, sintomas depressivos e compulsivos entre os adultos e idosos, além do aumento das doenças crônicas como diabetes, hipertensão e das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)/AIDS.

Fizemos várias visitas domiciliares, acompanhados da equipe da UBS, para identificar os casos mais graves e viabilizar possíveis encaminhamentos. Resolvemos juntar esforços para: compreender o que se passava na comunidade que contribuía para o aumento das morbidades e agravos à saúde e identificar as potencialidades e equipamentos presentes no território que poderiam colaborar com o enfrentamento do

quadro de adoecimento da população. Promovemos, então, alguns encontros com a comunidade, a UBS, a escola, as associações, o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

Durante esses encontros, os moradores apontaram como principais problemas a serem enfrentados de imediato: aumento dos casos de violência; uso de crack; prostituição; e alterações provocadas pelos empreendimentos nos movimentos da comunidade em seu território que promoviam insegurança, medo e rivalidades entre os moradores. Como caminhos possíveis de enfrentamento, apontaram: a criação de espaços para discussão desses e de outros problemas; maior poder de participação nas questões que afetavam seu território de vida; e maior envolvimento do poder público, em especial, dos equipamentos de saúde, segurança e assistência social nas questões comunitárias.

Foram agendados encontros à beira mar para prática de exercícios físicos, avaliações de saúde de rotina, levantamento das necessidades relativas à assistência social, rodas de conversa e resgate da cultura local. Infelizmente, os horários, as agendas institucionais e a pouca estrutura física e humana dos equipamentos públicos se tornaram um empecilho para o avanço das ações nesses espaços. Mas decidimos ir adiante praticamente sozinhos, ainda com algum apoio da UBS e também dos alunos da disciplina de Psicologia Comunitária da UFPI. Os encontros permaneceram vivos durante um ano, e foi aí que surgiram os primeiros delineamentos dessa pesquisa.

Fomos procurados por um grupo de pescadores que denunciaram a derrubada de matas nativas, o aterramento de lagoas, a inviabilização da pesca em alguns locais pela prática do *kite surf* e proibição da captura de algumas espécies, a venda de imensos lotes de terra para um grupo espanhol, a proibição da criação de animais e as incertezas, medo, revolta e angústia relacionados à possibilidade de serem expulsos de seu território de origem e de não poderem mais exercer o seu trabalho artesanal de pesca.

Passamos, então, a acompanhar as reuniões promovidas pelos empreendimentos na comunidade e fora dela; a mobilizar a população para as audiências públicas e sessões nas câmaras de vereadores dos dois municípios atingidos pela construção do *Pure Resort*; a elaborar estratégias de enfrentamento; envolver a comunidade acadêmica no estudo dos impactos desses empreendimentos

e nas manifestações propostas; procurar explicações junto aos órgãos públicos como: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Secretarias de Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes, Ministério Público e outros envolvidos na problemática, como as colônias de pescadores e o Movimento em Defesa do Território Pesqueiro.

Aulas da disciplina de psicologia comunitária foram ministradas por pescadores e por mim, em lugares significativos para a comunidade, no intuito de tornar mais visível o problema, de estudarmos os relatórios e outras peças elaboradas e de compor estratégias de enfrentamento. Foram momentos relevantes de aprendizagem e luta; mas também tensos, principalmente pelas tentativas de cooptação e ameaças que nos eram feitas pelo departamento jurídico do *Pure Resort* e pelo acirramento dos ânimos entre comunitários, agentes públicos e privados presentes nas arenas de disputa. Assim, por questões de segurança, as aulas na comunidade foram suspensas — mas o embate continua! E continua dividindo a comunidade que permanece perdendo espaço físico e político.

Bitupitá entra na pesquisa como possibilidade de compreensão de um movimento inverso de fortalecimento do tecido comunitário, indicando-nos uma possibilidade comparativa, uma vez que a população, aparentemente, apresentava um movimento mais coeso de resistência e luta em defesa de seu território e de suas práticas sociais. A implantação das usinas eólicas havia sido barrada e alguns “gringos” expulsos da comunidade. Procuramos, então, conhecer um pouco mais o contexto e as configurações desse território que também compõe a formação do Delta do Parnaíba e cujos pescadores mantêm estreita relação com os pescadores da Pedra do Sal, especialmente os mais velhos. Apesar de se situarem em estados diferentes, mas limítrofes, e da prática pesqueira também apresentar diferente modalidade, vimos nesse encontro possíveis trilhas de fortalecimento das singularidades e de corpos políticos que nesses espaços tecem suas vidas a partir da atividade da pesca artesanal.

Os primeiros contatos foram agendados com a Colônia de Pescadores. Com a contribuição do presidente (quase vitalício) da entidade, conhecemos Bitupitá e algumas localidades vizinhas também territórios da pesca artesanal; agendamos entrevistas coletivas com os pescadores e tivemos acesso a alguns dos problemas, formas de enfrentamento e reivindicações da comunidade. A escassez do pescado, a falta de estrutura para tratamento e comercialização dos produtos da pesca, os

agravos à saúde decorrente da prática laboral, a falta de perspectiva para os jovens da comunidade no que se refere à geração de trabalho e renda, a prática predatória da pesca artesanal, o avanço das dunas sobre a comunidade, o abandono do poder público e o aumento dos casos de violência e de uso abusivo de álcool e outras drogas foram algumas problemáticas expostas. A intenção de instalação do parque eólico não foi citada como fator de preocupação pelos pescadores nos nossos primeiros encontros; por outro lado, o sentimento de amor pelo território e suas riquezas naturais sempre esteve presente nas narrativas.

Ao contrário do que ocorreu na Pedra do Sal, as marisqueiras (mulheres que se dedicam à coleta do marisco nas áreas de manguezais) foram as que mais se propuseram a colaborar com a pesquisa. Além das questões relativas à pesca, da qual participam indiretamente “consertando os peixes”, elas nos apontaram, como fator de sofrimento, o machismo (compreendido como imposição de regras pelos homens às mulheres), além da preocupação com o futuro de seus descendentes. Mas, elas resistem!

Agendamos vários encontros entre as mulheres e quase todos eles terminavam no mangue, na cata de marisco ou nos banhos de lagoa. Aqueles eram os melhores lugares com os quais elas podiam nos presentear, tornar acolhedor e natural esses encontros. Havia uma grande vontade de falar, de expressar sentimentos, ideias, paixões e dores; mas, principalmente, havia o desejo verdadeiro de alegria e liberdade. Entendi que aquelas paisagens nos alegravam, não permitindo que a dor crescesse.

2.3 AS FERRAMENTAS

Feita a contextualização do percurso de construção coletiva da pesquisa, cabe agora elucidar as trilhas percorridas, as ferramentas utilizadas e os espaços participativos de compreensão-reflexão-ação fomentados nas duas comunidades, considerando as diferentes mobilizações e produções materiais/subjetivas em curso.

Começamos pela pesquisa bibliográfica e documental. Esta nos revelou um cenário de pouca produção referente ao tema em debate e, quando o trouxemos para o campo de estudos da psicologia, o ar se tornou ainda mais rarefeito. Ramalho afirma que:

Até o início dos anos 1980, as ciências humanas mantinham um silêncio generalizado sobre os movimentos sociais de pescadores no país e raras eram as obras que estudavam o aspecto da mobilização política dos pescadores e “pescadeiras” em sua luta pela melhoria da qualidade de vida. (RAMALHO, 1999, p. 6).

Assim, para (re)compôr as trilhas históricas de conformação da pesca artesanal no Brasil, recorreremos aos poucos livros, teses e artigos disponibilizados na plataforma SciELO, produzidos principalmente por outras áreas do conhecimento — como antropologia, história, ecologia política, geografia humana e as ciências sociais. Tais estudos nos revelaram as precárias condições de vida dos pescadores artesanais brasileiros, resultado do contexto sociopolítico do país e da convivência com um Estado que, durante muito tempo, atuou e ainda atua de forma opressiva, desagregadora e alinhada às demandas do mercado. Alguns documentos (como relatórios oficiais, leis promulgadas, estudos de impactos ambientais, liminares concedidas, recortes de jornais e revistas, filmes, documentários e romances) também foram fontes importantes para a compreensão tanto deste cenário mais amplo, quanto dos campos em evidência.

Ao mesmo tempo em que traçávamos esse recorte, a partir das fontes bibliográficas e documentais, passamos a vivenciar o cotidiano das duas comunidades. Nós nos colocamos em contato direto e frequente com os moradores, e nos permitimos entrar no movimento de afetar e ser afetado pelo aparente caos cotidiano, o que nos ofereceu a possibilidade de captar inúmeras dinâmicas em ato. Esses momentos, movimentos e reflexões foram registrados em um diário de campo construído durante os quatro anos de pesquisa. Escolhemos as entrevistas coletivas semidirigidas e a cartografia social como ferramentas de diálogo e instrumentos disparadores de encontros mais alinhados aos objetivos da pesquisa.

Compreendemos que as entrevistas coletivas semidirigidas são fundamentais quando se deseja mapear práticas, crenças, valores, sistemas afetivos e sociais específicos; principalmente em cenários onde os conflitos e contradições não deixam que os afetos e imagens estejam claramente explicitados. Elas nos permitem fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade, e de quais são os elementos potencializadores do sentimento do comum, levantando informações consistentes que nos permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se

estabelecem no interior daquele grupo. O que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados, como questionários, por exemplo (MONTERO, 2007).

As entrevistas realizadas foram gravadas com a autorização dos participantes. Transcritas, as narrativas foram sistematizadas e analisadas. O principal objetivo desse processo foi captar a produção afetiva e a organização da vida em comum no território, condicionada ao trabalho da pesca artesanal. Para isso, extraímos das narrativas os núcleos de significações elaboradas.

Já a cartografia é uma metodologia que permite que as comunidades construam um conhecimento integral de seu território, para que possam eleger uma melhor maneira de vivê-lo, identificando suas potencialidades e fragilidades e analisando coletivamente os problemas sociais, em um esforço para compreendê-los e solucioná-los. A cartografia social é elaborada pela comunidade em um processo de planificação participativa, que apresenta o saber coletivo e promove uma forma de legitimá-lo. Como nos diz Paulo Freire:

A Cartografia Social tem um grande potencial para desenhar as mudanças e construí-las livremente. Essa visão estratégica não é uma utopia. Deve haver um reconhecimento, oportunidade na tomada de decisões e liberdade para gerir ações futuras. Esta posição nos mobiliza a ler o mundo para escrever a história. Quem melhor que os oprimidos se encontram preparados para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá melhor que eles os efeitos da opressão? Quem melhor que eles pode compreender a necessidade de libertação? Libertação que jamais conseguiriam por casualidade, mas pela prática de sua busca. (FREIRE, 1973, p. 30).

Além disso, frente à estratégia dominante de fragmentar o todo de maneira que os problemas pareçam casuais, o mapeamento comunitário pode ser uma metodologia fundamental para juntar as pontas soltas, pois permite conhecer o território para associar, compreender e transformar relações de poder e modos de (re)produção de vida. Nessa perspectiva, são propostos os seguintes passos para elaboração da cartografia social: i) delimitação coletiva do território e os elementos de interesse; ii) estabelecer os objetivos do mapeamento; iii) apoiar-se nas entrevistas semidirigidas para execução do mapeamento; iv) elaboração de símbolos em um primeiro exercício de representação gráfica; v) representação gráfica; vi) validação; vii) tomada de decisões (HABEGGER; MANCILA, 2006).

No nosso caso, foi sugerido incorporar às representações: os afetos relacionados ao território, incluindo os lugares de encontros alegres e tristes; as atividades produtivas e a organização destas nos espaços; processos destrutivos em andamento; processos de discriminação social; espaços residenciais e espaços privatizados; e lugares significativos para a história da comunidade (memória coletiva).

O núcleo duro da pesquisa (ou seja, os sujeitos que participaram efetivamente do processo) é composto por 23 pessoas. Destas, 12 residem na Pedra do Sal, 11 são do sexo masculino e 1 do sexo feminino — com idades entre 25 e 70 anos. Do total de sujeitos, apenas 2 não exercem mais a atividade (estão aposentados). Na Pedra do Sal, as mulheres não costumam participar das atividades pesqueiras; em sua maioria, são donas de casa ou executam a função de administrar pequenos comércios da família, como “quitandas” e bares. Talvez por isso, embora tenham sido convidadas a participar, não se sentiram atraídas pelas atividades propostas.

Em Bitupitá, 11 são os sujeitos que se dispuseram a fazer parte do processo. Destes, 5 são do sexo feminino e 6 do sexo masculino, com faixa etária entre 23 e 72 anos. Entre o total de sujeitos, temos 4 aposentados: 2 mulheres, que ainda coletam mariscos; e 2 homens, que ainda atuam no universo da pesca artesanal, seja com o fornecimento de embarcações para a atividade realizada por filhos, amigos e parentes, seja no comércio de pescados. Ao contrário do que ocorreu na Pedra do Sal, as mulheres de Bitupitá apresentaram maior curiosidade e interesse pela proposta, talvez pelo fato de fazerem parte do contexto do trabalho na coleta de mariscos (para consumo familiar, manutenção das redes de sociabilidade e/ou comercialização) e do beneficiamento do produto, como elas dizem: “consertando os peixes”.

Para melhor compreender essas e outras variações contextuais, no entanto, é necessário que façamos antes o exercício de levantar os condicionantes históricos, sociais e políticos que configuram o universo da pesca artesanal no Brasil e suas implicações na (des)constituição dessa classe trabalhadora. É o que nos propomos no próximo bloco, a partir, principalmente, do levantamento bibliográfico e documental. Antes, porém, convém retomar o debate sobre os conflitos socioambientais e a origem do conceito de comunidade tradicional.

3. TRAÇOS E ITINERÁRIOS DA PESCA ARTESANAL NO BRASIL

“É uma vida desgraçada essa nossa, tão desgraçada que parece que as autoridades têm medo de olhar pra ela cara a cara”.
Mestre Jerônimo (jangadeiro cearense)

3.1 COMUNIDADES TRADICIONAIS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: DE QUEM E DE QUE ESTAMOS FALANDO?

Para a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), as comunidades tradicionais são:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007, p. 3).

O conceito de comunidades, povos ou populações tradicionais surgiu no final dos anos 1990, no seio da problemática ambiental, no contexto da criação das Unidades de Conservação (UCs), áreas protegidas pelo IBAMA, para dar conta das questões das comunidades tradicionalmente residentes nessas áreas — geradas, principalmente, pela disputa de uso e manejo dos recursos naturais nos territórios atingidos.

A Lei 9.985/2000 instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UCs. Essa lei, constituída pelo conjunto de UCs federais, estaduais e municipais, divide-as no grupo de Proteção Integral e de Uso Sustentável. Tal lei conceitua uma UC como:

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2007, p. 5).

As UCs de proteção integral são aquelas cujos recursos não podem ser explorados para fins comerciais ou de subsistência e as de proteção sustentável devem disciplinar o uso e manejo dos recursos naturais. Dessa forma, um aspecto importante na inscrição do que se convencionou chamar de comunidade tradicional é a perspectiva da sustentabilidade e da conservação dos recursos naturais que ganha força a partir dos anos 1960.

Duas grandes frentes político-científicas se apresentaram nesse panorama. Uma formada por conservacionistas ortodoxos que defendem a retirada das populações de áreas ricas em biodiversidade com a criação de parques nacionais. E outra baseada na ecologia social que tem argumentado que a biodiversidade não é um conceito simplesmente biológico, relativo à diversidade genética de indivíduos, de espécies, e de ecossistemas, mas é também o resultado de práticas, muitas vezes milenares, das comunidades tradicionais que domesticam espécies, mantendo e, em alguns casos, aumentando a diversidade local (DIEGUES, 2004). Defendem, assim, que a sustentabilidade pode ser garantida por um modo de organizar percepções, comportamentos, conhecimentos, crenças, valores e relações já existentes em um dado território.

Traz como um dos principais postulados a ideia de que a escolha dos sítios de alta biodiversidade para o estabelecimento de áreas protegidas não pode se basear simplesmente em critérios biológicos, mas deve incluir também critérios socioculturais. Pode-se pensar que aquelas áreas de alta biodiversidade resultantes de uma interação positiva entre as comunidades tradicionais e ecossistema deveriam receber alta prioridade nos processos de escolha, por meio do estabelecimento de áreas protegidas que valorizam essas interações e a produção de conhecimentos e práticas das populações tradicionais importantes para a conservação das culturas e das riquezas naturais (DIEGUES, 2000).

Considera, portanto, que as culturas, o afeto pelo território e os saberes desenvolvidos podem contribuir para a manutenção da biodiversidade dos ecossistemas e afirma que esses saberes são o resultado de uma coevolução entre as sociedades e seus ambientes naturais, o que permite a conservação de um equilíbrio entre ambos.

Se as sociedades tradicionais viveram até o presente no interior de uma natureza que nós ocidentais julgamos hostil, é essencialmente devido ao saber e ao saber-fazer acumulados durante milênios e que nós reconhecemos hoje seu valor intrínseco. (BEDINELLI, 2015, p. 56).

Na medida em que esses grupos começaram a se organizar para enfrentar os conflitos relacionados, principalmente, à manutenção da posse de seus territórios — emergindo da invisibilidade em que se encontravam —, provocaram a necessidade de balizar a intervenção governamental junto aos mesmos. Longo foi o processo de reconhecimento desses “Povos Tradicionais”; uma luta que ecoou na Constituição Brasileira de 1988, quando sobretudo os índios e os quilombolas ganharam o reconhecimento da sua “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições” (BRASIL, 1988).

Em 2004, foi assinado o Decreto Presidencial que organiza a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais; sendo este revogado pelo Decreto de 13 de julho de 2006, que alterava a denominação, a competência e a composição da referida comissão. Somente no ano de 2007 entrou em vigor o Decreto Presidencial nº 6.040, que instituiu a PNPCT, reconhecendo-os e lhes garantindo, em lei, a devida atenção e assistência.

Duas questões são centrais para a PNPCT:

O direito ao acesso à terra e o reconhecimento do sentimento de pertença a um grupo diferenciado. Assegurar esse direito à terra significa manter uma organização de vida comunitária a partir da relação direta com a natureza de maneira sustentável e manter vivos na memória os acontecimentos e fatos históricos do grupo. (BRASIL, 2006, p. 13 — grifo nosso).

Dessa forma, a PNPCT deveria assegurar o direito ao território como condição *sine qua non* para manutenção das práticas sociais, organização comunitária, sistemas de manejo dos recursos e sistemas produtivos. O segundo aspecto ressaltado pela política se refere ao sentimento de pertença. Segundo Diegues, comunidades tradicionais são:

[...] grupos coletivos humanos que possuem um modo de vida distinto da nossa sociedade padronizada pela indústria cultural, não produzindo os danos ambientais que as comunidades urbanas produzem; *sendo a autoidentificação, o “reconhecer-se como pertencente”* uma das mais importantes características para o reconhecimento destas comunidades enquanto povos tradicionais. (DIEGUES, 2004, p. 87 — grifo nosso).

Diegues aponta, ainda, alguns elementos que caracterizam esses grupos:

- Dependência da relação de simbiose entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um modo de vida;
- Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração pela oralidade;
- Noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- Moradia e ocupação do território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- Reduzida acumulação de capital;
- Importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- Importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas;
- A tecnologia utilizada, que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina todo o processo de trabalho até o produto final;
- Fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- Autoidentificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras. (DIEGUES, 2004, p. 57).

A identificação e o reconhecimento dessas comuns-diferenças na legislação brasileira são frutos de lutas e disputas políticas que tiveram como principais objetivos a garantia de direitos fundamentais desses povos e a defesa da posse das terras onde se (re)produzem social e economicamente. A afirmação de seus traços identitários foi o critério central para definir a categoria “Comunidade Tradicional” e acenava com possibilidades de conformação de um corpo social mais forte contribuindo para a definição de marcos legais de proteção\manutenção sociocultural desses povos e seus territórios, ameaçados pelos projeto capitalista, neoliberal, que não contempla suas necessidades, desejos e organização social, nem a sustentabilidade dos ecossistemas.

Porém, ao que parece, o que houve foi apenas um deslocamento da questão da esfera racial/étnica (que ampliou as populações consideradas tradicionais antes restrita a quilombolas e índios) para a esfera cultural sem romper com as ideologias e

estruturação das relações de poder vigente. Nesse cenário, as comuns-diferenças parecem servir de combustível ideológico aos discursos e ações de desqualificação social (PAUGAM, 2003), racismo cultural (SOUZA, 2015) e injustiça ambiental (ZHOURI, 2008) que atinge esses grupos e cujo objetivo é a legitimação de processos de (re)colonização e/ou expulsão de seus territórios de origem para favorecer a exploração e a privatização dos recursos naturais.

O Estado, que supostamente deveria mediar essas relações e garantir o apoio à manutenção concreta e simbólica desses povos, adere à lógica de mercado, à pauta neoliberal, chegando a atribuir à população o “atraso” socioeconômico de algumas regiões, a degradação do meio ambiente e a geração de conflitos. Temos, portanto, um Estado voltado para os interesses do mercado e não para a sociedade. Essa constatação nos leva a retomar a inversão da equação hegeliana promovida por Marx, de que:

[...] a sociedade civil (entendida como sociedade de classes) está inserida em uma contradição de tal profundidade que o Estado não seria jamais o ente capaz de conciliar ou superar a contradição, mas, ao contrário, seria um órgão necessariamente portador dos interesses de uma classe, aquela econômica, social e politicamente dominante. (MARX apud ANTUNES, 2007, p. 98).

A PNPCT, apesar de ser fruto de lutas em prol da defesa desses povos, reproduz essas contradições e, para além do reconhecimento das diferenças culturais, apresenta um conceito de “comunidade tradicional” que tem viés homogeneizador e estático. O caráter essencialmente culturalista do conceito parece pendurar no tempo esses grupos como se os mesmos estivessem aprisionados em bolhas impenetráveis pela cultura hegemônica, retirando de cena ou romantizando relações de poder assimétricas, facilitando o processo de isolamento, tutela, submissão e, portanto, de enfraquecimento político dos mesmos — que não são poucos. Como afirma Bedinelli:

Cerca de 5 milhões de pessoas no Brasil fazem parte de comunidades tradicionais. Elas ocupam um quarto do território brasileiro e representam segmentos diversos — desde os mais conhecidos, como indígenas e quilombolas, até os de menor expressão, como os faxinais (que vivem no Paraná, plantam mate e criam porcos) e os pomeranos (etnia européia que vive no Espírito Santo). Grande parte desses povos mora em lugares distantes e não tem acesso às políticas governamentais, o que os torna mais suscetíveis à pobreza. (BEDINELLI, 2009, p. 1).

Zimmermann (2009) argumenta que a invisibilidade e a exclusão social (por pressões econômicas, fundiárias ou por processos discriminatórios produzidos, principalmente, pela representação desses povos como subdesenvolvidos, primitivos e atrasados) configuram-se como a grande questão social a ser resolvida. Por sua vez, Diegues (2004) afirma que esse uso “subdesenvolvido” da terra e de seus recursos, geralmente descrito como “primitivo” pelas agências oficiais de desenvolvimento, tem se mostrado como o uso mais rentável de alguns territórios a curto e médio prazo, mantendo a biodiversidade e os processos naturais de forma eficaz; mesmo que não sirva aos interesses das populações urbanas mais densas e poderosas. O que nos deixa atentos quanto à contribuição desses povos na conformação de cotidianos regidos por outra lógica, realmente sustentável.

O fato é que, no Brasil, assistimos nos últimos anos à intensificação dos ataques predatórios a povos e territórios, em boa parte promovidos e/ou legitimados pelo Estado. Esses conflitos ecoam em todo o país; estão articulados às novas bases de produção capitalista e ancorados na tecnologia e na mundialização do capital rentista. Harvey (2007) denominou esse movimento de “acumulação por espoliação”, que se assenta na criação de novos mecanismos de valorização de capitais, entre eles: i) a ênfase nos direitos de propriedade intelectual e a biopirataria em favor das grandes corporações; ii) a mercantilização das formas culturais e simbólicas de expressão humana, com a exploração da cultura, sobretudo das comunidades locais; iii) a mercantilização dos recursos ambientais globais, como a água, o ar e o subsolo; iv) as privatizações dos bens públicos.

Esse processo não acontece sem: o aprofundamento da subalternidade da economia dos países periféricos; a divisão internacional do trabalho, em que a parte do capital mundializado deriva da exploração dos recursos naturais; uma força de trabalho mal remunerada e farta; e sem uma legislação ambiental pouco rigorosa e uma regulação ambiental pública flexível. Foladori nos chama atenção para o fato de que:

Sob pressão das grandes corporações verifica-se uma redefinição da divisão internacional dos custos ambientais, a qual redimensiona o papel do mercado, subsume os Estados nacionais e centra a discussão nos problemas ambientais tidos como “globais” — o aquecimento planetário, a perda da biodiversidade etc. de interesse dos países centrais —, enquanto os impactos das transnacionais na periferia são desconsiderados, a exemplo do lixo tóxico, dos efeitos dos agrotóxicos, a contaminação dos fluxos d’água, entre tantos. (FOLADORI, 2009, p. 15).

Internamente no Brasil, as últimas décadas apontam para uma inserção na mundialização financeira que ocorre mediante implementação de um modelo de desenvolvimento. Segundo Silva, M. G. (2010, p. 433):

Tal modelo baseia-se na articulação entre a exportação de produtos primários (agrário-extrativistas) e na realização de grandes obras de infraestrutura — especialmente aquelas afeitas à organização dos eventos e à produção de energia —, além do fomento ao mercado interno, baseado em bens de consumo duráveis, produzidos em larga medida pelos monopólios.

Nesse modelo de desenvolvimento, sustentado por grandes projetos voltados para a expansão do capital no território nacional, com forte apoio estatal e uso intensivo de recursos naturais, a “dimensão ambiental” é largamente submetida aos interesses dos grandes agrupamentos econômicos, apesar da propalada sustentabilidade, o que tende a acentuar os conflitos socioambientais.

A mercantilização indiscriminada da natureza que ameaça a todos (e de maneira mais aguda o segmento pobre da população) tem se apresentado de várias formas: biopirataria, grilagem, pilhagem, violação de direitos, violência, fome, morte e adoecimento. Os povos tradicionais e os agricultores familiares são os mais atingidos e sofrem muito com três ordens de agravos e danos à saúde: “a violência, a insegurança alimentar e nutricional e a perda da qualidade de vida” (FIOCRUZ, 2017, p. 63). São riscos e agravos relacionados a “causas externas” (como se refere a epidemiologia na classificação de agentes de adoecimento/óbito); em outras palavras, esses riscos e agravos são produzidos nas relações sociais com grande assimetria de poder entre as classes e com perversa concentração de renda.

3.2 A PESCA ARTESANAL NO CONTEXTO BRASILEIRO

Denominados comunidades pesqueiras, cultura marítima, comunidades humanas marítimas, gentes do mar, comunidades tradicionais de pesca, comunidades costeiras ou, simplesmente, povos do mar, esses homens e mulheres representam, no Brasil, um contingente populacional de aproximadamente 800 mil pescadores e pescadoras, envolvendo 2 milhões de pessoas em uma atividade que produz mais de 50% da produção pesqueira nacional (BRASIL, 2015). Habitantes tradicionais das áreas costeiras, os pescadores artesanais são reconhecidos como:

[...] trabalhadores que se dedicam à captura de pescado e que exercem as funções de membros de tripulações dos barcos pesqueiros, executando diversas tarefas de pesca de altura – no caso dos pescadores marítimos – ou tarefas específicas da pesca de água doce e águas costeiras. (OIT apud MALDONADO, 1986, p. 11).

No Brasil, estudos socioantropológicos indicam que essa é uma atividade milenar; pois, mesmo antes de aqui desembarcarem os portugueses, franceses, espanhóis, ingleses, holandeses e africanos, os índios já praticavam a pesca artesanal em suas modalidades continental (rios, lagoas, igarapés, etc.) e marítima — e incluíam peixes, crustáceos e moluscos em sua dieta alimentar. Os inúmeros sambaquis, depósitos de conchas encontrados em sítios arqueológicos ao longo do litoral, atestam a importância das atividades da pesca e coleta para os povos indígenas, incontestavelmente os primeiros a habitarem essas terras e mares.

Durante os períodos das grandes expedições e da colonização, a atividade praticada pelos índios recebeu importantes contribuições dos europeus e africanos, que deram origem a inúmeras culturas litorâneas regionais ligadas à pesca, entre as quais podem ser citadas: a do jangadeiro, em todo o litoral nordestino; a caiçara, no litoral entre o Rio de Janeiro e São Paulo; e o açoriano, no litoral de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (DIEGUES, 1983, p. 364).

Jean de Léry, calvinista e estudioso de teologia, participou da tentativa colonizadora francesa no Rio de Janeiro em meados do século XVI. Ele descreveu a pesca praticada pelos índios tupinambás e enfatizou a destreza e as ferramentas utilizadas:

Ao longo do litoral, esses indígenas usavam canoas, pirogas cavadas em tronco de árvore e também piperis (igapebas), jangadas feitas de paus amarrados, ambas embarcações utilizadas na pesca litorânea. (LÉRY apud DIEGUES, 1983, p. 81).

O trabalho colaborativo e o emprego de ferramentas de menor complexidade tecnológica para captura e consumo caracteriza até hoje a atividade da pesca artesanal, desvelando em seu fazer a produção de conhecimento aprofundado da natureza, de seus ciclos e do próprio corpo, que se objetivam na elaboração de instrumentos, estratégias de uso e de manejo dos recursos, na comunicação entre seus participantes, nas crenças e mitos que regulam as relações com o outro e com o território, evidenciando a (des)continuidade do status ontológico do trabalho.

Para os pescadores artesanais, as águas não são linhas de montagem, meros lugares de produção mercantil. São territórios fundados em laços de pertencimento, nos quais circula a força da sociabilidade do trabalho, elos familiares, mitos, maneiras de humanização das águas e dos pescados, tempos e ritmos próprios, costumes tradicionais, lógicas econômicas que não se apartam de outros vínculos societários pesqueiros. (RAMALHO, 2010, p. 278).

Na dimensão da sociabilidade, grande importância é dada à unidade familiar, doméstica ou comunal para o exercício do trabalho. O pescador e sua família, em geral, dominam todo o processo até o produto final. É importante ressaltar que as estratégias e modalidades de pesca utilizadas têm impacto limitado sobre o meio ambiente, e permitem reduzida divisão técnica e social do trabalho. Este é coordenado pelo mestre, que conta com proeiro e assistentes/aprendizes, apesar das variações decorrentes da modalidade de pesca, território marítimo e do pescado.

As aldeias ou vilas de pescadores compostas por descendentes de indígenas, africanos e europeus que pouco ou nada interagem com os centros urbanos constituíram, segundo Prado Júnior (2012), um tipo de vida fechada organizado a partir das relações de parentesco e da atividade comunitária, que escapava da lógica de exploração e acumulação capitalista, apresentando um cotidiano organizado de forma distinta, diferenciada ou tradicional, como a política brasileira define hoje. Isso parece ter fortalecido a “autoidentificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das demais” (DIEGUES, 1983, p. 18).

É importante, porém, ressaltar que, durante muito tempo, nossas faixas de praia não tiveram na pesca sua expressão econômica. A agricultura desenvolvida na Zona da Mata cumpriu esse papel, e talvez esse tipo de vida fechada tenha sido produzido também pela impossibilidade de escolhas e/ou se configure como um ato de resistência ao trabalho escravo nas lavouras de café e cana-de-açúcar. Mas, indiscutivelmente, encontra-se ligada à obtenção de meios de subsistência para uma determinada classe social.

Dessa lógica de vida, ainda segundo Prado Júnior (2012, p. 69), resultaria um “aproveitamento intensivo, quase exclusivo dos recursos do meio”, criando-se, por assim dizer, uma intimidade muito pronunciada entre o homem e seu *habitat*, indicando a estreita relação com o lugar e a atividade produtiva desenvolvida. Essa lógica define, ainda, um território onde o grupo social estabelece moradia e ocupação por várias gerações e, embora a maioria dessas populações não detenha a posse da terra, “sendo o espaço (e tudo que nele contém) uma condição universal preexistente

do trabalho, ele é, desde logo, um valor de uso, um bem de utilidade geral” (MORAES; COSTA, 1987, p. 123).

Em outras palavras, há uma relação indissociável entre a natureza, os ciclos de reprodução e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um modo de vida (DIEGUES, 2000). Bem diferente da pesca industrial que está voltada para a produção de lucro máximo, portanto, a exploração é contínua e, muitas vezes, se dá até o esgotamento do pescado. O tempo, as relações de trabalho, com o outro e a interrelação com o território são diferentes para os dois tipos de pesca. Na pesca artesanal, entre mestre e tripulação estão articulados elementos como parentesco, confiança, solidariedade, amizade e respeito mútuo. Processo distinto das relações patronais existentes na pesca industrial, baseadas na exploração da mão de obra e na separação entre pescador, processos de trabalho e pescado.

O embate entre pesca artesanal e pesca industrial imprime marcas significativas na vida das comunidades, e vem há muito submetendo trabalhadores e degradando o ambiente marinho em toda a costa brasileira. Isso revela outra característica dessas comunidades: seu fraco poder político que, na nossa compreensão, está diretamente atrelado a três fatores articulados: i) não reconhecimento desses homens e mulheres como sujeitos de direitos; ii) significação desses povos como subdesenvolvidos, primitivos e atrasados; e iii) projetos neoliberais em curso.

[...] historicamente, pode-se dizer que outra característica marcante dos pescadores artesanais no Brasil é a pouca ou nenhuma organização como grupo profissional. Isso faz com que a categoria, embora muito importante em termos numéricos e econômicos e de abrangência nacional, não tenha nem visibilidade social nem representatividade política. (TASSARA; LINSKER, 2005, p. 20).

A invisibilidade e a falta de representatividade política ficam evidentes quando observamos que essa atividade, por não adquirir significação histórica na economia brasileira, permaneceu praticamente inalterada (em seus aspectos social, político, cultural e tecnológico) —particularmente até o surgimento de intervenções públicas para o desenvolvimento do setor pesqueiro empresarial (BORGES, J.C.L., 2009).

Convém assinalar que a pesca, para o Estado brasileiro, sempre esteve atrelada aos interesses comerciais internacionais, desde o período colonial, quando a captura de baleias era a grande empreitada e era realizada pelos portugueses e

bascos, que utilizavam mão de obra escrava, sob concessão da Coroa que detinha o monopólio. Esse tipo de captura era comum na Bahia, no litoral sul de São Paulo (Ilha do Bom Abrigo) e litoral de Santa Catarina, onde, ainda hoje, podem ser vistos os vestígios das diversas amarrações. Também as sardinhas se tornaram mercadoria para comerciantes portugueses e espanhóis a partir das primeiras décadas do século XX. A captura, que teve início na Ilha Grande no Rio de Janeiro, deu origem às primeiras indústrias de salga e secagem, depois de acondicionamento, no Rio de Janeiro e Santos. Enquanto no Rio Grande do Sul a merluza era o produto da indústria pesqueira (DIEGUES, 1983).

Nos anos 1960, através de incentivos fiscais concedidos pela então recém-criada Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e obedecendo a uma agenda de modernização e nacionalização, o governo brasileiro estabeleceu uma indústria pesqueira com base sobretudo empresarial no litoral centro-sul do Brasil, usando *trawlers* (potentes embarcações que praticam a chamada “pesca de arrasto”) na captura do camarão para exportação. Na década de 1990, foram criadas outras empresas nesse modelo no Ceará, para a captura da lagosta, com repercussões violentas: a chamada “guerra da lagosta”, em Icapuí, é um exemplo emblemático do conflito em defesa do território pesqueiro (VASCONCELOS, F. P.; CORIOLANO, 2008).

Mas, para muitos pescadores, a atividade — antes vinculada à produção de conhecimento, à pequena produção e à subsistência — assumiu no Sul e Sudeste uma escala comercial de grande importância, transformando os pescadores artesanais em assalariados. Surgia um proletariado ligado à pesca e ao beneficiamento do pescado, e iniciava-se a destruição das relações simétricas e a quebra da unidade trabalho/conhecimento.

A pesca industrial — ou empresarial-capitalista, como Maldonado (1986) explica — divide-se em três atividades básicas: captura, industrialização e comercialização do pescado. Cada atividade específica é desempenhada por grupos de trabalho diferentes. Nessa lógica, o pescador assalariado participaria apenas da captura do pescado, sem exercer nenhum tipo de influência, seja sobre a equipe, seja sobre a rota de pesca ou duração da jornada de trabalho. Esse pescador passa a trabalhar em unidades de empresas pesqueiras, podendo receber salário fixo ou, em alguns casos, uma pequena participação na produção. Em geral, os donos dos meios de produção não participam da atividade da pesca.

A pesca industrial entrou em declínio no final dos anos 1970. A recessão econômica comprometeu o aporte de recursos e a exploração da costa pelos *trawlers*, cuja prática realizada de forma indiscriminada e predatória esgotou os bancos de camarão. Algumas dessas empresas migraram para as regiões Norte e Nordeste e continuam a praticar a pesca de arrasto.

Pela legislação brasileira, a pesca industrial é assim definida:

[...] quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial. (BRASIL, 2009).

Enquanto a pesca artesanal é entendida:

[...] quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte (BRASIL, 2009).

Mas, como veremos em nosso percurso de pesquisa, para os pescadores artesanais outros elementos, além do regime de trabalho e das tecnologias utilizadas, são importantes nessa distinção, tais como: a relação predatória ou não com a natureza, o trabalho cativo e a desvalorização da arte da pesca.

Ramalho, ao analisar a relação entre a pesca artesanal e o Estado, afirma que:

A ação do Estado no Brasil buscou, historicamente, conduzir, segundo seus interesses e os das elites econômicas, os pescadores artesanais à modernidade, através do tutelamento político e da transformação da força de trabalho desses trabalhadores em reserva naval para a Marinha Brasileira, e, depois, em mão de obra para as formas capitalistas de produção (pesca industrial e, recentemente, aquicultura), quando não promoveram a busca pelo fim da pescaria artesanal em várias localidades no país. (RAMALHO, 1999, p. 32).

Para o autor supracitado, o surgimento das colônias de pescadores, a formulação de leis e códigos de pesca e a criação e a atuação da SUDEPE e, posteriormente, do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) anunciaram a existência de projetos sociopolíticos e econômicos vinculados a teses nacionalistas e à ideia de modernidade, nos quais o controle político e a formação de uma força de trabalho tiveram destaque no atendimento aos interesses da Marinha e da elite.

Se observarmos o contexto histórico de saída da monarquia para a república, veremos que, para a manutenção de seu próprio prestígio junto aos republicanos (que tinham maior aproximação com o exército) a marinha apostou na nacionalização da pesca, dentre outras estratégias, para promover o seu fortalecimento. Estratégia que passou a ser justificada, de um lado, por fatores econômicos, uma vez que o não desenvolvimento industrial do setor pesqueiro conduziu inúmeras vezes o governo a adotar políticas de importação de pescado para satisfazer às necessidades da nossa crescente população nos centros mais urbanizados (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador). E, de outro, por questões nacionalistas, de acordo com duas vertentes: a primeira tinha por meta retirar do controle dos pescadores estrangeiros a força que tinham em âmbito nacional, obrigando-os, no mínimo, a naturalizarem-se, “principalmente portugueses (poveiros)” (PAIVA, M. P., 2004, p. 53) e, em menor medida, os espanhóis; e a segunda era a defesa da costa, que se intensificou após a eclosão da I Guerra Mundial (1914-1917), cujos conflitos navais tiveram importância decisiva, visto que, “a guerra revelara o quanto a costa brasileira estava militarmente desprotegida” (CALLOU, 1994, p. 85).

Esse contexto colocou o pescador artesanal como personagem estratégica submetida, como reserva militar, ao controle da Marinha, que contava com escassos braços e enfrentava a falta de quadros a serem recrutados por ela. A isso se somava a busca pelo controle do espaço da pesca, pela consolidação do poder militar do Estado e de seus interesses societários de modernidade, traduzidos na necessidade de se ter uma considerável reserva naval.

Figura central desse processo, Frederico Villar, agregou ao seu projeto militar a defesa das riquezas naturais e do meio ambiente como uma espécie de “poupança” para viabilizar o plano nacional de industrialização e um projeto civilizatório capaz de tirar da “ignorância” os povos do mar. Esse intento revela a ideologia eurocêntrica impregnada nas ações da recém-criada República Federativa do Brasil.

Instruída e saneada, essa gente, com seus barcos, representará para a Marinha e para a Nação uma preciosa Reserva, de fácil mobilização para a defesa naval, além de constituir viveiro magnífico de hábeis marinheiros e uma considerável fonte de múltiplas atividades, interessantíssimas para o País. (VILLAR, 1945, p. 45).

Essa era a “grande cruzada” postulada por Frederico Villar, pois “quem são, em todo o Brasil, os pescadores? São homens inteiramente alheios às conquistas da civilização e do trabalho” (VILLAR, 1945, p. 46), e para “curá-los” desse mal era fundamental, segundo o autor, subordiná-los às instituições e à organização capitalista do trabalho, mantendo-os, também, como “reserva para as necessidades flutuantes da exploração capitalista” (MARX, 2003, p. 556).

Historicamente, a anunciada ignorância tem justificado ações que submetem essa classe trabalhadora a um processo de “aldeamento” ou de (re)colonização que precisa ser revisto em seu aspecto relacional, pois não acontece sem o exercício da violência (física e/ou simbólica) e se inicia pela legitimação da submissão do outro considerado atrasado, primitivo, inferior (FANNON, 1961; BALANDIER, 1976) e quem sabe, “povos tradicionais”, no linguajar politicamente correto das elites nos dias atuais. Souza traduz as aspas utilizadas quando define o conceito de racismo cultural, que segundo ele é:

[...] a construção de uma separação “ontológica” entre sociedades qualitativamente distintas, nas quais as diferenças não são de graus, ou seja, não são quantitativas, mas de essência, implicando a noção de “sociedade superior” - assim como de “indivíduos superiores” - que a compõem. (SOUZA, 2015, p. 21).

Tais processos discriminatórios parecem se naturalizar e se cristalizar em expressões recorrentes no discurso contemporâneo. Como vimos, o próprio conceito de “comunidade tradicional” adotado pela PNPCT nos parece opor tradição e desenvolvimento, atrasado e próspero; parece ainda desconsiderar as particularidades de cada grupo populacional em questão, homogeneizando-os. Operado numa lógica linear, sem movimento e conservando traços discriminatórios, esse conceito tende a servir de base argumentativa para o processo de submissão e expulsão desses povos de seus territórios de origem em nome do “desenvolvimento”, ideia central para a modernidade.

Esse foi também o viés ideológico que sustentou a missão do Cruzador sob o comando de Villar. Ao final dessa missão, Villar e seus comandados fundaram cerca de 800 colônias e cadastraram mais de 100.000 pescadores no país como força de trabalho a ser usada pela Marinha (CALLOU, 1994). Para mobilizar os pescadores, os mecanismos utilizados eram variados, e revelavam a política paternalista e

controladora que iria predominar, durante décadas, na vida da categoria, marcando fortemente a sua cultura organizativa e seu cotidiano, impossibilitando qualquer tipo de participação dos pescadores nas políticas e ações.

A colônia de pesca, mais do que uma necessidade de uma categoria, assim como as federações estaduais e confederação nacional dos pescadores, foi um instrumento do poder público, que condenou durante décadas o processo de participação popular. (RAMALHO, 1999, p. 103).

A estreita ligação com o Estado resultou na falta de identificação das colônias como associações pertencentes aos pescadores.

De fato, os assuntos de interesse coletivo mais importantes, discutidos entre os pescadores quando eles não estão embarcados, não são tratados nas sedes das Colônias, mas nas rodas de conversa à beira-mar, à sombra de um coqueiro, cajueiro, abrigo de palha, enquanto trabalham no ajuste e conserto de seus equipamentos de pesca, ou no balcão do bar, enquanto descansam. (TASSARA; LINSKER, 2005, p. 20)

A presença de pessoas da Marinha, ou de pessoas a ela ligadas, como os dirigentes das colônias, estendendo-se às elites locais afastam a possibilidade de tornar as colônias um espaço de organização sociopolítica da categoria. É importante destacar que, como responsável por cada área em que se situavam as colônias, emergiu a figura do capataz. Homem vinculado à Capitania dos Portos, que tinha/tem o papel de cobrar dos pescadores taxas relativas às suas embarcações (canoas, jangadas, etc.) e exigir deles a obrigatoriedade de associarem-se. A função de capataz era algo que datava do Brasil imperial, a partir do Decreto nº 446, de 19 de maio de 1846, que criou também às Capitâncias dos Portos, disciplinando e ordenando o trabalho dos pescadores.

A figura do capataz ainda se mantém viva tanto na memória dos pescadores quanto na postura de alguns dirigentes das colônias. Algumas falas revelam um pouco dos afetos produzidos nestes encontros. Dentre elas destacamos:

[...] pior dia da minha vida... minha mulher tava grávida e nós não tinha nada pra comer, nem um pano pra enrolar a criança...eu não era cadastrado na colônia, não tinha barco, mas um companheiro me ofereceu parceria. O capataz não queria deixar eu ir... o pessoal falou com ele e tudo... prometi que ia me cadastrar... foi muita humilhação. (José)

A institucionalização do trabalho do pescador, as relações de poder, tutela e o assistencialismo apontam para movimentos que limitam a autonomia laboral e política, além de produzir dor e humilhação. O capataz era o maestro desses movimentos e procedimentos empregados para submeter e controlar.

Continuando nosso itinerário, em 1933 a pesca passa às mãos do Ministério da Agricultura, através da Divisão de Caça e Pesca (DCP). A Confederação Geral dos Pescadores Brasileiros, implantada em 1920, subordinou-se à DCP, e as colônias, conseqüentemente, também. O cadastramento dos pescadores e de seus barcos, porém, continuou a cargo da Marinha Brasileira. Nessa conjuntura, foi elaborado o Código de Caça e Pesca (Decreto nº 23.672, de 02 de janeiro de 1934), primeira lei mais acabada sobre o setor pesqueiro, que previu, em um de seus pontos, a entrega de balancetes e de relatórios mensais pelas diretorias das colônias à DCP, permitindo a esta última intervir nas colônias quando julgasse necessário (RAMALHO, 1999). Ainda segundo o autor:

O artigo 15 da referida lei ordenava que “as colonias (sic) reger-se-ão por estatutos elaborados pela Confederação Geral dos Pescadores do Brasil e aprovados (sic) pelo ministro da Agricultura”. Ademais, frisava o artigo 12 que “todo o pescador profissional é obrigado a fazer parte da colônia em cuja zona reside”, pois, do contrário, os pescadores seriam proibidos de entrar nas águas para pescar. (RAMALHO, 1999, p. 28).

Foi também no Estado Novo, durante a presidência de Getúlio Vargas (1930-1945), que várias leis de proteção à natureza foram criadas. Entre essas se incluem o Código Florestal, o Código de Caça e Pesca, o Código de Águas, o Código de Minas e o Código de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas, todas publicadas entre maio de 1933 e outubro de 1934 (FRANCO, J. L. A.; DRUMMOND, J. A., 2009, p. 42).

Em 1938, a DCP elaborou a segunda lei referente à pesca no Brasil, denominada Código da Pesca (Decreto-lei nº 794, de 19 de outubro de 1938), com características assistencialistas e que manteve a ideia de preservação da natureza voltada para o interesse de “defesa da fauna e flora aquícolas e desenvolvimento de suas indústrias” (Artigo 1). Mantinha-se, sobretudo, o viés policialesco sobre a vida política e de trabalho dos pescadores, fundamentalmente quando incumbiam aqueles que fiscalizavam a pesca (capatazes) equiparação “aos agentes de segurança pública

e oficiais de justiça, sendo-lhes facultado o porte de arma de defesa [...]” (Art. 76). Além disso, a lei criou o Conselho Nacional de Pesca.

De 1962 a 1989, o apoio e a formação de uma classe social empresarial na pesca foram o grande projeto de Estado. Dessa maneira, os pescadores deixaram de ser tratados como reserva naval e passaram a força de trabalho de reserva para os industriais da pesca.

Sem nenhuma dúvida é possível afirmar que o próprio conjunto de leis, códigos, planos e programas “públicos” para a pesca destinaram-se (e ainda se destinam) a formar um mercado de trabalho, destituindo os pescadores de sua condição autônoma e os colocando como “[...] criadores das condições de existência do capital” (MARX, 2010, p. 104). Basta ver que, de 1962 a 2013, a SUDEPE e o MPA buscaram a subordinação produtiva dos pescadores. Segundo Ramalho:

Com a implantação da Sudepe – que culminou com o reconhecimento da pesca como indústria de base inspirada no ideário desenvolvimentista – objetivou-se dar um novo impulso à industrialização do setor pesqueiro, que tinha seu esteio, em termos de produção, na pesca artesanal. (RAMALHO, 2014, p. 35).

Para tanto, foram criados os Planos Nacionais de Desenvolvimento Pesqueiro (PNDEPs), nos quais estavam estabelecidas linhas oficiais de créditos, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e fixados incentivos fiscais, que foram empregados na “construção e importação maciça de barcos, equipamentos e infraestrutura de terra, dimensionando-as para uma pesca costeira que geralmente não podia ir além da plataforma continental” (DIEGUES, 1983, p. 132), o que se manteve nas décadas subsequentes.

Tais investimentos no setor industrial provocaram prejuízos socioambientais como: a superexploração de inúmeras espécies de pescados (sobrepesca); conflitos pelo uso dos territórios de pesca dos barcos industriais com pescadores locais; aumento da pobreza dos pescadores artesanais, incluindo aí a crescente subordinação dos mesmos às empresas de pescados; e malversação dos recursos públicos pelos empresários (DIEGUES, 1983; NETO, 2003; MELLO, 1985).

O processo de modernização deu-se à revelia das comunidades de pescadores, de cima para baixo; ou seja, superpondo a estas uma classe de empresários até então estranha à sociedade local. A modernização induzida,

extremamente favorável em termos fiscais à indústria pesqueira, é “resultado da visão das instituições sobre a pesca artesanal que sobre ela refletem e a ela se referem, a partir de um ponto de vista elitista e do capital” (LOUREIRO, 1985, p. 137) e que se mantem nos dias atuais.

Nesse contexto, a fiscalização da SUDEPE e dos demais órgãos ligados à pesca assumiu um claro viés classista e atribuía culpa dos negativos impactos ambientais exclusivamente aos pescadores artesanais, devido ao suposto:

[...] desconhecimento dos ciclos das espécies, o que implica ver o pescador como um produtor ignorante do que faz e que viveria à mercê da natureza, correndo, portanto, o risco de predá-la. (MALDONADO, 1993, p. 47).

Em 1973, um novo acontecimento marcou a vida da pesca artesanal no Brasil. A SUDEPE criou, pela primeira vez, um programa de apoio ao setor: o Plano de Assistência à Pesca Artesanal (PESCART). A difusão tecnológica passou a ser a grande meta da Superintendência, que a enxergava como sinônimo de desenvolvimento e de rompimento com o “mundo atrasado” da produção artesanal. Para dar aplicabilidade ao PESCART, surgiu a Extensão Pesqueira, que começou a trabalhar junto às colônias. Investiu-se na melhoria da infraestrutura dessas entidades e foram empregados recursos junto à Confederação Nacional dos Pescadores (CNP) para que desenvolvesse políticas de apoio ao setor (CALLOU, 2007; DIEGUES, 1983; RAMALHO, 1999).

Porém, essa ajuda só aumentou a relação paternalista das entidades de pescadores e pescadoras com o poder público, já que não só as colônias se encontravam amordaçadas politicamente, mas a própria CNP estava estruturada de maneira frágil, não sendo representativa da categoria. No que se refere à assistência tecnológica, pode-se dizer que foi um apoio que serviu para fortalecer, em várias localidades, os grupos com maior poder econômico e com mais influência política frente às diretorias das entidades (DIEGUES, 2000).

Para Vieira (1995), a preocupação dos governos militares em modernizar a atividade pesqueira, devido ao grande potencial de nossa faixa costeira de característica continental, contando com a SUDEPE como mecanismo de intervenção inserido “na dinâmica de modernização conservadora” (VIEIRA, 1995, p. 307), só serviu para condenar os pescadores e pescadoras ao agravamento de suas condições

de vida, a agudização da desigualdade social, pois investimentos promovidos pelo poder público em larga escala destinavam-se à industrialização do setor.

A SUDEPE cumpriu, assim, papel importante para o capital: viabilizar a expansão da pesca enquanto negócio moderno e rentável para um grupo de empresários, criando, ao mesmo tempo, uma força de trabalho disponível, ora permanente, ora de reserva. Em 1989, a instituição foi extinta e a pesca ficou, por 14 anos (até 2003), sem um órgão responsável por ações públicas de fomento dessa atividade.

O IBAMA absorveu parte das suas atribuições, sem ter qualquer contribuição no fomento da atividade pesqueira. Criou-se, assim, um vácuo nas políticas produtivas para o setor pesqueiro, posto que o IBAMA é uma instituição de proteção ambiental. Paralelamente a isso, e após um período de luta em defesa do território pesqueiro, a Constituição de 1988 colocou, em lei, fim ao controle do Estado sob a organização política dos pescadores(as). Um novo Código de Pesca foi criado, a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, e esta

Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. (BRASIL, 2009).

É importante ressaltar que, mesmo com a lacuna deixada pela extinção da SUDEPE, a pesca empresarial continuou sendo fomentada pelo Estado. Na região Nordeste, por exemplo, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) ocupou papel de destaque no financiamento de vários empreendimentos privados. O alvo do apoio foi (e é) a aquicultura, particularmente a carcinicultura (cultivo de camarão em cativeiro), desenvolvida de maneira intensiva e extensiva em áreas de manguezais desde a década de 1990.

Os manguezais exercem importantes funções, dentre elas: armazenamento, decomposição e distribuição de matéria orgânica necessária às várias formas de vida terrestres e aquáticas; são berçários de várias espécies animais e vegetais; funcionam como quebra-mares contra as intempéries oceânicas, protegendo as linhas de costa e as margens dos estuários contra erosão, e, da mesma forma, as regiões ribeirinhas das enchentes (LACERDA, 1984); têm sido utilizados tradicionalmente como fonte de alimento, combustível, madeira e medicamentos (ALONGI, 2002), sendo importantes

para a manutenção de comunidades cujas economias se baseiam no uso destes recursos.

Mas, apesar da importância desse complexo e imprescindível ecossistema e da legislação “garantir” a sua preservação, a carcinicultura contou com conjuntura favorável à sua implantação e expansão, por conta da forte demanda do mercado externo por esse tipo de pescado, pois “a pressão para expandir a cultura do camarão tem origem na demanda dos países ricos [...]” (ALIER, 2007, p. 131). A geração de ganhos econômicos rápidos para aqueles que investissem no ramo; apoio maciço de pesquisadores de instituições públicas, inclusive a partir de algumas agências do fomento em ciência e tecnologia, por exemplo; liberação facilitada para sua implantação em Áreas de Preservação Permanente (APP), como os mangues, através de agências ambientais; e o surgimento de uma classe empresarial capaz de construir um discurso coeso e hábil, além de fortes alianças, inclusive com (e dentro) do Estado fortaleceram a atividade da aquicultura e comprometeram/comprometem o equilíbrio socioambiental em várias localidades (RAMALHO, 2014).

O que antes era, historicamente, território comum das comunidades locais de pescadores(as), através de suas regras costumeiras de apropriação e usos ancestrais e coletivos, transformou-se em lugar privado para a realização do capital investido no cultivo de camarão. As comunidades locais passaram a ter seus direitos de uso comum negados, sendo excluídas ou, quando muito, tendo poucos pescadores “aproveitados” para trabalharem enquanto assalariados das empresas aquícolas.

Não podemos mais criar nossos bichos soltos! (Pedro)

Quero lhe mostrar como está o lugar onde pegávamos caju, castanha, murici...não existe mais. Tá uma tristeza. (Maria)

Ele (o filho) foi trabalhar para uns barcos de camarão lá pelo Pará. Foi o jeito. (Paulo)

Nesse cenário de expansão da aquicultura e implementação de políticas para a pesca, em 2003 foi criada a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP); transformada, em 2009, em MPA, que passou a ter o papel de articulação de políticas para a produção pesqueira, com ênfase para o setor aquícola e promovendo uma “revolução produtiva e tecnológica na pesca, a ‘revolução azul’, com o desenvolvimento da aquicultura” (RAMALHO, 2014, p.17), sem que isso tenha

representado melhorias na qualidade de vida para aqueles(as) que pescam artesanalmente. Tal fato tem semelhanças com a revolução verde ou expansão do capitalismo no campo, onde “o progresso tecnológico não significa necessariamente uma melhoria de condições de vida do trabalhador. E, às vezes, até pelo contrário, pode agravá-las” (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 27).

Em outubro de 2015, o MPA é extinto e a pesca passa a integrar o Ministério da Agricultura (MA). Em 2016, após o golpe de Estado, a Medida Provisória 726 extingue o Ministério da Agricultura e estabelece o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento — com quem, presume-se, está a coordenação das atividades de pesca, já que nenhum pronunciamento ou medida direcionada a esta atividade produtiva foi anunciada. De qualquer forma, o poder público mantém a tessitura de políticas mínimas, cujo alvo é a produção pesqueira (a pesca) e não os trabalhadores da pesca.

Compondo e complexificando mais ainda o cenário, outros ramos da produção econômica também têm afetado, fortemente, a vida dessas comunidades. O turismo, em especial o turismo residencial, a exploração de gás natural, petróleo e energia eólica configuram um contexto de conflitos e delineiam movimentos em defesa do território pesqueiro. Em nossos cenários de pesquisa, destacamos o turismo e a produção de energia eólica como atividades promotoras do processo de “acumulação por espoliação”.

3.2.1 O turismo

A partir de meados dos anos 1990, em uma faixa razoavelmente contínua do litoral, teve início o desenvolvimento de várias estratégias de atração de investimentos estrangeiros, notadamente voltados para formação de parques residenciais, loteamentos, *resorts*, condomínios fechados e *condhotéis*. Essas transformações ligadas ao turismo e ao ramo imobiliário trazem consigo alterações espaciais e sociopolíticas significativas para as comunidades de pescadores artesanais que merecem ser melhor analisadas. Pois, como Silva, A. F. C e Ferreira, A. salientam:

As atividades turísticas necessitam de uma rede de serviços urbanos, recepção, hospedagem e entretenimento aos visitantes, o que gera a produção de novos espaços adaptados à demanda internacional; isso

significa a acomodação do lugar aos interesses do produto turístico ofertado.
(SILVA, A. F. C; FERREIRA, A., 2008, p. 62 — grifo nosso).

Segundo Silva, A.F.C. (2010, p. 223), e considerando apenas os anos de 2007, 2008 e 2009, existiam:

[...] 33 grandes empreendimentos imobiliário-turísticos (com mais de 05 hectares) comercializados internacionalmente no nordeste, consumindo aproximadamente 11,2 mil hectares e com valores de investimento previstos na ordem de R\$ 13,54 bilhões. Isso representou a necessidade de transformação do solo litorâneo principalmente nas zonas rurais que se tornaram, por modificações legais nos Planos Diretores, em zonas urbanas ou de expansão urbana.

Para esse autor, um conjunto de elementos econômicos pode explicar o aumento dos investimentos no parque “imobiliário turístico”. Em primeiro lugar, relaciona-se com maior capacidade das empresas em variar o mix de produtos, permitindo compor tipos de empreendimentos como imóveis tradicionais, flats, hotéis, comércio e serviços avançados, etc., não necessariamente concorrentes, mas sim complementares.

Um segundo elemento é a localização geográfica, no sentido de que, embora os lotes de terra necessitem estar em proximidade com a praia (para desfrutarem da beleza natural), não necessariamente todos os imóveis devem estar voltados ao mar. Isso potencializa a oportunidade de lançamentos para além da linha de praia e permite ampliar a oferta de unidade residencial, individualizada, visto que a infraestrutura de apoio (em termos comparativos) é mais simples, exige menos regulações legais e diminui os custos de manutenção, inclusive com pessoal, se comparados ao investimento na hotelaria tradicional. Por fim, as unidades residenciais podem servir como fonte de renda permanente, a partir de administradoras de imóveis que sublocam a residência. Assim, se instala o turismo residencial que, entre outras coisas, significa a perda da posse das terras e do uso e manejo dos recursos naturais para grupos estrangeiros, ou a luta diária pela sua manutenção por parte dos moradores.

Pode-se observar, então, a fusão imobiliário-turístico como uma das formas de “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2007), baseadas na necessária ocupação territorial, transformação e valorização do território em larga escala — sendo o imobiliário-turístico a expressão econômica dos processos de acumulação do capital.

O turismo é “uma atividade que consome elementarmente o espaço” (CRUZ, 2001 p. 25) e tem recebido de estados e municípios especial atenção, através de programas de desenvolvimento destinados exclusivamente ao apoio do setor, como o Programa de Desenvolvimento de Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE).

Estudo específico do Observatório das Metrópoles (SILVA, A. F. C.; FERREIRA, A., 2008) e o posterior detalhamento dado por Silva, A. F. C. (2010) demonstraram que o interesse do capital estrangeiro no Nordeste, entre 2001 e 2007, ocorreu de modo inovador nos setores do turismo e do mercado imobiliário. Conforme pesquisa da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR, 2009) sobre o segmento, tais projetos imobiliários turísticos no Nordeste foram procurados na sua maioria por europeus (espanhóis, portugueses, ingleses e italianos) com renda média e alta, que buscam novas opções de investimentos fora do mediterrâneo, mas com preço baixo.

Quanto às ações do Estado nesse processo, Gottdiener (1993) nos diz que:

O papel do Estado nesse processo é contraditório. De um lado, precisa intervir a fim de preservar as coerências do espaço social em face de sua destruição pelas transformações capitalistas dos valores de uso em valores de troca – isto é, de espaço social em espaço abstrato. De outro lado, suas intervenções são explicitadas pela relação de dominação. Por conseguinte, as intervenções do Estado não resgatam o espaço social; ao contrário, ele apenas ajuda a hegemonia do espaço abstrato, produzindo alguns de seus próprios espaços através do planejamento. (GOTTDIENER, 1993, p. 148).

Compreendemos a necessidade de criação de geração e renda para o povo nordestino, pois não podemos esquecer que, dentre as regiões brasileiras, o Nordeste é aquela mais marcada socialmente pela exclusão social e desigualdade na renda da população; e sem nenhuma dúvida o turismo, o setor imobiliário e a construção civil vêm configurando, desde a década de 1990, um novo patamar socioeconômico que aproxima (mas, não iguala) o Nordeste das outras regiões do país.

O Nordeste mantinha até o início da década de 1990 o estigma do atraso como uma referência quase hegemônica em relação às demais regiões em grande parte devido a pobreza extrema em sua área rural que possuía, em 1990, 55% da população indigente do Brasil (IPEA, 1993) e pelo baixo dinamismo econômico nas grandes cidades. Na última década (2000 a 2010) seu recente dinamismo econômico foi favorecido pela modernização e atualização do parque industrial, implementação de políticas competitivas interestaduais, indústrias e plataformas baseadas na petroquímica, agricultura para exportação, mercado imobiliário e turismo. Nesse mesmo período, o Nordeste brasileiro se mostrou cada vez mais competitivo no mercado nacional diminuindo (mas não equivalendo) a distância entre as demais regiões do Brasil. O conjunto dessas transformações econômicas

refletiu-se na melhoria interna da renda da população nordestina, associada aos polos mais dinâmicos da região fazendo com que o Produto Interno Bruto do Nordeste crescesse (entre 2005 e 2008) acima do PIB nacional, acompanhando e superando as tendências postas ao Brasil como mercado emergente global. (SILVA, A. F. C.; FERREIRA, A., 2008, p. 9)

Todos esses movimentos favoreceram o ingresso do litoral no competitivo mundo turístico-imobiliário, retirando do isolamento uma considerável parcela da população e extensa faixa de terra e mar e ampliando, assim, a conectividade da zona de praia com o circuito global de valorização do capital turístico e imobiliário. Estaria aí a solução para a superação das desigualdades locais? No que, de fato, o aumento do PIB nordestino, resultante desses movimentos, melhorou as condições de vida do povo?

São questionamentos que, sem dúvida, não poderemos responder satisfatoriamente neste estudo. Mas, não podemos esquecer que essas dinâmicas sociopolíticas e econômicas são elementos de um projeto conjunto Estado/capital preocupado em atender não às necessidades das populações ou à sustentabilidade dos territórios, mas aos interesses dos grandes grupos de investidores nacionais e internacionais. A realidade nos mostra os riscos evidentes à sobrevivência desses grupamentos humanos e à manutenção dos recursos naturais comuns.

Nesse jogo, as comunidades locais têm sido as mais prejudicadas sendo comumente espoliadas e excluídas dos processos decisórios, tendo sua dignidade e sustentabilidade ameaçadas em função das alterações espaço/temporal e dos novos significados/sentidos impressos no cotidiano, principalmente, com o crescente e acelerado processo de urbanização e a pressão imobiliária exercida sobre os territórios. Essa é apenas uma parte ínfima do problema, que se agrava mundialmente, fruto das formas de apropriação e acumulação do capital:

Hoje 800 milhões de pessoas passam fome, não por culpa delas, mas por culpa de um sistema de alocação de recursos sobre o qual elas não têm nenhuma influência. A impotência de não poder prover o alimento ao filho é um sentimento terrível. Milhões de crianças morrem todo ano. Ao dia, cerca de cinco vezes mais do que as vítimas nas Torres de Nova Iorque. (DOWBOR, 2017, p. 13).

Mas a resistência também se expressa cotidianamente, desde a manutenção de suas práticas e organizações milenares até a contraposição, organizada, à lógica hegemônica do turismo-imobiliário, desenvolvendo experiências com expressiva

importância para a reprodução e manutenção da cultura local, preservação ambiental, geração de emprego e renda para as famílias de pescadores artesanais, revelando que outra lógica é possível.

Como exemplo temos a criação da Rede Tucum no litoral do Ceará que apresenta a proposta de um turismo comunitário capaz de resgatar e manter a singularidade do povo/ lugar:

A construção da proposta de turismo comunitário no Ceará foi iniciada com o processo de movimentação social para a garantia dos direitos da sociedade civil de acessar informações das políticas públicas de turismo a serem implementadas no estado, e para a defesa dos direitos das populações tradicionais ameaçadas de expulsão dos seus territórios, com a ocupação do litoral por grupos econômicos, do setor turístico e imobiliário. (Rosa Martins, coordenadora de Relações Institucionais do Instituto Terramar, ONG que apoia o projeto Rede Tucum).

A primeira experiência surgiu ainda em 1998, na Prainha do Canto Verde, mas somente 10 anos depois a rede estruturou-se e oficializou-se. No início, a Tucum contava com 12 organizações comunitárias e 3 entidades de assessoria. Hoje, o cenário mudou bastante, já que existem 15 grupos de turismo com mais organização para cumprir o objetivo.

Outra grande frente de resistência e de proposições é o Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP) em defesa do território pesqueiro que definiu como objetivo principal lutar pela criação de uma lei que regulamente a demarcação, regularização, titulação e desenvolvimento sustentável das “comunidades tradicionais pesqueiras”. Nesse sentido, vem desenvolvendo nos últimos anos um intenso trabalho de base com o propósito de organizar os pescadores e pescadoras em todo Brasil para o enfrentamento aos grandes projetos, indicando deslocamentos em direção a conformação e ao reconhecimento de uma classe trabalhadora para si. O movimento amplia seu corpo ao aderir às causas comuns com outras comunidades tradicionais como índios, ribeirinhos e Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), especialmente.

O turismo-imobiliário e de luxo, entretanto, continua avançando nas praias nordestinas, juntamente com a exploração de fontes de energia como gás, petróleo e o vento (usinas de energia eólica), ameaçando os territórios pesqueiros até pouco tempo isolados dos grandes centros urbanos. Com o apoio estatal, inclusive dos órgãos de proteção ambiental, os empreendimentos se avolumam de forma

descontrolada sem monitoramento integrado nem definição dos impactos cumulativos nos territórios e nos grupamentos humanos ali estabelecidos.

3.2.2 Energia Eólica: “energia limpa”?

Os ventos do litoral nordestino têm atraído cada vez mais a implantação de parques eólicos e a prática de esportes náuticos, como o *kite surf*; segundo os pescadores, isso contribui para afastar os peixes menores, que alimentam os de grande porte, diminuindo a frequência dos mesmos na área pesqueira e comprometendo a atividade da pesca artesanal costeira.

Quanto à exploração da energia produzida pelos ventos, é fundamental atentarmos para sua relação com a política energética e o ideal da sustentabilidade, considerando a produção de energia a partir de fontes renováveis como parte das respostas à questão ambiental. Num recorte mais específico, está ligada à ideia de uma transição energética (da produção de energia a partir de fontes não renováveis para a produção a partir das fontes renováveis), proposição alavancada pelas Mudanças Climáticas Globais (MCGs).

O surgimento do debate sobre as MCGs, fenômeno conectado ao aumento do efeito estufa, vem na esteira da constatação de que a atividade humana chegou ao patamar de alterar o planeta em escala geológica, o que colocou em pauta na agenda mundial a questão ambiental há aproximadamente cinco décadas. Tratamos aqui da questão ambiental como o “conjunto das manifestações da destrutividade da natureza” (SILVA, A. F. C., 2010, p. 82).

A condição cada vez mais evidente da insustentabilidade das formas pelas quais a humanidade vem utilizando os recursos naturais, seja no que tange à pressão exercida sobre os ecossistemas, seja relativamente à própria possibilidade de sobrevivência humana (a possibilidade de escassez de recursos fundamentais à vida, de catástrofes sociais relativas às mudanças climáticas, a insuportabilidade da vida nas cidades poluídas e superpopulosas etc.) fez emergir o que Diniz (2015) chamou de “verdejar da opinião pública”. Como também ressalta Silva, A. F. C. (2010, p. 28):

O apelo preservacionista ganha força e assume a forma de um amplo pacto em torno do qual se mobilizam o Estado e a sociedade civil para construir alternativas à destruição da natureza, fomentando práticas ecologicamente saudáveis e ambientalmente sustentáveis.

Tal apelo ao desenvolvimento sustentável é, desde então, central as políticas e acordos em nível nacional e internacional na busca de uma sociedade menos nociva ao ambiente. Contudo, o que se verifica é a formação de um olhar para as expressões da questão ambiental que não supera o antropocentrismo e o desenvolver de iniciativas diversas para mitigar os impactos negativos da atividade humana, em detrimento de uma transformação no pensamento e nas ações que dê conta do enfrentamento de uma cultura produtivista e consumista (SILVA A. F. C., 2010).

Assim, apesar da importância do diagnóstico e do verdejar da opinião pública, seus desdobramentos acabam por focar na atividade humana de uma forma descolada de seu modo específico de reprodução atual, o capitalismo, o que acaba por perder de vista os determinantes do processo. As soluções apresentadas na tese do desenvolvimento sustentável não mostram como preocupação central a “intersecção sociedade-natureza, mas as formas economicamente viáveis de apropriar-se da natureza” (BARRETO, 2009, p. 5).

Sabemos que a produção de energia é força motriz do desenvolvimento das sociedades humanas e, conseqüentemente, da sociedade capitalista, o que nos leva à compreensão de que:

As escolhas-chave envolvidas na transição energética não são tanto entre diferentes combustíveis, mas entre diferentes formas de arranjos sociais, econômicos e políticos construídos em combinação com as novas tecnologias energéticas. (MILLER; ILES; JONES, 2013, p. 139).

É por ser um processo fundamental da vida humana, e não apenas um problema ambiental, que a temática energética passa pelos conflitos radicados na própria estrutura social. Sendo assim, os privilégios de classe, as relações de exploração e dominação podem acabar por se reproduzir na transição para as energias renováveis. Dessa forma, quando colocamos a exploração de energia eólica dentro do contexto das comunidades tradicionais, necessariamente precisamos voltar o olhar para as diferentes lógicas de apropriação dos recursos naturais em jogo nos territórios.

Embora atravessada pela mercantilização da vida, a lógica que ordena a exploração dos recursos naturais nas comunidades tradicionais ainda se encontra assentada na perspectiva da subsistência e da dependência direta desses recursos. Não podemos, portanto, perder de vista a perspectiva histórica da relação entre a

humanidade e seu entorno e o fato de que a sociedade capitalista não é um bloco unitário: é dividida em classes, e estas participam de forma diferente da exploração da natureza (FOLADORI, 1999). Chamamos atenção mais uma vez para a necessária consciência de que, na perspectiva do sistema de produção capitalista, não são as necessidades humanas que regulam o processo produtivo, mas as necessidades do capital.

No caso das energias eólicas, a implementação dos parques tem chamado a atenção pela dimensão, mas também para o que a sua instalação significa de imediato no seio das comunidades tradicionais: a perda do território. Essa atividade, da mesma forma que a aquicultura, transforma em privado um território que era comum e integrado às formas de vida que nele se desenvolveram e que dele dependem para reproduzir-se. Como nos chama atenção Gonçalves

[...] privar é tornar um bem escasso e, dessa forma, numa sociedade que tudo mercantiliza, um bem só tem valor econômico se é escasso. O princípio da escassez, assim como a propriedade privada que lhe é essencial, é que comanda a sociedade capitalista e suas teorias liberais de apropriação dos recursos naturais. (GONÇALVES, 2004, p. 67).

Um segundo elemento a ser ressaltado é o fato da não participação comunitária no planejamento e na tomada de decisões. Além disso, o discurso ambientalmente positivo coloca as comunidades tradicionais mais como empecilho do que vítimas das práticas de exploração o que do ponto de vista sociopolítico as enfraquece. Também não se pode desprezar o fato de que em muitos espaços, como é o caso da Pedra do Sal, parques eólicos estão sendo construídos em uma APA, abrangendo campo de dunas fixas e móveis, lagoas interdunares, rios, planície de aspensão eólica, manguezais e faixa de praia. A exploração dessa fonte de energia considerada “limpa” está impactando diversos ecossistemas e, possivelmente, a dinâmica do lençol freático, além de produzirem poluição sonora, visual, alterações morfológicas no solo, destruição de sítios arqueológicos e matas nativas (MEIRELLES; SILVA; THIERS, 2006). Outro aspecto que precisa ser ressaltado é que o bem produzido não se encontra disponível para as comunidades que habitam esses espaços.

Por terem de levar em conta os sistemas social e ambiental como interligados, as propostas em torno da transição para um sistema de energias renováveis deveriam abarcar o acesso igualitário à energia, a distribuição justa dos custos e benefícios e o direito de participação coletiva na escolha de se e como os sistemas energéticos irão

mudar (MILLER; ILES; JONES, 2013, p. 143). Nessa linha, deve-se inserir a questão energética no debate sobre os direitos fundamentais e da própria prática democrática.

O fato é que as pressões causadas pelos efeitos combinados da expansão dos núcleos urbanos, indústrias do turismo, exploração indiscriminada dos recursos naturais, concentração e crescimento populacional e, a médio prazo, acumuladas com as alterações climáticas globais, estão submetendo os sistemas litorâneos a ameaças sem precedentes. Não apenas pondo fim a uma cultura milenar — como afirma Antônio, um dos sujeitos da pesquisa: “[...] *A cultura do pescador artesanal está se perdendo aqui*”. —mas, principalmente, impondo a essa categoria um sofrimento que tem como causa a desigualdade social, um sofrimento de caráter ético-político.

O último perfil socioeconômico dos pescadores levantado em 2011 a partir do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) do Ministério da Pesca e Aquicultura reflete bem o processo histórico de exclusão/inclusão vivido por essa classe trabalhadora: 83,6% dos pescadores apresentam baixa escolaridade (8,1% são analfabetos e 75,51% têm ensino fundamental incompleto); apenas 0,65% tem ensino superior; em uma média anual, têm renda mensal de R\$ 700,00 a R\$ 1.000,00. A maioria é do sexo masculino; 34,9% são mulheres e trabalham em média de 25 a 30 anos. Esses trabalhadores e trabalhadoras estão espalhados em 60,6% dos municípios brasileiros; cerca de 77% da ativa trabalham na região Nordeste (que concentra o maior número de pescadores cadastrados) e região Norte do Brasil.

Em síntese, nessa primeira incursão é possível apontar alguns mediadores da qualidade do processo de inserção social da classe dos pescadores artesanais no Brasil, e de outras comunidades consideradas tradicionais, que não podem ser desprezados na análise do objeto em estudo. São eles: i) o exercício intencional e constante da redução do poder desses trabalhadores e da potência desses homens e mulheres fundamentados na significação dos mesmos como inferiores, primitivos, atrasados objetivando o controle dos mesmos, a privatização dos recursos naturais comuns e a garantia de mão de obra barata, mantendo-os na pobreza e na servidão; ii) a vivência crônica e violenta com conflitos evidenciada na luta diária pela posse da terra, na disputa pelo uso, manejo dos recursos naturais e a reprodução de seu cotidiano, evidenciando um cenário de injustiça socioambiental; iii) o trabalho-artesanal como fonte de resistência e, ao mesmo tempo, de sofrimento ético-político.

Um processo perverso de exclusão/inclusão social dessa classe trabalhadora do conjunto da sociedade brasileira marca, inevitavelmente, sua construção

psicossocial, sua práxis coletiva, sua (re)produção social, assinalando a necessidade de nos debruçarmos sobre esse processo para compreensão mais ampliada do *ingenium* característico da pesca artesanal e seus desdobramentos possíveis no contraponto ao sofrimento ético-político. Sobre esse conceito anunciado por Espinosa, central para nossas análises e proposições, trataremos nas linhas que seguem.

4. E A PSICOLOGIA COM ISSO?

Neste capítulo, intentamos debater algumas questões fundamentais à nossa tese. Uma delas é o entendimento da dimensão psicossocial, pois, diante da imprecisão conceitual presente nas correntes psicológicas, o mínimo a fazer é esclarecer com qual ideia/movimentos compomos. Para tanto, buscamos no conceito espinosista de *ingenium* (MARCÌN, 2008) a compreensão desta dimensão. Primeiro, porque ele permite, entre outras coisas, um movimento analítico e propositivo que leva em conta a singularidade, a particularidade e a universalidade na constituição de uma vida humana ultrapassando as amarras e limitações dos conceitos de personalidade, caráter e identidade tal como tratados pelas psicologias hegemônicas. Segundo, porque nos aponta os elementos fundantes do processo de compleição de singularidades e coletivos que dão movimento e unidade à dimensão psicossocial. Terceiro, pela sua ligação com a esfera ético-política de constituição de uma vida humana.

Esse esclarecimento é importante para nossas análises e propostas, pois temos visto que, historicamente, as análises psicológicas e suas proposições interventivas se concentram ora na constituição singular do sujeito, ora em seus contextos particulares e ora nas leis gerais do comportamento e da cognição articulando-os, quando o fazem, de maneira superficial.

Acontece que, ao se concentrar apenas nos processos singulares, essas análises podem não alcançar as determinações particulares e genéricas que compõem as relações desse sujeito com o mundo, além de orientar as intervenções pela superstição (para usar um termo espinosista) de que o mundo muda a partir apenas das mudanças individuais. Ao se concentrar nas particularidades, nos contextos e modos de vida, as análises podem perder de vista a singularidade, a potência volitiva/imaginativa o que, em geral, leva à adoção da noção de que o homem é uma tábula rasa na qual a sociedade e as instituições tudo inscrevem. Ao se dedicar ao estudo das leis gerais do comportamento e da cognição, as análises correm o sério risco de não explicar nem a singularidade, nem a particularidade — apenas as propriedades genéricas comuns dos corpos, excluindo a historicidade da configuração subjetiva.

Dardot e Laval (2016) atualizam essa crítica ao analisar o encontro da economia política com a psicologia científica. Para esses autores, esta última tornou-se fiadora de um projeto de homem cuja eficiência, felicidade e sucesso são alcançados pela gerência de si (e, muitas vezes, da medicalização da vida), pelo suposto controle das emoções, exercício de sua única vontade (ideia de liberdade) e livre arbítrio. Não é por acaso que estamos vendo crescer e ganhar evidência dentro da práxis psicológica uma espécie de treinadores ou gestores de pensamentos e emoções (*coaching*) que exemplifica bem essa tendência, impulsionada pelos estudos da neurociência.

Outra questão que nos fez aderir ao *ingenium* como categoria de análise da unidade psicossocial é que o conceito rompe com as ideias diatômicas, de oposições entre corpo/mente, razão/emoção, necessidade/liberdade, social/individual e (re)coloca em cena o poder e as funções do corpo, dos afetos, da imaginação e dos encontros na constituição psicossocial de pessoas e grupos, desvinculando-os das visões teológica-moral com que são vistos até o momento.

Ao longo de sua afirmação enquanto ciência e profissão, a psicologia tem abordado a vida afetiva mantendo essa tradição, filosófica-moral-metafísica, que posiciona hierarquicamente a mente com relação ao corpo e os afetos como opostos à razão. Essa forma de conceber o humano delinea a análise psicossocial dos afetos, concebendo-a:

[...] negativamente, como antagônica à razão e à ordem, ou de considerá-la um fenômeno contingente, produto da linguagem ou da cultura, ou ao contrário, um fenômeno biológico, uma substância dura que se manifesta ao ser provocado por estímulos exteriores. (SAWAIA, 2001, p. 100).

Além disso, as distintas elaborações costumam separar afetos, emoções e sentimentos reconhecendo as emoções como estados corporais (fisiológicos) e os sentimentos como estados mentais (cognitivos). Nessa perspectiva, os estudos das emoções adotam caráter experimental e empirista, que intenta a generalização de resultados e a criação de modelos explicativos universais (ou parcialmente universais) com intuito de predição e controle, classificando os afetos em positivos e negativos em si, isolando-os das determinações sociais e históricas. (SAWAIA; MAGIOLINO, 2016).

Temos ainda as fragmentações estabelecidas pela ciência moderna hegemônica, que busca conhecer o homem isolando suas partes, aferindo suas

(re)ações, descrevendo em protocolos seus movimentos. Com a psicologia não é diferente: consciência, inconsciente, comportamento, afetos, cognição, imaginação, razão, percepção, memória e atenção aparecem em grande parte da práxis psicológica como dimensões isoladas entre si e do contexto histórico que lhes (re)constitui. Cada abordagem reclama um saber e, assim, fatiamos o homem até perdê-lo de vista.

Convém lembrar que essa fragmentação, entretanto, não se reduz a disputas entre saberes. Ela é epistemológica, isso é, por trás dos debates está “[...] a falsa dicotomia entre objetividade e subjetividade, e ainda a concepção de homem e sociedade que atravessa a história das ideias e, portanto, da psicologia” (SAWAIA, 2009, p. 365).

Diante dessas provocações, admitimos que é necessário à psicologia voltar o olhar para a totalidade que compõe a vida humana, reconhecendo a complexidade dos seres; suas formas determinadas e determinantes de construções singulares e coletivas; sua subjetividade constitutiva e constituinte da objetividade sócio-histórica; sua capacidade inventiva, criativa, imaginativa e sua potência de movimentos que reinventam o mundo e a si próprio, incessantemente. Reduzi-lo a esta ou aquela dimensão nos leva sempre a armadilhas que limitam sua compreensão, oferecendo-nos apenas a possibilidade de uma práxis igualmente limitada, quando não perversa, sublinhada pelo adestramento e sujeição. Assim, conhecer e desvendar as possibilidades de compreensão da dimensão psicossocial através do conceito de *ingenium* pode apontar novas categorias e trilhas metodológicas para a psicologia social, especialmente aquelas voltadas para o cuidado com o sofrimento ético-político que sustenta os processos de exclusão/inclusão social.

O contato com as comunidades tradicionais de pescadores artesanais nos afirmou essa necessidade, pois percebemos o quanto é importante desenvolver mecanismos de cuidado que levem à superação desse sofrimento e dos afetos tristes que o configuram, sob pena de não podermos contribuir com a manutenção de outras lógicas de vida que não seja a do capital. Vimos também que o sentimento do comum, força ontológica que preenche o *conatus*, indica a variação de potência dos *ingeniums* e seus desdobramentos no campo ético-político-afetivo.

Os pescadores reconhecem claramente que “*só a união pode trazer paz e direito*” (Roberto), todos dizem que “*se fossem unidos conseguiriam ser respeitado*” (Marcos). A união da qual falam se refere à necessidade de ações coletivas em defesa

do território pesqueiro e de suas práticas sociais. Então nos perguntamos: o que nos impede de concretizar a “união” desejada? O que poderia facilitá-la? A primeira (re)afirmação que se apresenta é de que a tomada de consciência, por si só, não provoca as mudanças necessárias nas relações comunitárias a ponto de mudar as condições de opressão que levam ao sofrimento ético-político, muito menos as estratégias de fortalecimento dos traços identitários têm contribuído para essa superação.

Advogamos a ideia espinosista de que a razão não guia sozinha as ações e apenas o fortalecimento de traços identitários não garante o poder de autorregulação desses povos em seus territórios. Por isso, é preciso voltar o olhar para os afetos e imagens gerados nos encontros recorrentes com outros corpos que delineiam o campo político. Daí, surge uma derivação: a sugestão do mapeamento dos territórios comuns de afetações que podem conformar *ingeniuns* politicamente fortes ou fracos, capazes de garantir ou não suas próprias formas de vida, sua expansão, sua liberdade. Pois sabemos que, apesar de as desigualdades se referirem ao campo da política, ela se sustenta no plano psicossocial; e o sofrimento ético-político é a prova disso. É, portanto, nessa direção que traçamos as próximas linhas, enfatizando os afetos, a imaginação e o cotidiano como elementos constituintes do *ingenium*, tal como defende Espinosa.

Antes, porém, faz-se necessário estabelecer a distinção entre os conceitos de identidade e *ingenium*. Embora não seja objetivo deste trabalho, as afirmações postas nos levam à tarefa de distinguir esses dois conceitos. Primeiro, porque há muitos elementos presentes em suas definições que podem confundi-los. Segundo, porque o estudo das comunidades tradicionais e seu (re)conhecimento sociopolítico têm se fundamentado no conceito de identidade preenchido pelo sentimento de pertença.

O que para nós, embora aponte com a possibilidade de conformação de um corpo sociopolítico mais coeso, não tem demonstrado força suficiente para aumentar o poder político dessas comunidades, conforme demonstra o processo de espoliação a que estão submetidas e as estratégias de ataque que lhes são deferidas. Nesse sentido, a tese aqui construída é de que o grau do poder político de pessoas ou grupos está na variação de potência do sentimento do comum, e não apenas do sentimento de pertença, que preenche os *ingeniuns* em relação. Trataremos disso mais adiante.

Os dois conceitos não são antagônicos ou excludentes, são complementares. No entanto, assumem perspectivas distintas quanto ao campo analítico e suas

categorias. O conceito de identidade, forjado como contraponto aos conceitos estáticos de personalidade e caráter, resgata o movimento histórico de constituição do ser social e coloca ele mesmo (o conceito de identidade) como categoria analítica que expressa unidade/diversidade, semelhança/diferença, permanência/movimento, elementos também centrais na compreensão do conceito de *ingenium*.

Os debates e produções a respeito da identidade se referem aos processos de inscrição dos sujeitos (ou grupos) em uma rede sociocultural e se voltam para a análise do movimento contínuo de identificação e diferenciação no interior dessas relações. Já o conceito de *ingenium* espinosista se refere ao processo de constituição de seres psicossociais, de compleição de uma vida humana e não de outra em que a necessidade de aliança baseada na confiança e o (re)conhecimento do outro lhe é subjacente.

Podemos citar dois sociólogos atuais bastante lidos, Hall e Bauman, que tratam, em suas análises, da base formativa dos traços identitários, qual seja, as relações sócio-históricas. Para Hall (2011) o conceito de identidade varia em seus modelos ideativos/explicativos ao longo da história, apresentando como núcleo de desenvolvimento ora o interior do homem (período iluminista); ora as relações sociais (modernidade); ora a cultura (noção de pertencimento). Na pós-modernidade, apresenta-se como algo fragmentado e contraditório, resultado das condições das relações sociopolíticas neste tempo histórico.

Bauman (2005) também se baseia nas relações e nas condições impostas pelo capitalismo para explicar um fenômeno que ele denomina “modernidade líquida”. Afirma serem as mudanças rápidas e constantes e o consumismo os catalizadores da fluidez das relações, elemento determinante na configuração de um movimento que promove a construção da identidade como “forma de experimentação infundável” que impõem a fragmentação e a contradição.

Na psicologia, o conceito foi brilhantemente tratado por Ciampa (2007) como contraponto à noção a-histórica de personalidade. Ele também (re)coloca o sujeito na cena dos debates sobre identidade até então direcionados aos estudos sobre grupos. Ciampa afirma a identidade do sujeito como uma obra inacabada, “uma totalidade contraditória, múltipla e mutável, no entanto una” (2007, p.13), uma consequência das relações e das condições sócio-históricas de desenvolvimento destas. Em suas palavras: “um processo de reformulação e mudança que tem sua base nas influências sociais e históricas” (2007, p. 27); bases que, segundo ele, impõem a construção de

“personagens”, momentos de identificação/diferenciação em um mesmo sujeito e tempo histórico que dá conta de sua inserção no tecido social.

Já o conceito espinosista de *ingenium* ultrapassa a esfera da identificação/diferenciação, ressaltando a constituição do ser psicossocial (singular e coletivo), ou seja, a compleição de modos de viver singulares e coletivos que implicam em formas de pensar, sentir e agir no mundo duradouros, porém mutáveis, que funcionam como organizadores da dimensão psicossocial por nos dar a possibilidade de manter uma unidade necessária a coexistência. O *ingenium* é essa unidade em movimento que caracteriza um modo de vida e as singularidades em ato. Seu poder político varia de acordo com a variação da potência do sentimento do comum e seu fundamento está na costura entre afeto, imaginação e costume.

4.1 *INGENIUM*: AFETO, IMAGINAÇÃO E COTIDIANIDADE

Espinosa não dedicou uma parte específica de sua obra ao conceito de *ingenium*. Essa ideia, porém, encontra-se presente em toda extensão de seu construto filosófico, demonstrada como engrenagem que viabiliza a passagem do ser natural para o ser social, a fundação do comum e sua potência política. O *ingenium*, tal como anunciado por Espinosa é a expressão, em um ser singular e/ou coletivo, das características próprias de seus movimentos internos e externos, que provocam o constante atualizar-se na coexistência com outros iguais (porque genéricos) / diferentes (porque singulares), nas malhas que compõem o trânsito de afetos em uma cotidianidade específica (porque particulares).

Como dito anteriormente, o conceito de *ingenium* tem como amálgama os afetos, a imaginação e os costumes forjados na cotidianidade, elementos proscritos pelo cientificismo, mas extremamente importantes para a psicologia social preocupada com a superação dos vícios clássicos, das concepções a-históricas e dualistas, que só fortalecem os processos de opressão (LANE, 1989). Isso nos impõe a tarefa de explicar, a partir de Espinosa, a centralidade dos afetos, da imaginação e da cotidianidade na configuração dos *ingeniuns*.

Apesar de concentrada em poucos livros, suas proposições alcançam uma proporção gigantesca na compreensão do homem e de suas relações com a natureza/Deus, com os outros homens e consigo mesmo. Esse filósofo do século XVII

empreende um esforço extraordinário para se contrapor as superstições de seu tempo histórico que turvam a compreensão do real e submetem os homens ao julgo de crenças, monarcas e deuses, afastando-os de sua verdadeira essência, a liberdade.

Chauí assim define a filosofia de Espinosa:

A filosofia espinosana é a demolição do edifício filosófico-político erguido sobre o fundamento da transcendência de Deus, da Natureza e da Razão, voltando-se também contra o voluntarismo finalista que sustenta o imaginário da contingência nas ações divinas, naturais e humanas. (CHAUI, 2006, p. 78).

Espinosa se encontra, sem dúvida, no epicentro de uma mudança paradigmática na ciência e na filosofia. Juntamente com Descartes e Hobbes, adere a perspectiva de que o conhecimento filosófico, além de especulativo, deve ser prático. Eram racionalistas! Acreditavam que tudo na natureza é inteligível e todos eles, à sua maneira, seguem tentando demonstrar que é possível explicar a sensibilidade, as paixões, as inconstâncias, os afetos, e mais, que esses tecem e são tecidos na/pela trama da vida. Mas se distanciam em alguns aspectos centrais na elaboração de uma ciência dos afetos.

Descartes, em seu tratado *As Paixões da Alma* (1973), aponta que as afecções têm origem fisiológica e se ligam à alma pela glândula pineal. Também concebe o corpo como uma máquina, determinando um papel relevante à vontade, ao pensamento como um *imperium* com absoluto controle sobre as afecções. Hobbes, em *Leviatã*, explica as afecções exclusivamente a partir da mecânica do corpo, recorrendo à física como fundamento epistemológico. E Espinosa, pelo método geométrico, demonstra que as afecções têm causas necessárias e determinadas pelas quais precisam ser compreendidas, inclusive para que seja possível moderá-las. Sobre isso ele fala na abertura do Tratado Político:

Tomei todo cuidado para não ridicularizar as ações humanas, nem lamentá-las ou detestá-las, mas entendê-las. Considerei os afetos humanos, tais como, o amor, o ódio e a cólera, a inveja, a glória, a misericórdia e outras comoções do ânimo não como vícios da natureza humana, mas como propriedades que lhe pertencem, assim como o calor, o frio, as tempestades e trovoadas pertencem à natureza da atmosfera e que, embora incômodos são, contudo, necessários, têm causas certas pelas quais nos esforçamos de entender sua natureza.

Essas elaborações provocaram desdobramentos que não podemos desconsiderar, pois o caráter de operações naturais atribuído aos afetos por Espinosa

desloca-os dos planos teológico-moral e os coloca como efeitos necessários da união psicofísica substancial, portanto naturais e passíveis de compreensão, contrapondo-se à tradição filosófica que toma os afetos como “vícios”, inconstâncias danosas a serem superadas pelo uso da razão, ideia que perdura até hoje.

Os filósofos concebem os afetos com que nos batemos como vícios em que caem por conta própria. Por esse motivo, costumam rir-se deles, lamentá-los, maltratá-los e (quando querem parecer /os mais santos) detestá-los. Acreditam, assim, fazer coisa divina e alcançar o cume da sabedoria, ao louvar de muitas maneiras uma natureza humana que em lugar nenhum existe e fustigar com suas sentenças aquela que deveras existe. Com efeito, concebem os homens não como são, mas como gostariam que eles fossem. Donde aconteceu que, as mais das vezes, quase todos tenham escrito sátira em vez de ética, e nunca tenham concebido uma política que possa ser posta em uso, mas sim quimera e que só poderia ser instituída no País da Utopia ou na Idade do Ouro dos poetas, isto é, quando, sem dúvida, não havia qualquer precisão dela. (TP, Abertura).

Contrapondo-se a Descartes e também a Hobbes, aponta que ninguém soube definir o objeto *affectus*, pois “ninguém determinou sua natureza, origem e força, assim como ninguém determinou o que pode a mente humana para moderá-lo” (TTP, prefácio). Perseguindo esses objetivos, Espinosa se encaminha para o enfrentamento à metafísica do possível, elaborando uma ontologia do necessário e partindo do conceito de substância. Como fundamento epistemológico da ciência dos afetos, utiliza a demonstração geométrica, privilegiando a natureza da causalidade presente nas operações matemáticas (CHAUI, 2011).

A tradição do pensamento teológico-metafísico se ergue sobre uma imagem de Deus como ser separado do mundo, transcendente, onipotente e onisciente criador de todas as coisas que, à maneira de um monarca, governa a tudo e a todos segundo sua vontade e se apresenta incompreensível para a maioria das criaturas por Ele criadas, revelando-se a poucos “iluminados” ou, como ironiza Espinosa ainda no prefácio do Tratado Teológico-Político, “aos que cultuam a retórica e aos homens eminentíssimos”. A tradição afirmava ainda que:

[...] Deus, sendo onipotente e onisciente, não poderia agir por necessidade, mas somente por liberdade e, portanto, somente por vontade. Da mesma maneira, feito à imagem e semelhança de Deus, o homem era concebido como um agente livre porque dotado de vontade livre [...] por isso mesmo a ação voluntária era tida como ação inteligente enquanto a ação natural ou necessária era tida como automatismo cego e bruto. (CHAUI, 2011, p. 123).

Estabeleceu-se, assim, um conjunto de distinções que separa, por exemplo: corpo e alma, liberdade e necessidade, homem, Deus e natureza. A mente (alma), criada pelo sopro divino, tem poder sobre os apetites do corpo, já que é a detentora de uma vontade livre e capaz de controlar as paixões. Situada fora da ordem causal natural, a razão possuiria um poder absoluto para determinar-se. Para Espinosa, isso é uma ficção, pois apresenta uma concepção de homem como um “*imperium in império*”:

Muitos, porém, acreditam que os ignorantes mais perturbam do que seguem a ordem da natureza e concebem os homens na Natureza como um império em um império. Sustentam, com efeito, que a mente humana não é produzida por causas naturais, e sim criada imediatamente por Deus, é independente das demais coisas, possui um poder absoluto para determinar-se e usar retamente a razão. (TP, §6, cap.II).

Muitos, também, não conseguem explicar algumas questões que derivam dessa compreensão: se somos livres para exercer nossas vontades com o conhecimento dos fins que elas almejam, como explicar desequilíbrios, inconstâncias, sofrimento, submissão? Como explicar que os homens lutam pela servidão acreditando lutar pela liberdade?

Com intuito de responder a essas questões, Espinosa começa por contestar o caráter transcendente de Deus e da razão, assim como a possibilidade de uma ação contingente de criação do mundo afirmando que existe uma única e mesma substância, causada por si própria, absolutamente infinita constituindo o universo inteiro, “essa substância é eterna não porque não tenha começo nem fim, mas porque nela ser e agir são um só e o mesmo” (CHAUI, 2011, p. 124). Essa substância é Deus! Substância única que se autoproduz incessantemente, se expressa e é expressada por todos os modos de vida existentes.

Em sua célebre frase, *Deus sive natura* (E I, def. 1), Espinosa condensa seu entendimento: Deus, ou seja, natureza! Todos os elementos da natureza, humanos ou não, expressam e contêm os atributos da substância dos quais só conhecemos dois: pensamento (alma/mente) e extensão (corpo). A propriedade do corpo é expressa pelo estado de movimento/repouso e a da mente na capacidade imaginativa, no pensamento.

Os efeitos imanentes produzidos por esses atributos da potência substancial, Espinosa denominou “modos” ou modificações que exprimem a atividade da

substância segundo a ordem e a conexão necessárias que regem todos os seres do universo. Carpinelli (2012, p.133), assim sintetiza o ponto fundamental de toda metafísica espinosista:

Sem essa substância única – que, precisamente por ser única (ou, o que é dizer exatamente o mesmo, absolutamente infinita) consiste na totalidade do que existe – nada existe ou pode ser concebido: são decorrências de sua autoprodução, de sua *potência* em existir, todas as infinitas coisas existentes. Configura-se, assim, o plano da imanência, no interior do qual todos os efeitos dessa potência, e que a exprimem, têm seu ser; todas as coisas singulares são, portanto, imanentes à substância (*Deus sive Natura – Naturans*, em seu aspecto produtivo, e *Naturata*, em seu aspecto produzido) e decorrência necessária da natureza, isto é, da *potência produtiva*, da mesma e de seus atributos. Assim, as coisas singulares não se distinguem da substância de forma *real*, mas tão-somente *modal*, isto é, são afecções, ou *modos*, dos infinitos atributos infinitos que exprimem a essência dessa substância.

Pelo princípio da imanência, ou, por exprimir e exercer a capacidade produtiva da substância, os homens são também causas produtoras de efeitos necessários e para serem livres, precisam exercer e expandir essa potência, o que só pode acontecer no encontro com outros corpos. São, nesse sentido, essencialmente potências em relação, que por sua só natureza buscam excluir de si tudo aquilo que for incompatível com sua persistência no ser (exprimindo, de forma finita, o poder autocausador da substância da qual são modos); em termos de sua essência, são “potências de autoperseveração” (CHAUI, 2011). A essa potência de agir singular Espinosa dá o nome de *conatus*, esforço de autoperseveração na existência.

É bem verdade que essa ideia já estava presente em Hobbes. Espinosa, no entanto, radicaliza a ideia hobbesiana ao apresentar o *conatus* como “essência atual de um ser singular” (CHAUI, 2003, p. 45), indicando que essa potência é variável, afastando o caráter essencialista e naturalizante de seus construtos, e atribuindo aos efeitos dos encontros com os outros corpos a causa dessa variabilidade da potência, do *conatus*. Afirma, ainda, que entre apetite e desejo não existe diferença, “o desejo (*cupiditas*) é o apetite (*appetitus*) de que se tem consciência” (E III, def.I, prop. 9) e que este é a essência atual do homem, logo, *conatus* é desejo! Desejo de vida, movimento, o poder para existir e persistir na coexistência.

Todo ente se esforça, tanto quanto estiver em seu poder, para perseverar em seu ser [...]. O esforço pelo qual todo ente se esforça para perseverar em seu ser não é senão a essência atual desse ser [...]. A mente, seja enquanto tem

ideias claras e distintas, seja enquanto tem ideias confusas esforça-se para perseverar no seu ser por uma duração indefinida e tem consciência de seu esforço [...] esse esforço, enquanto referido apenas à mente chama-se vontade; mas quando se refere simultaneamente à mente e ao corpo, chama-se apetite. (E III, § 6 e 7).

Assim, Espinosa também supera a ideia de movimento como desejo dirigido a fins designados pela vontade e afirma o desejo como o próprio movimento de um corpo para manter-se na existência, transformando-se, transformando seu entorno, regenerando-se, e, portanto, representando o seu estado atual. Essa inversão é um aspecto importante, pois afirma o desejo não como falta (como afirma a psicanálise), mas como potência sempre atualizada nos e pelos encontros com outros corpos.

O *conatus* pode, portanto, variar de intensidade e força a partir desses encontros, na cotidianidade. Dessa forma, é a relação intercorporal, afetiva, que definirá tanto a forma quanto a capacidade de cada *conatus* lidar com a pressão externa para manutenção do próprio ser. No livro III da *Ética*, a partir da proposição 4, Espinosa inicia os desdobramentos dessa elaboração e apresenta mais um ponto importante: “Nenhuma coisa pode ser destruída senão por uma causa externa”, asserção que indica a absoluta positividade ontológica de uma metafísica onde as coisas que existem são imanentes a uma substância cuja essência envolve a existência e nos proíbe, racionalmente, de concebermos algo que possa ser a causa de sua própria destruição (como a existência de uma pulsão de morte, por exemplo). Já que a coisa não pode, jamais, ser tida como gênese de sua própria destruição, esta será, invariavelmente, advinda de elementos extrínsecos à essência das mesmas.

Mas, sendo o movimento (princípio da física no qual se baseia a noção de *conatus*) propriedade corporal, como aplicá-lo à alma/mente? Ou, ainda, que efeitos provoca na alma? A velha dualidade mente/corpo impõe algumas consequências para o conceito de desejo/*conatus*, daí a importância de compreendermos a união psicofísica elaborada por Espinosa para adentrarmos na constituição da vida afetiva.

Enquanto racionalista, Espinosa acreditava na potência do pensamento para o desenvolvimento de “ideias adequadas” promotoras da alegria, do conhecimento, da liberdade e do fortalecimento da vida comum. Mas combateu veementemente a ideia de separação mente e corpo que atribui à alma/mente uma natureza transcendente e superior, a ideia de uma relação hierárquica que coloca o corpo como o lugar em que se dá as relações com o mundo empírico; e a alma/mente como aquela que consegue pensar e entender o mundo.

Assim, dentre tantas contribuições espinosistas, a compreensão da unidade psicofísica é fundamental para que possamos escapar do dualismo cartesiano e do paralelismo presente nas leituras mais atuais das obras de Espinosa que “conduz a pensar a realidade com o modelo de uma série de linhas similares e concordantes que, por definição, não se encontram” (JAQUET, 2011, p. 25). Que supõe “homologias e correspondências biunívocas entre as ideias e as coisas, a mente e o corpo”; supõe que a natureza está “condenada à uma ecolalia sem fim, a uma perpétua repetição do mesmo em cada atributo”; que a unidade é uniformidade; e, assim, “mascara tanto a unidade quanto a diferença” da união psicofísica (JAQUET 2011, p. 29-30).

Isso se torna ainda mais importante porque a ideia de uma suposta autonomia da alma (mente) perdura em boa parte das teorias e abordagens psicológicas e metapsicológicas que, inclusive, chegam a supor “uma tradução sistemática dos estados corporais em estados mentais e vice-versa” (JAQUET, 2011). Sem falar no grande problema de tal epistemologia, posto que se trata de um dos sustentáculos ideológicos de sociedades direcionadas ao domínio dos corpos/mentes, domínio que se realiza de forma e intensidade diferentes, com determinações próprias de cada formação social e tempos históricos; também mantém o descolamento da mente da concretude da vida, do cotidiano, das coisas e do próprio corpo e opõe emoção e razão, atribuindo à primeira a produção dos “males da alma”.

Tem-se, então, o fundamento filosófico central da racionalidade e da moral modernas, qual seja, a razão como timoneira da vida boa e plena, dissociada do mundo e do corpo que lhes determinam. O afeto é o *pathos* e foi sempre que possível rechaçado. A afetividade, sob essa lógica, “quando não é desconsiderada, é olhada negativamente como obscurecedora, fonte de desordem, empecilho para a aprendizagem, fenômeno incontrolável e depreciado do ponto de vista moral” (SAWAIA, 2001, p. 98).

Espinosa não vê hierarquia entre os atributos pensamento (mente/alma) e extensão (corpo) através dos quais os modos (diferentes derivações de uma mesma substância) se expressam, mas considera a igualdade e a correspondência na potência de pensar e de agir presente na diferença de suas propriedades comuns (movimento-reposo no corpo/pensamento na mente). Todas as informações que a mente recebe vêm das alterações corporais; absolutamente tudo que a mente sabe, ela sabe através de um corpo que tem o poder de ser afetado e de afetar, que existe

em ato. A filosofia espinosista nos lança na existência como única forma possível de Ser.

Para ele, “o objeto da ideia que constitui a mente humana é o corpo, ou seja, um modo definido da extensão, existente em ato, e nenhuma outra coisa” (E II, §13), a mente é a ideia do corpo e as ideias da ideia desse corpo que, portanto, não se constitui apenas como um receptáculo. Sob esse ponto de vista, não poderíamos ser almas incorpóreas, corpos sem saberes.

Tudo que acontece no objeto da ideia que constitui a mente humana deve ser percebido pela mente humana; em outras palavras, a ideia desta coisa existirá necessariamente na mente. Se o objeto da ideia que constitui a mente humana é um corpo, nada poderá acontecer com esse corpo que não seja percebido pela mente. (E II, §12).

Corpo e mente, entretanto, não são uniformes nem idênticos. Expressam-se (enquanto transformação dos atributos: pensamento e extensão) de maneira distinta. Assim,

(...) a substância pensante e a substância extensa são uma só e a mesma substância, compreendida ora sob um atributo, ora sob um outro. Assim, também um modo da extensão e a ideia desse modo são uma só e mesma coisa, que se exprime, entretanto, de duas maneiras. (EII, Esc.).

As afirmações acima apontam alguns elementos fundamentais para a compreensão da unidade psicofísica: i) a de que a igualdade da potência de ação do corpo e da mente não pode ser concebida como uniformidade e que a diferença de expressão dos atributos não pode ser entendida como a expressão de uma limitação recíproca, pois uma ideia só pode ser limitada, destruída ou potencializada por outra ideia e um corpo por outro corpo (E I, def.2); ii) Espinosa nos convida, ainda, a pensar a unidade psicofísica como um modelo da relação entre uma ideia e seu objeto. Uma ideia exprime as propriedades de seu objeto sem manter as mesmas propriedades e, assim, “mente e corpo designam uma só e mesma coisa de duas maneiras” (E II, prop.21).

O corpo humano é compreendido como uma singularidade complexa, unidade estruturada e constituída por uma diversidade e pluralidade de corpos. Como afirma Chauí (2011, p. 73), o corpo humano definido por Espinosa:

[...] sobretudo, é um ente singular dinâmico. Em primeiro lugar, porque a extensão espinosana não é matéria inerte nem o espaço geométrico, mas uma energia universal ou atividade infinita, e, em segundo, porque o equilíbrio interno de cada corpo é obtido por mudanças internas contínuas e por relações externas contínuas, formando um sistema centrípeto e centrífugo de ações e reações, que se transforma sem perder a identidade toda vez e sempre que for conservada a *proporção* de movimento e repouso de seus constituintes. Isto significa que o corpo não é uma unidade isolada que entraria em relação com outras unidades isoladas, mas é um ser originária e essencialmente relacional: é constituído por relações internas entre os corpúsculos que formam suas partes e seus órgãos e pelas relações entre eles, assim como por relações externas com outros corpos ou por *afecções*, isto é, pela capacidade de afetar outros corpos e ser por eles afetado sem se destruir, regenerando-se, transformando-se e conservando-se graças às relações com outros.

O corpo, esse sistema dinâmico, é, portanto, originariamente intercorporal porque ele é, enquanto ser singular, uma união de corpos; e, por outro lado, porque sua vida só se realiza na coexistência com outros corpos externos, ou seja, no movimento de afetar e ser afetado. Segundo Espinosa, quanto mais amplo e complexo for o sistema de afecções corporais, mais forte, mais potente e mais apto à conservação, à regeneração e à transformação será o corpo. Em suas palavras: “a mente humana é apta a perceber um grande número de coisas e é tanto mais apta, quanto mais seu corpo estiver disposto de um grande número de maneiras” (E II, §14).

Dessa forma, o mecanismo responsável pelo processo que resulta na unidade e correspondência de potência entre os dois atributos, pensamento e extensão, não estaria a cargo de nenhuma glândula, mas das afecções que todos os corpos/mentes experimentam nos encontros. Com isso, Espinosa não só reafirma a naturalidade dos afetos (já considerada por Descartes e Hobbes), como nos aponta que estes não são “vícios” da natureza humana que precisam ser refreados, bloqueados, extirpados, retirando-lhes a carga moral atribuída. Os afetos não são bons ou maus; são efeitos dos encontros originariamente necessários, expressões corporais e psíquicas simultâneas e singulares a cada corpo/mente. Assim, a relação originária da mente com seu corpo e de ambos com o mundo é a relação afetiva.

Na perspectiva espinosista, as afecções do corpo e as ideias dessas afecções não são apenas processos fisiológicos e/ou cognitivos desinteressados e fragmentados. Elas são efeitos necessários à união psicofísica e à intercorporeidade, responsáveis pelas mudanças provocadas no nosso corpo no/pelo movimento de afetar e ser afetado por outros corpos e pelas ideias dessas afecções, as significações elaboradas.

Se a mente é a ideia das afecções corporais, ela é consciência dos movimentos, das ações e reações produzidas no encontro com os outros corpos e das mudanças internas do próprio corpo. Também é consciente dessa consciência. Chauí nos chama atenção para o sentido de consciência empregado por Espinosa:

Consciência significa: a mente humana reconhece seu corpo próprio no objeto atual que a constitui e nesse conhecimento, reconhece a si mesma como ato de pensa-lo e de pensar-se. Assim, embora mente e corpo sejam modos de atributos realmente distintos, a mente não é uma realidade independente de seu corpo. (CHAUI, 2011, p. 35).

No entanto, isso não significa que tenha, de maneira imediata, conhecimento verdadeiro de seu corpo e de si, pois somos seres de imaginação. Imaginar exprime a primeira forma de intercorporeidade e, por conseguinte, de produção do conhecimento do mundo, dos outros e de si. No entanto, permanece presente nos outros níveis de conhecimento possíveis de serem alcançados, ou seja, a mente vive imaginariamente. As vivências corporais das afecções produzem imagens (visuais, olfativas, gustativas, tácteis, sonoras) instantâneas e momentâneas que a mente irá trabalhar para associar, diferenciar, generalizar e relacionar criando conexões entre elas que orientam as relações humanas.

O que é uma imagem? Presente ou passada, é uma vivência corporal, uma experiência de dados imediatos da percepção em conformidade com as leis físicas e fisiológicas que regem os acontecimentos perceptivos. A mente é consciente dessa vivência e a exprime numa ideia imaginativa. (CHAUI, 2006, p. 56).

Para tal, conta com a ajuda do próprio corpo onde essas imagens e os vestígios das relações travadas ficam gravadas e assim, a mente pode tomar como presente imagens ausentes para realizar seu trabalho, de forma que o corpo além de imaginante é memorioso (E II, p.11). Outros aspectos fundamentais apontados por Espinosa a esse respeito são: i) sendo a imagem uma força do corpo ela não é verdadeira nem falsa, pois verdadeiro e falso se referem a ideias; ii) uma imagem só se torna uma força da mente quando esta, ao imaginar, percebe que imagina, ou seja, quando realiza a sua atividade de pensar buscando a gênese, a causa produtora e as conexões ideativas, formando assim o que ele denomina uma “ideia adequada”. As “ideias inadequadas” seriam, na concepção espinosista, aquelas nascidas

imediatamente das imagens corporais, um conhecimento que ignora uma real causa ou sua razão (E III, def.1).

Entretanto, não é inteligente, nem salutar, desconsiderar ou afirmar a imaginação como uma ameaça, pois, ela é sempre uma expressão positiva do poder de ser afetado. Em sua ambivalência, a imaginação pode produzir ideias inadequadas que não expressam a natureza das coisas, mas é ela que gera ideias úteis para a conservação dos corpos que têm essa capacidade. Sobre isso nos diz Espinosa:

[...] antes de começar a indicar um erro, deveria observar que a imaginação da mente considerada em si mesma, não contém erro algum, quer dizer, que a mente não erra por imaginar, senão tão só enquanto que se considera que carece de uma ideia que exclua a existência daquelas coisas que imagina presentes. [EII, Prop.17].

Mesmo quando não há o necessário conhecimento de suas causas, é a potência imaginativa que permite ao homem fundar e transitar no mundo dos signos, da memória, da linguagem, da história, da arte, do trabalho...

As imagens são aparências que pressupõem, primeiro, a existência de um mundo real capaz de afetar e determinar a sensibilidade, segundo, a necessidade da sensibilidade como uma estrutura comum a todos os seres humanos; terceiro, a constituição e disposição particular de cada ser humano. Por isso que a imaginação não erra por si, senão quando confunde suas imagens com a realidade, isto é, o mapa com o território. (MARCÍN, 2008, p. 46).

Ainda segundo Marcín (2008, p. 45) a imaginação tem três funções na proposição espinosista:

[...] 1º) a representação, que se distingue em percepção vaga e na criação de signos; 2º) a associação de imagens, que explica a memória e a linguagem; 3º) a capacidade executiva enquanto o homem atua guiado por suas imagens.

Precisamos, no entanto, (re)afirmar a premissa de que a consciência do corpo e de si não significa, necessariamente, um conhecimento verdadeiro, uma ideia adequada e útil ao desejo vital de perseverar na existência, ao *conatus*. Por esse motivo, Espinosa afirma que os homens têm a ilusão do livre arbítrio, posto que frequentemente têm conhecimento de suas volições e de suas ações, mas ignoram as causas de seus apetites (E I, Prop.32). Convém também lembrar que a afirmação acima não aproxima Espinosa dos intelectualistas que acreditam que a mente jamais

poderá obter o conhecimento verdadeiro enquanto estiver “presa” ao corpo; pelo contrário, como vimos, para o autor quanto mais potente o corpo, mais potente será a mente e a variação dessa potência é determinada pelas relações sociais e pela forma como estas afetam nosso corpo.

Da união psicofísica proposta e demonstrada por Espinosa, podemos, então, apontar algumas rupturas paradigmáticas fundamentais para a nossa tarefa: i) corpo e mente se constituem como uma unidade, mas não apresentam uniformidade na natureza de suas atividades em função dos distintos atributos substanciais que expressam; ii) isto lhes atribui igual potência para agir; iii) a intercorporeidade necessária nos define como seres relacionais cuja singularidade encontra-se, justamente, fundada nos encontros com os outros corpos (internos/externos); iv) a relação originária da mente com seu corpo e de ambos com o mundo é a relação afetiva, e esta determina o grau de potência do corpo/mente cujo o apetite/desejo originário (*conatus*) é perseverar na existência. Nessa perspectiva, somos algo que teima em viver; ou, ainda mais, somos, essencialmente, fundamentalmente, vida: vida vivente, em constante movimento de afetar e ser afetado, em constante relação.

Espinosa reafirma, assim, a naturalidade e centralidade dos afetos na constituição da vida e define: “por afeto entendo as afecções do corpo pelas quais a potência de agir do próprio corpo é aumentada e diminuída, favorecida ou coibida, e simultaneamente as ideias dessas afecções” (E III, def.3). Nomeia os três afetos primários: desejo, alegria e tristeza, dos quais, todos os outros como: ódio, amor, ciúme, inveja, compaixão... são derivados.

Precisamos, embora breve, trazer a distinção que o filósofo faz entre afecção e afeto para compreendermos a trama imaginativa que enreda o desejo (*conatus*) e as afecções e que pode gerar tanto paixão/passividade, quanto ação/liberdade. De maneira elementar, podemos dizer que, para Espinosa, as afecções são efeitos necessários da potência que o corpo tem de afetar e ser afetado nos encontros com outros corpos, humanos ou não, que podem gerar alegria ou tristeza, são modificações que ocorrem no corpo e na mente. Os afetos são ideias dessas afecções, potência em processo de variação; ser afetado é passar a uma perfeição maior ou menor do que a do estado anterior (EIII, § 1). Essa transição, além de não envolver necessariamente a consciência da mesma, exprime a variação da potência de agir do corpo. Para a ética espinosista os afetos podem ser ativos, quando

exprimem a passagem a uma perfeição maior (alegria), ou passivos (paixões), quando exprimem o movimento oposto (tristeza).

As paixões podem ser alegres, mesmo que sejam passivas, quando acrescentam mais realidade à existência do sujeito, ou tristes, quando subtraem essa realidade. Já os afetos ativos, isto é, a passagem da passividade para a atividade, exprimem o trabalho interpretativo que a mente realiza sobre seus afetos para descobrir-se como causa interna deles, o que podemos entender como uma elaboração afetiva no sentido da expansão de potência de pensar, sentir e agir. É por meio do (re)conhecimento daquilo que nos afeta positivamente que podemos expandir nossa potência, pois, teremos mais possibilidades de compor com os outros corpos, ao invés de padecer de sua opressão.

Nessa perspectiva, razão e afetos também não são opostos. Mas, a razão na concepção espinosista não tem o poder de controlar os afetos, apenas é capaz de moderá-los pelo conhecimento de suas causas. Como o *conatus*, está sempre preenchido por afetos, a versatilidade da razão não está em suprimi-los, mas em compreendê-los, e aí reside a dinâmica e a possibilidade de passar da paixão para a ação, da servidão à liberdade (que não se caracteriza pelo voluntarismo, pois seria liberdade imaginária o que corresponde à servidão), da ignorância ao conhecimento.

Em síntese, para o filósofo, o conhecimento de si e do mundo se funda na capacidade que a mente tem de analisar, diferenciar, relacionar e categorizar as imagens que o corpo produz nas experiências com os outros corpos, simultaneamente, na potência que tem um corpo de movimentar-se em seu tempo e espaço histórico. Assim, como expressão do poder que os corpos possuem de afetar e ser afetados, a imaginação possibilita a produção de maneiras de pensar singulares, determinadas pelas afetações constantes e duradouras que dão unidade e, ao mesmo tempo, movimento à composição psicossocial, compondo a biografia de cada ser e o modo de vida de cada grupamento humano em particular.

Espinosa, para explicar o conceito de *ingenium*, afirma existir uma relação indissolúvel entre as afecções habituais, recordações frequentes, a contemplação contumaz e o conhecimento do mundo e de si mesmo (MARCÍN, 2008). Territórios de afetações comuns que fornecem os fios com os quais tecemos nossos *ingeniuns*, o costume, permitindo ao homem reconhecer-se, estranhar-se, transformar-se e transformar seu cotidiano. Porém, esses costumes que organizam a vida em comum nem sempre concorrem para a liberdade ou expansão das potências em ato.

Na perspectiva de Espinosa, o *ingenium* tem, portanto, sua gênese no costume e (re)conhece a semelhança/diferença pela percepção sensível, correlação de afetos, movimentos e conexões ideativas mais estáveis. Segundo Marcín (2008, p. 45),

[...] as afecções cotidianas afetam a imaginação de maneira constante e adapta suas leis ao moldar sua constituição corporal [...] essas afecções recorrentes determinam as semelhanças que irão identificar os *ingeniuns*.

Espinosa nos faz recuperar outra categoria proscrita pelo cientificismo (além do corpo, da imaginação e dos afetos): a cotidianidade. Em geral, os fatos cotidianos são desdenhados como se não fossem dignos de conhecimento; triviais, senso comum, o vulgar, rotina, simples repetição maçante de gestos, movimentos que levam ao fatalismo, ao imediatismo e a alienação. Um enorme recipiente que abriga o dia a dia ou uma moldura que encarcera imagens e corpos impedindo-os de alcançarem o mundo da vida ideal.

Essa, definitivamente, não é nossa via de compreensão. Compartilhamos com alguns autores como Heller (1977), Lukács (1979), Kosík (1963) e Lefebvre (1968) o entendimento de que a vida cotidiana está carregada de aspectos que levam à alienação, mas também é responsável pela constituição e reprodução do sujeito e, conseqüentemente, da própria sociedade por meio das objetivações que compreendem, basicamente, o processo de apropriação dos instrumentos e produtos, costumes e linguagem. A objetivação:

[...] é indispensável a todo homem enquanto processo formativo em si mesmo, constante e permanente, de que o homem necessita apropriar-se como condição básica para a vida na sociedade e na época em que vive. (GUIMARÃES, 2000, p. 29).

Assim, se considerarmos a vida em sociedade como algo irreduzível do humano, jamais poderemos desconsiderá-lo ou reduzi-la a repetições limitadoras do vir-a-ser e da liberdade, como argumenta boa parte das ciências humanas. Simplesmente porque não existem sujeitos sem cotidiano e cotidiano sem sujeitos. Seja o cotidiano marcado por relações democráticas ou mesmo quando retira do homem sua própria condição de humano é no cotidiano (mundo das objetivações) que se encontram os elementos constitutivos e constituintes da passagem do ser natural para o ser social, histórico, político.

Nesse sentido, a falsa oposição estabelecida entre a repetição e o *devir*, ou entre liberdade e necessidade, de nada serve à compreensão do *ingenium*. Isso porque, sendo este forjado no costume, só pode existir em função das repetições produzidas nos/pelos territórios de afetações recorrentes que geram imagens e pensamentos duradouros e mais estáveis (MARCÌN, 2008). Seria impossível a convivência com os outros e consigo mesmo sem manter uma unidade mínima de pensamento e ação.

É comum ouvir com frequência de trabalhadores, até de forma ironizada, que se a cada ação a ser realizada fosse necessário perguntar pelos porquês ficaríamos imobilizados ou então loucos. (WRASSE in SAWAIA et. al, 2018, p. 72).

O cotidiano é o lugar do viver comum orientado pelo costume e nele reside também a possibilidade de expressar nossas necessidades, a base para lidar com a alteridade e, muitas vezes, as formas de resistência no mundo. Nem sempre os costumes que delineiam a constituição do cotidiano expressam alienação e heteronomia, com efeito, eles podem ser frutos de atitudes positivas frente à vida que se considera suficientemente válidas e dignas de manter.

Interessante, ainda, lembrar que essa questão levou à criação de categorias que se tornaram clássicas — como identidade, personalidade e caráter — e que, em geral, apontam para algo estático e exigem intervenções voltadas para recuperação da harmonia do sujeito, considerando o conflito e o drama como coisas perniciosas, que devem ser eliminadas em nome da ficção de bem-estar permanente e da sociedade como engrenagem naturalmente harmônica, molestada pelos conflitos. Na presente tese, adotamos o paradigma espinosista do homem como potência em ato que se atualiza nos encontros e, portanto, enfrenta de maneira incontornável conflitos e dramas na constituição de sua unidade de pensar, sentir e agir a partir da qual se reconhece e é reconhecido.

O cotidiano é, sem dúvida, elemento constitutivo e constituinte, não residual, da organização psicossocial. Como nos fala Lefebvre (1968, p. 25):

[...] a essência do imaginário situa-se, talvez, na evocação, na ressurreição do passado, ou seja, numa repetição. Isso aproximaria a imagem da lembrança e o imaginário da memória, assim como do conhecimento [...] imagem, memória, conhecimento não reencontram assim uma unidade quebrada, uma convergência perdida?

Essa constatação, entretanto, não o isenta de suas produções fatalistas, imediatistas e alienantes (posto que somos seres de afeto, imaginação e paixões). Pelo contrário, em sua compreensão reduzida ao nível da particularidade, o cotidiano nega o ser singular e o ser genérico. E os *ingeniuns* podem ficar amarrados a todo o tipo de dependência ou escravidão:

O homo sapiens, o homo faber, o homo ludens se transformam em homo quotidianus, e nisso perdem até sua qualidade de homo[...]. Para que reencontre a qualidade e as propriedades do ser humano é preciso que supere o cotidiano, dentro do cotidiano, a partir da cotidianidade! (LEFEBVRE, 1968, p. 56).

Podemos dizer que essa superação do cotidiano, a partir da cotidianidade, requer um descolamento consciente da pseudoconcreticidade com que o dia a dia se nos apresenta. Admitimos, assim, como Kosík (1963), que a pseudoconcreticidade está presente na forma como compreendemos a vida em comum: superficial, fetichizada, naturalizada, reificada, quando as formas de produção dos objetos nem sempre são reconhecidas “como resultado da atividade social dos homens” (KOSÍK, 1963, p. 34). Dessa forma, o homem perde a noção de si e de sua genericidade.

Para Heller (1977), a cotidianidade, ou a percepção do não cotidiano a partir do cotidiano, também requer movimentos e ideias que pressuponham a superação da “ultrageralização” dos (pré)conceitos que reproduzem a desigualdade e, conseqüentemente, legitimam as amarras impostas pelos *ingeniuns* dominantes. Em síntese, Heller (1977) nos diz que a práxis cotidiana tende à reafirmação dos (pré)conceitos como forma de garantir a (re)produção da vida em determinados contextos; mas essa ultrageralização também é utilizada como estratégia dos grupos hegemônicos preocupados com a coerção social das classes que lhes são antagônicas, inviabilizando a coesão, fragilizando o sentimento do comum e a práxis revolucionária. Nesse sentido, a autora nos indica que “devemos desenvolver formas de vida generalizáveis” (HELLER, 1977, p. 190); em outras palavras, desenvolvemos formas de pensar, sentir e agir que garantam a coexistência pacífica entre as diversidades de *ingeniuns*.

Espinosa afirma sermos corpos irredutivelmente relacionais e, assim, só é possível desenvolvermos nossas potências em territórios comuns de afetações compostos por *ingeniuns* diversos ligados entre si pelos costumes (radicados na memória, história, linguagem), pelos interesses e pelas paixões. Isso não significa que

sejam imutáveis. Pelo contrário, a ética espinosista aponta para a necessária superação do *ingenium* como base para as relações democráticas, ou seja, superação das diferenças individuais e particulares, mas esse é um processo que depende do *ingenium* para acontecer. É, portanto, o (re)conhecimento das causas de nossas características singulares e das determinações particulares dos contextos de vida em que atuamos que possibilita a moderação dos afetos e, por conseguinte, o aprimoramento constante das relações entre os corpos que deve ser permeada pelo sentimento do comum em suas composições.

Por isso afirmamos, assim como Espinosa, que a convergência entre *ingeniuns* compõe corpos politicamente mais fortes, e a divergência entre eles é a causa dos conflitos sociais. Mas devemos, então, abrir mão de nosso direito natural de ser livre, de viver de acordo com nosso próprio *ingenium*? Devemos, assim como assinala Hobbes (2003), por medo dos corpos mais fortes, promover um pacto social que anule nossas singularidades e atribua o poder sobre todos ao Estado? Sobre isso nos diz Espinosa:

Se fosse tão fácil mandar sobre as almas (*animus*), as línguas, todo mundo reinaria com segurança e nenhum Estado seria violento, posto que, segundo o *ingenium* dos que mandam e só segundo sua decisão julgariam o que é verdadeiro ou falso, bom ou mal, justo ou não. (TTP, § 20).

Segundo o autor, portanto, é impossível anular as características próprias, particulares e genéricas dos corpos, os *ingeniuns*. Mas é possível submetê-los a maus encontros geradores de tristeza, afeto que possibilita a dominação e determina a passividade e a diminuição da potência dos corpos ou a bons encontros, que nos afetam como alegria, afeto capaz de expandir as potências em relação.

Para ele, os *ingeniuns*: i) não são diferentes em essência (todos somos potência em ato), mas são desiguais em poder, e essas relações de poder são sempre determinadas pela potência e pela qualidade da composição entre os corpos, pela convergência dos *ingeniuns*. A coincidência ou não dos *ingeniuns* em direção à mesma utilidade, de perseverar na existência, é, portanto, a chave para a política e para a ética/estética da liberdade, pois as relações de poder serão mais simétricas quanto mais e melhor o interesse comum for apropriado como interesse pessoal; ii) só o desvelamento (conhecimento) das causas dos afetos e das imagens aprisionadoras, mantidas pelo costume, podem garantir a liberdade de cada um e de

todos, pois permite enfrentar os “*ingeniuns* ignorantes guiados pela ambição” (ESPINOSA, TP, § 15) que oprimem, espoliam os demais; iii) o aprimoramento das relações (que leve a uma vida regida pelos princípios democráticos, libertários) pressupõe conflitos entre *ingeniuns* e, com eles, a necessidade de pôr e afirmar a humanidade como horizonte ético-político.

Afecções recorrentes — territórios comuns de afetações — são, nessa perspectiva, próprias de uma vida humana essencialmente relacional, necessárias à organização psicossocial, à construção do conhecimento e à possibilidade da vida em comum. O *ingenium* contém a unidade e o movimento que, segundo Espinosa, promovem as costuras entre afeto, imaginação, repetição e devir, sendo responsáveis pela organização psicossocial e pelas infinitas possibilidades humanas de autorregulação e (re)criação das relações sociais.

Ainda se contrapondo aos outros filósofos racionalistas, Espinosa afirma que, por considerarem apenas a razão e desprezarem as afecções comuns experienciadas, esses filósofos esquecem a possibilidade de existência de um *ingenium* comum a dois ou mais corpos. E nos lembra, também, que só existe rivalidade entre *ingeniuns* enquanto diferem em seus interesses e paixões:

Dado que os homens se guiam mais pela paixão que pela razão, a multidão tende naturalmente a associar-se, não porque lhe guie a razão, mas algum sentimento comum [...] por uma esperança ou um medo comum ou pelo desejo de reparação de algum dano. (TP 6).

É necessário lembrar que a ética de Espinosa vai no sentido da expansão de potência dos modos de existência que não se referem a valores transcendentais de bem e mal, mas acompanham as relações e encontros entre os corpos, traçando um caminho em direção à liberdade que ele assim define:

O homem é livre na exata medida em que tem o poder para existir e agir segundo as leis da natureza humana [...], a liberdade não se confunde com a contingência. E porque a liberdade é uma virtude ou perfeição, tudo quanto no homem decorre da impotência não pode ser imputado à liberdade. Assim, quando consideramos um homem como livre não podemos dizer que o é porque pode deixar de pensar ou porque possa preferir um mal a um bem [...]. Portanto, aquele que existe e age por necessidade de sua própria natureza, age livremente [...]. A liberdade não tira a necessidade de agir, mas a põe. (TP II, § 7 e 11).

Com isso, Espinosa nos diz que um ser é livre quando, “pela necessidade interna de sua essência e de sua potência, nele se identificam sua maneira de ser, existir e agir” (CHAUI, 2011, p. 127). Assim, necessidade e liberdade não são ideias opostas, mas concordantes e complementares. A primeira não é um mandamento, ou lei natural que limita à existência; e a segunda não pode ser explicada pela vontade e pela contingência, mas pela potência de agir de um corpo que é causa eficiente de si mesmo.

Contudo, tendo o desejo sempre conduzido por corpos externos, submetido absolutamente aos encontros e não os compreendendo, ao homem cabe a servidão, isto é, “a marca da servidão é levar o desejo à forma limite: a carência insaciável que busca interminavelmente a satisfação fora de si, num outro (coisa ou pessoa) imaginário” (CHAUI, 2011, p. 92).

A liberdade encontra-se radicada, portanto, na dinâmica de encontros e na compreensão das causas dos afetos produto/produtores dessa dinâmica, não permitindo a cristalização do *ingenium*. Esse desenvolvimento ético, que implica conhecer, significa descobrir-se como parte de um todo de partes com as mesmas propriedades que buscam o útil comum. Este seria o segundo gênero de conhecimento apontado por Espinosa; o primeiro é a imaginação, que mesmo em um nível mais elevado de conhecimento não desaparece; e o terceiro requer transcender a genericidade humana na compreensão de si e do mundo, alcançando o que ele denomina beatitude (MARCÍN, 2008).

O útil, o bom, é aquilo que nos põe em relação com as partes do todo, nos impulsiona a composição com outros corpos e fortalece nosso *conatus*, desejo de perseverar na existência. Assim, não há ética no isolamento e na alienação; a categoria ontológica prioritária é a “aliança ou relacionamento” (BROWN; STENNER, 2009, p. 126). Um bom encontro ao aumentar a potência de ser e agir, aumenta a potência de pensar.

Um bom encontro de corpo é aquele em que o corpo que se relaciona, que se mistura com o nosso, combina com ele, isto é, compõe sua própria relação característica com a relação característica de nosso corpo. Um mau encontro é aquele em que um corpo que se relaciona com o nosso não combina com ele e tende a decompor ou a destruir, em parte ou totalmente, nossa relação característica. (MACHADO, 2009, p. 75).

Eis porque Espinosa afirma que o outro é nosso maior bem, denunciando o campo da impotência e da ignorância em que aparecemos uns aos outros como contrários. Não somos contrários em nossas essências, mas na intensidade de potências em variação, em função de outras forças superiores e contrárias. Mediante essa perspectiva, podemos dizer que é fundamental o ato de compor com outros corpos, pretendendo o aproveitamento mútuo daquilo que exista de melhor no potencial criativo dessa composição.

Consideramos que, de tal circunstância, decorreria a tese espinosista da utilidade de ocorrer um relacionamento entre os indivíduos, em prol da realização de um objetivo comum que favoreça o aprimoramento e o benefício social da coletividade:

[...] Há, portanto, fora de nós muitas coisas que nos são úteis e que, por isso, devem ser desejadas. Entre elas não podemos conceber nenhuma preferência às que estão inteiramente de acordo com a nossa natureza. Com efeito, se, por exemplo, dois indivíduos, absolutamente da mesma natureza, se unem um ao outro, formam um indivíduo duas vezes poderoso que cada um deles separadamente. Portanto, nada mais útil ao homem do que o próprio homem. Os homens – digo – não podem desejar nada mais vantajoso para conservar o seu ser do que do que estarem todos de tal maneira de acordo em tudo que as almas e os corpos de todos formem como que uma só alma e um só corpo, e que todos, na medida das suas possibilidades, se esforcem para conservar o seu ser; e que todos, em conjunto, procurem a utilidade comum de todos. Daqui se segue que os homens, que se governam pela Razão, isto é, os homens que procuram o que lhes é útil sob a direção da Razão, não desejam nada para si que não desejem para os outros homens, e, por conseguinte, eles são justos, fiéis e honestos. (E IV, Escólio da prop. 18).

Espinosa preconiza, enfim, os encontros entre os diferentes *ingeniuns* como condição *sine qua non* de aprimoramentos das condições de vida, material e subjetiva efetivada, principalmente, a partir do momento em que adquirimos a compreensão da importância desse relacionamento social, que potencializa o núcleo de forças vitais da coletividade, a “multidão”, a qual, nessa perspectiva, não pode ser confundida com o vulgar termo “massa”. Podemos definir “multidão” como um grande corpo constituído de singularidades que se unem, potencializando a força de agir e pensar de cada uma e que visa a realizar um bem comum. Formando um grande corpo político, a multidão efetiva os resultados planejados por meio da união intrínseca dos esforços dos *ingeniuns* que a compõem.

A massa, pelo contrário, quando é manipulada pelo jogo de interesses de outras causas externas (mais precisamente os governos de cunho demagógico e líderes que oportunamente se aproveitam da boa vontade e da credulidade popular), age sobremaneira por meio do fluxo das paixões tristes, devido à sua incapacidade de expandir a sua potência intrínseca através dos signos da criatividade, da imaginação. A massa humana permanece, portanto, no estado de dependência e de passividade diante do poder instituído, pois é incapaz de se mobilizar enquanto corpo político para contestar a arbitrariedade dos detentores do poder.

A filosofia política espinosista se destaca sobre as perspectivas éticas e políticas excessivamente teóricas pelo fato de afirmar o primado da capacidade de agir como potência sempre atual, capaz de transformar uma situação estabelecida que não coadune com os direitos de cada um, pois o homem, sendo um modo constituído pela regulação da natureza, necessita relacionar-se com outros homens para que possa realizar seus projetos criativos e aumentar sua potência. Espinosa considera que,

Se duas pessoas concordam entre si e unem as suas forças, terão mais poder conjuntamente e, conseqüentemente, um direito sobre a Natureza que cada uma delas não possui sozinha em quanto mais numerosos forem os homens que tenham posto as suas forças em comum, mais direitos terão eles todos. (TP II, § 1).

Nessas condições, é importante salientarmos que a concórdia política que alinha os *ingeniuns* aos afetos tristes de medo, humilhação ou ódio se insere na ordem do autoritarismo e na repugnante tendência de se considerar o “outro”, o “diferente”, como um concorrente, inimigo em potencial. Interpretada segundo as reflexões políticas de Espinosa, poderíamos enquadrar a discriminação social no rol dos afetos tristes, pois decorreria da incapacidade de reconhecer no outro o estatuto de ser humano constituído pelos mesmos modos finitos.

Esse sentimento arrogante leva a crer que existe a predominância de uma raça, classe ou comunidade sobre outra. Predominância essa que, para ser legitimada, deve ser considerada como inata, imutável, naturalizada, desconsiderando todo tipo de compreensão das circunstâncias históricas que possibilitaram a formação de um povo, em prol da proclamação de um pretenso mito de superioridade racial, étnica, cultural, social. Dessa forma, esse afeto mantém a ideia de pretensa superioridade

(nos mais diversos âmbitos), propondo-se simplesmente a dominar, utilizando-se dos mais sofisticados subterfúgios para legitimar tal atitude.

Na ética espinosista, os afetos são uma base processual sobre a qual a vida se funda, desenrola e transforma, em trilhas de padecimento e de potencialização traçadas nos/pelos encontros. Eles contêm a ética e a racionalidade; assim, precisamos compreender a vida afetiva, porque senão a única coisa que nos sobra é a obediência, submissão a poderes imateriais ou concretos, como a mídia, a religião ou o Estado, as mercadorias, o patrão, a acumulação de capital ou a desumanização do homem. Essa é a real importância do estudo dos afetos: seu poder transformador das relações entre os homens e destes com si mesmos — pois não agimos contra os afetos, mas a partir deles.

4.2 O SENTIMENTO DO COMUM: AFETO REVOLUCIONÁRIO?

É imprescindível esclarecer, *a priori*, o que não entendemos por sentimento do comum por compreender que este é um tema muito delicado, principalmente, por abrigar a possibilidade de uso de inúmeras ferramentas que operam no sentido da alienação e do aprofundamento das desigualdades. Mas, não é porque ele é perigoso que ele deixa de existir e ter força. Sabemos, perfeitamente, como os conceitos de poder, identidade e de raça respaldados pelo sentimento de pertença se uniram para criar diferenças sociais que hoje se transformaram em “hereditárias”, pesadas, difíceis de superar e que supõem elementos que negam a democracia e a própria possibilidade da utopia, a partir de uma política de afetos criadora de subjetividades em série, mercantilizadas e por isso individualizante e alienantes.

É justamente contra essas coisas que se faz necessário ampliar o terreno teórico de interpretação acompanhado de uma maior capacidade de sentir-agir nos territórios comuns de afetações. Nesse sentido, buscamos uma ontologia do comum, em Espinosa, que: i) ultrapassa o seu sentido formal-jurídico, ou seja, algo qualificado somente a partir do modo de apropriação público ou privado; ii) também vai além do comum como conjunto identitário e orgânico, do funcionalismo e da biologia; iii) do comum como contágio afetivo ou com caráter transcendente, da mídia e das religiões.

Falamos do comum no sentido ontológico como uma realidade, ou melhor, como uma produção relacional e política, como potência de autorregulação dos corpos

(NEGRI, 2005). O comum não significa realidades pressupostas, o velho conceito de comunidade profunda. Já são conhecidas as horríveis e perversas concepções que podem advir dessas identidades cristalizadas. Esse comum que estamos (re)afirmando

[...] está fundamentalmente articulado, no sentido mais pleno da palavra, com o movimento e a comunicação das singularidades. Não existe um comum que possa ser referido simplesmente a elementos orgânicos ou a elementos identitários. O comum é sempre construído por um reconhecimento do outro, por uma relação com o outro que se desenvolve nessa realidade. (NEGRI, 2005, p. 17).

Nesse sentido, o comum só pode ser compreendido a partir da composição e produção de singularidades, o homem que vive na relação com o outro, que se define na relação com o outro. Sem a qual ele não existe em si mesmo. Chamamos, então, sentimento do comum o afeto que preenche o *conatus*, o desejo de perseverar na existência, aprimora as relações entre os corpos e é forte o suficiente para produzir a ideia de que nossa potência de agir só é possível de ser realizada quando compomos com outros corpos (E IV, esc.1 da prop. 37). Essa composição baseada no sentimento do comum nos aproxima uns dos outros. Por isso, esse é o afeto capaz de tornar preme de vida o *conatus*, pois pode ampliar as possibilidades de enfrentamento dos exercícios de opressão.

Reconhecer o outro como “nosso maior bem”, igualmente importante à costura da vida de cada um e de todos, é a noção em que se baseia o sentimento do comum em sua positividade. Não se confunde com solidariedade, amor ou caridade, mas é o reconhecimento de que só poderei ser eu mesmo e garantir minha existência em real segurança e liberdade se o outro também gozar desse direito. Nenhum homem quer ser dominado, subjugado por outro, e por isso mesmo a construção da vida passa, necessariamente, por questões ético-político-afetivas. No Tratado Político, Espinosa escreve que: “o melhor Estado é aquele onde os homens passam suas vidas na concórdia” e ele continua:

[...] entendo por isso uma vida humana [*vitam humanam intelligo*], uma vida que não se define pela circulação do sangue nem por outras funções comuns a todos os animais, mas, acima de tudo, pela razão e pela virtude. (TP V, §5).

É na perspectiva de fortalecimento do *conatus* que defendemos a tese de que o sentimento do comum é o afeto mais útil ao aprimoramento das relações. Lembramos que essa utilidade de forma alguma está alinhada ao pensamento pragmático. No artigo 15 do capítulo II do Tratado Político, Espinosa escreve:

[...] cada indivíduo em seu estado de natureza depende do seu próprio direito enquanto pôr-se ao abrigo da opressão do outro; ora, como um único homem é incapaz de se proteger de todos, segue-se que o direito natural do homem, enquanto é determinado pela potência de cada indivíduo e só deriva dele, é nulo; é um direito de opinião mais que um direito real, pois que nada assegura que se gozará do direito com segurança.

E ele conclui: “que o direito natural que é próprio do gênero humano quase não se pode conceber senão lá onde os homens têm direito comum”. Compreendemos com isso que Espinosa, ao trazer a questão do “comum”, de maneira ao mesmo tempo ontológica e política, o faz para falar da humanidade do homem, de composição de “uma vida humana” e não de outra (BOVE, 2010). Humanidade que não se confunde apenas com garantias civis, pois, mesmo quando o arcabouço jurídico normativo abrange o direito natural de cada um à vida, ele sempre tenderá a se manter como instrumento de exercício de um *ingenium* com maior poder de composição e capilaridade cotidiana.

Também não se confunde, essa humanidade ou direito natural, com a paz eterna entre os homens que irá levar ao progresso e à fortuna de todos garantida pelo Estado, como em Hobbes ou como obediência ao divino, na tradição judaico-cristã. Trata-se de considerar a humanidade do homem como direito à potência de ação, de auto-organização, direito à “multidão” — o que nos dá, inclusive, o “direito à resistência”, o “direito à guerra” (E II, Prop. 13, Postulado 1). É, portanto, da capacidade de produzir apetites, desejos e ideias de liberdade que o sentimento do comum é aquele que concorre para que o fim último da democracia se concretize, pois ela não consiste em:

[...] transformar os homens de seres racionais em autômatos (*bestias vel automata*). Ele consiste ao contrário em que seu espírito e seu corpo realizem em segurança suas funções e que eles mesmos utilizem a livre razão sem rivalizarem-se por ódio, cólera e esperteza, e sem se afrontar com maldade. (TP II, § 16).

Por ser singularizado e constantemente atualizado nos encontros, não podemos identificar a cada momento e em cada ser onde/como esse sentimento se atualiza. Tão pouco devemos apontar generalizações nos grupamentos humanos; seria continuar a colaborar com os mecanismos de dominação e com as estratégias do capital que, através do trabalho alienado (base do sistema de exploração do trabalhador), do individualismo, competição e consumismo (sustentáculos da produção subjetiva do neoliberalismo), fragmentam, isolam, mercantilizam tudo e opõem de forma violenta (triste) as classes sociais, promovendo o medo e o ódio ao posto de afetos hegemônicos nas relações. Não é por acaso que os afetos são alvo prioritário das relações que objetivam a privatização de espaços comunitários, negam a potência de vida dos seres e o poder de grupos humanos para se constituírem segundo suas próprias lógicas e movimentos, segundo seus próprios *ingeniuns*.

Podemos, no entanto, mapear territórios de afetações comuns por onde circulam movimentos e ideias potentes para a composição de corpos e para o aprimoramento da qualidade dessas relações. Dessa forma, compreendemos que esse olhar propositivo e analítico para o território onde *ingeniuns*, ininterruptos em sua produção da “vida humana”, atualizam-se é fundamental para uma práxis psicossocial que busque a superação das desigualdades.

A identificação desses territórios, a análise dos afetos que por eles circulam de forma mais intensa e frequente (assim como as imagens mais duradouras), e o (re)conhecimento dos elementos capazes de acender a força ontológica e revolucionária do sentimento do comum (que é devolver ao outro o estatuto de humano, o direito de agir segundo suas próprias lógicas e afetos, em composição com outros corpos) são fatores que podem nos aproximar de uma práxis capaz de fortalecer o poder de luta dos povos oprimidos.

Nesse sentido, é necessário e urgente se contrapor ao desenvolvimento de uma “lógica geral das relações submetida à regra do lucro máximo [...] e os efeitos de dissolução que o mercado exerce sobre os vínculos humanos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 311); lógica essa operada por uma política de afetos que busca adestramentos de corpos e gestão de mentes. Criar desejos, necessidades, orientando o esforço humano para o consumo de mercadorias que produzem “felicidade”, é subtrair o homem de si mesmo, pois o desejo/direito originário de perseverar na existência não tem objeto ou finalidade, ou seja, não se baseia em uma

falta; ao contrário, é potência de ação. Assim, esse é mais um dispositivo de dominação:

Todas as novas tecnologias de poder acompanham a implantação de técnicas que visam a produzir formas mais eficazes de sujeição. Estas, por mais novas que sejam, têm a marca da mais inflexível e mais clássica das violências sociais típicas do capitalismo, a tendência a transformar o trabalhador em simples mercadoria. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 329).

E a psicologia com isso? Não podemos esquecer que a psicologia científica, ao cruzar com a economia política, tornou-se sua fiadora, e “vai definir a nova economia do homem governado pelos prazeres e pelas dores” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 325), fortalecendo a política dos afetos administrada pelo capitalismo. Essa política é promotora do entrelaçamento entre consumo/felicidade, desempenho/gozo, e da identificação sujeito/empresa, além de promover uma “ortopedia psíquica” na educação e na clínica por meio de sistemas adaptativos de estímulo, recompensa e punição que buscam a formação técnica, a eficácia do trabalhador, o sujeito normatizado. Esse encontro tem colaborado para manter o homem na ficção de que é liberto e feliz atendendo aos apelos do sucesso definido pelo capital, quando na verdade ele e a natureza se tornaram mercadorias, servos. Mas outra psicologia é possível!

5. OS CENÁRIOS DE PESQUISA: A HISTÓRIA (RE)CONTADA

Neste capítulo buscamos descrever, em uma perspectiva histórica e vivencial, nossos cenários de pesquisa abordando: os movimentos de constituição desses territórios; o perfil do pescador artesanal do Delta do Parnaíba; a contextualização das dinâmicas atuais de exploração; e a compreensão destas pelos moradores/pescadores através das narrativas e da cartografia social. Compreendemos que tal percurso de constituição histórica dos territórios e da pesca artesanal nos ajuda a compreender a construção desse *ingenium*.

5.1 PIAUÍ E CEARÁ: BERÇOS DO DELTA DO PARNAÍBA

A ação empreendida pelos agentes econômicos e pelos representantes da Igreja e do Estado português na organização desses espaços, no final do século XVII e nos primeiros anos do século XVIII, reservou a faixa litorânea nordestina unicamente para a produção do açúcar. A atividade da pesca que abastecia\abastece o mercado interno ficou restrita aos índios e escravos; estes últimos trabalhavam para abastecer as casas dos senhores de engenho, as tropas da marinha e a corte. A pesca possibilitou aos escravos mais hábeis o pagamento pela sua liberdade (NETO, 2003, p. 137).

Convém assinalarmos alguns elementos, resultantes desse processo, que são interessantes para nossa análise. Primeiro, como vimos, a atividade agropecuária vai configurar o uso e ocupação desses espaços. A pesca artesanal, praticada por índios e negros, não se apresentava como alternativa de produção econômica. Segundo Capistrano de Abreu a pecuária tinha suas vantagens:

O gado *vacum* dispensava a proximidade da praia, pois como as vítimas dos bandeirantes a si próprio transportava das maiores distâncias, e ainda com mais comodidade; dava-se bem nas regiões impróprias ao cultivo da cana, quer pela ingratidão do solo, quer pela pobreza das matas sem as quais as fornalhas não podiam laborar; pedia pessoal sem tranquejamento especial, consideração de alta valia num país de população rala; quase abolia capitais, capital fixo e circulante a um tempo, multiplicando-se sem interstício, *fornecia alimentação constante superior aos mariscos, aos peixes e outros bichos de terra e água, usados na marinha* (...). (ABREU, 1969, p.159 — grifo nosso).

Um segundo elemento importante é que, em geral, os territórios do Nordeste brasileiro como meio natural e base material da existência, não se apresentaram nada favoráveis à fixação dos primeiros conquistadores que temiam pelas suas vidas. Foi um processo longo e violento que promoveu grande período de isolamento.

O medo era resultante da adversidade climática e da resistência indígena. Durante o século XVIII, a seca manifestou-se por cinco vezes por todo o Nordeste: 1721-1725; 1736-1737; 1745-1746; 1777-1778; e 1791-17935. A Guerra dos Bárbaros foi apenas um dos capítulos da sangrenta conquista. Além do embate com os índios, as brigas entre os sesmeiros também coloriram de sangue a colonização. (ALVES, 2003, p. 58).

A ocupação e a fixação nesses espaços encontraram muita resistência por parte dos índios e o apoio no sistema de sesmarias. Os primeiros sesmeiros não só foram os primeiros donos da terra como também ocuparam postos militares e funções de ordenanças nas câmaras das vilas fundadas. Imensas glebas foram doadas pela coroa para poucas famílias tentando a manutenção dos territórios ameaçados por outros invasores. Este é o terceiro elemento que gostaríamos de sublinhar: a concentração de riqueza e o abandono do território, pois poucos eram os donos de terras que participaram efetivamente do povoamento.

O processo de povoamento apresentou na região Nordeste, ainda no século XVI, dois centros pioneiros de irradiação: Pernambuco e Bahia. O primeiro deles espalhou-se em direção ao Norte, acompanhando a faixa litorânea e atingindo as terras da Paraíba, o Rio Grande do Norte e a bacia do rio Jaguaribe, no Ceará. Nesta área, encontra-se com o outro movimento, que sai da Bahia e que resulta no povoamento das terras do Piauí (PRADO JR., 2012). Praticamente, duas famílias baianas se apossaram de uma grande quantidade de terras na região do Piauí:

O povoamento do território piauiense possui uma relação direta com a expansão e a conquista de terras empreendidas pela Casa Torre, instituição fundada e administrada pela família Ávila, da Bahia, cujo principal objetivo era financiar aventureiros, um misto de apesadores de índios e conquistadores de terras destinadas à pecuária, para que eles desbravassem os Sertões. Após chegar as novas terras, os Ávila requeriam-nas através de sesmarias que normalmente abrangiam, cada uma, extensões de 10 a 12 léguas em quadro. Na impossibilidade de ocupar todas elas, com o plantel de gado possuído pela família, repassavam-nas - geralmente em lotes de uma légua - para aqueles rendeiros que se aventurassem a ocupá-las. Por volta de 1711, escreve ANTONIL (1967: 309) que as terras dos domínios dos sertões da Bahia pertenciam apenas a dois grupos familiares, sendo a maior parte delas repassadas a terceiros através de arrendamento. (ALVES, 2003, p. 61).

Após assegurarem o título das terras e disseminarem fazendas de gado em área piauiense, retornavam à Bahia, onde fixavam residência em Salvador. As fazendas eram arrendadas ou administradas por vaqueiros, figura que tradicionalmente representa o interior nordestino e, mais fortemente, o Estado do Piauí.

O isolamento da população piauiense, cuja vida se resumia ao trabalho dentro das fazendas, sem muita comunicação com o mundo exterior, teve como consequência um atraso considerável na formação de núcleos urbanos e a conformação de um modo de vida marcado pela rusticidade da vida no campo e ausência do Estado. Os núcleos urbanos foram sendo criados, lentamente, de forma dispersa, obedecendo aos cursos dos rios perenes.

Ao mesmo tempo em que se observa, durante um longo período da história do Piauí, a pouca importância dos núcleos urbanos, pois congregavam uma parcela muito pequena da população piauiense, verifica-se também que a instalação destes ocorria de maneira bastante irregular pelo território piauiense, o que pode ser estendido para toda a população daquela área. (ALVES, 2003, p. 65).

Segundo o autor acima citado, o não investimento dos proprietários de terras nos processos de ocupação no Piauí, o isolamento, centros urbanos dispersos somados a uma atividade produtiva que visava apenas ao mercado externo (dentro e fora do Brasil), além da crise no setor da cana-de-açúcar, contribuem para o declínio da pecuária no Piauí e determinam em grande parte o processo de pauperização desse estado.

A estrutura interna da economia piauiense pode ser apontada como uma das vertentes responsáveis pelo aprofundamento da crise de sua pecuária, na medida em que o modelo adotado ali pelos fazendeiros baseava-se numa atividade criatória de exploração extensiva e em grandes latifúndios, com centros urbanos com pouca importância e dispersos pelo território. Além disso, o comércio dentro da capitania ocorria de maneira precária, as transações comerciais estabelecidas eram em grande parte concretizadas fora dos limites de seu território, vendia-se o gado e compravam-se mercadorias em outros centros, caracterizando, assim, uma dependência do mercado externo. Acrescenta-se ainda o fato de que raros eram os investimentos realizados numa fazenda; tudo se dava quase ao natural. (ALVES, 2003, p. 54).

O litoral e seus povos não influenciaram de forma efetiva nesse processo e permaneceram alheios à produção dos bens culturais produzidos e isolados em seus

territórios, fora do raio de abrangência das políticas públicas, até algumas décadas atrás. Mesmo porque, o Piauí não tinha faixa litorânea; esta pertencia ao estado do Ceará, sendo negociada depois uma nova cartografia, que gerou impasse entre os dois estados. O Ceará “cedeu” ao Piauí uma pequena faixa litorânea em troca de uma parcela de terras férteis na região da serra da Ibiapaba, mas os limites referentes à serra até hoje não foram estabelecidos, e a área permanece em litígio, penalizando as famílias que habitam esses espaços.

O litoral do Piauí tem 66 km de extensão, representando menos de 1% da costa brasileira. Porém, nesse território temos uma das mais ricas regiões litorâneas do país em recursos naturais: a região do Delta do Parnaíba. O Delta do Parnaíba é um arquipélago com 2.700 km² de área, único das américas e terceiro maior do mundo em mar aberto. Está situado entre os estados brasileiros do Ceará, Maranhão e Piauí. Abre-se em cinco braços, envolvendo 73 ilhas; a maior delas é a Ilha Grande.

[...] é um dos três maiores do mundo em extensão e beleza natural juntamente com os deltas dos rios Nilo (Egito) e Mekong (Vietnam). Trata-se de uma área formada por uma série de baías e estuários ligados por canais naturais através dos manguezais, e se origina num ponto em que o fluxo do rio se bifurca para formar dois braços, Igarçu e Santa Rosa. Desse processo resultam igarapés que vão, entremeados a inúmeras ilhas, terminar no oceano por meio de cinco grandes bocas. (FARIAS et al, 2015, p. 78).



Foto 1: Aérea do Delta do Parnaíba. Postado em: 10 jul. 2017.

Fonte: <<http://dicanordeste.com.br/conheca-o-delta-de-parnaiba/>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

Sua paisagem exuberante, cheia de dunas, mangues e ilhas fluviais, garante o cenário paradisíaco, de biodiversidade dessa região e a delimitação de APAs e Reservas Extrativistas (RESEX). A maior parte do Delta encontra-se no Maranhão, estado de maior concentração de pescadores artesanais no Nordeste.

O Delta do Parnaíba se estende por 19,3 km do litoral maranhense que abrange 640 km de linha de costa e conta com 273 comunidades pesqueiras distribuídas em 26 municípios costeiros, e por 6,7 km do litoral piauiense, o mais estreito do país, com 66 km de linha de costa, 47 comunidades e quatro municípios. (FARIAS et al, 2015, p. 81).

Historicamente, esse território é habitado por pescadores e ribeirinhos. Estudo realizado em 2015 pelos autores acima citados traça um perfil dos pescadores da região do Delta do Parnaíba. O perfil corresponde à média nacional levantada em 2011: esses pescadores são, em sua maioria, do sexo masculino; a participação das mulheres é restrita à coleta de mariscos e moluscos e ao tratamento do pescado; a idade média dos trabalhadores em atividade é de 40 anos, apresentando pequenas variações de acordo com o recurso pesqueiro explorado (peixes, caranguejo-uçá, camarões e marisco); a grande maioria (83%) é analfabeta ou tem ensino fundamental incompleto; quanto ao estado civil, o número de casados (juntos) é bem representativo (91%); possuem famílias com até 10 filhos (faixa predominante de 3 a 5 filhos); costumam assumir a paternidade mesmo quando solteiros; e recebem em média 1,5 salário mínimo.

O levantamento indica, ainda, que a embarcação mais utilizada é a canoa e que apenas 40% dos pescadores são proprietários dos barcos; estes, em sua maioria, pertencem a outros pescadores ou a pequenos comerciantes. A não detenção dos meios de produção, à primeira vista, parece indicar relações de dominação como na atividade da pesca industrial. No entanto, diferenças acentuadas na produção são assinaladas pelos próprios pescadores (como veremos adiante), e estas residem: nas relações de trabalho, que permitem o gerenciamento das atividades da pesca e do manejo do pescado; na lógica de exploração dos recursos naturais comuns e na ética-estética do trabalho regidas por diferentes perspectivas.

O estudo revela ainda que:

O destino da produção é diversificado de acordo com as seguintes proporções: 58,6% dos pescadores repassam a produção para o atravessador, 40,0% diretamente para o consumidor e 36,8% para

autoconsumo. A conservação do produto é feita de forma natural ou em gelo. (FARIAS et al., 2015, p.63).

A remuneração é, em geral, feita pela *meiação* que consiste no seguinte sistema:

(a) parte da captura é posta de lado para o consumo pessoal da tripulação e do proprietário, sendo o restante vendido e os custos operacionais deduzidos do valor bruto da viagem de pesca; (b) o valor líquido resultante dessa operação é dividido de acordo com os sistemas de produção artesanal ou industrial, e todos os pescadores recebem uma proporção dos lucros líquidos de cada viagem, sem distinção entre os membros da tripulação; (c) quando o mestre não é o proprietário da embarcação, poderá receber uma parte adicional retirada da produção correspondente à embarcação. (FARIAS et al, 2015, p. 84).

Os pesquisadores ressaltam que a dependência do sistema de intermediação faz com que os pescadores tenham sua receita reduzida por impossibilidade de interferir no valor de venda do produto e pela falta de alternativa de trabalho, principalmente, nos períodos de entressafra. O seguro defeso é uma saída para esses períodos; porém, não beneficia os catadores de caranguejo-uçá e as marisqueiras.

Quando olhamos para o território cearense vimos que, apesar de ser um dos menores estados da federação, tem 573 km de praias, o que representa 7,8% da costa brasileira. Historicamente, os jangadeiros (como são conhecidos os pescadores artesanais da costa cearense) sempre imprimiram movimentos políticos importantes, inclusive, mas não só, na tentativa de serem reconhecidos enquanto classe trabalhadora. Pelos seus atos de bravura, transformaram-se em símbolo da cultura cearense: o jangadeiro está para o Ceará como o vaqueiro está para o Piauí.

Um exemplo de luta que pode ser citado é o importante papel que desempenharam contra o tráfico de escravos e a favor da abolição da escravatura, que na segunda metade do século XIX se intensificou no Brasil. O Ceará foi o primeiro estado brasileiro a decretar o fim da escravidão, um movimento que toma corpo com a adesão de atores de diferentes classes e com motivações diversas. O movimento abolicionista cearense tem como um de seus principais representantes Francisco José do Nascimento, o Chico da Matilde, nacionalmente conhecido como Dragão do Mar (XAVIER, 2010).

Esse reconhecimento expressa a coragem e determinação de um pescador negro que, entre outros feitos, liderou o fechamento dos portos do Ceará, a fim de evitar o contrabando de escravos. Os navios negreiros que atracavam no porto de Fortaleza necessitavam do trabalho dos jangadeiros para transportar os negros escravizados até as margens e para orientar o ancoramento, pois as condições de navegação exigiam conhecimento e destreza que só os nativos detinham. Liderados pelo Dragão do Mar, os jangadeiros cruzaram os braços e declararam: “no porto do Ceará não embarca mais nenhum escravo!” (FUNES, 2000, p. 103) — e nenhum escravo embarcou.

Outras façanhas foram realizadas por pescadores cearenses para defender os direitos da categoria, como as conhecidas viagens reivindicatórias realizadas em jangadas em 1941, 1951 e 1958. Em 1941, época do Estado Novo, quatro jangadeiros — Jacaré (cujo corpo desapareceu no mar do Rio de Janeiro em um naufrágio), Jerônimo, Mané Preto e Tatá — empreendem uma arriscada viagem na jangada São Pedro até o Rio de Janeiro, na época capital federal, a fim de exigir e assegurar do governo de Getúlio Vargas direitos trabalhistas para a categoria. Os jangadeiros pretendiam requerer a inclusão de direitos sociais, garantir o amparo da lei trabalhista, além de protestar contra as entidades de classe local que não os representavam (NEVES, 2011). Dessa viagem:

Jacaré e seus companheiros voltaram ao Ceará com um decreto assinado por Vargas acerca da inclusão dos jangadeiros no Instituto de Aposentadoria e Pensão dos marítimos. Era a garantia de um salário mínimo e outros amparos que no geral eram insuficientes diante das necessidades específicas da categoria, particularmente no que se refere à distribuição do pescado e o apoio às famílias dos jangadeiros. (NEVES, 2011, p. 18).

Em 1951, já no governo eleito de Vargas, empreenderam outra viagem na frágil embarcação, agora batizada de Nossa Senhora da Assunção, de Fortaleza para Porto Alegre, com parada no Rio de Janeiro. Queriam cobrar o cumprimento das promessas feitas em 1941, ainda não concretizadas, além da solução de uma questão envolvendo a indicação de um pescador para a Delegacia de Pesca no Ceará.

Em 1958, a viagem se estendeu até Buenos Aires, sempre com o objetivo de dar visibilidade às suas lutas reivindicatórias. Dessa vez:

O nome da jangada, estampada na branca vela, não era mais a de um santo, mas sim outra homenagem aos trabalhistas: Maria Tereza Goulart, nome da esposa do Vice-presidente João Goulart – um “amigo do presidente Vargas”, como disse um dos tripulantes dessa jangada, o pescador Zé de Lima. (NEVES, 2011, p. 11).

Os feitos ganhariam ares cinematográficos, com grande repercussão na imprensa e registro da vida desses trabalhadores pelo diretor de cinema Orson Welles (SANTOS, M. J., 2009) que, posteriormente, manifestou nos jornais preocupações com as condições de vida dos pescadores.

Esses homens aliaram seu saber-fazer à luta em prol de melhorias na qualidade de vida de suas comunidades e direitos trabalhistas para a categoria. Navegaram praticamente toda costa brasileira sem equipamentos de segurança, sonares, radares, bússolas... para revelar seu conhecimento, seu trabalho, sua bravura e um cotidiano nada bucólico e naturalista, como fora amplamente propagado pela imprensa e pelos órgãos oficiais na época.

Para alguns historiadores, porém, o caráter político das ações não ecoou. Toda repercussão obtida estava centrada no feito heroico de homens simples que buscavam o apoio do presidente, nem que isso lhes custasse a vida. Santos nos conta que:

A estratégia construída pelo governo era de se apropriar do sentido reivindicatório da viagem e convertê-lo num grande espetáculo, para festejar tamanha coragem que fez com que tão bravos pescadores saíssem de suas terras para falar ao presidente. E o Estado vendia a imagem de que estava ali para ouvi-los e atendê-los. Esta foi uma ideia também vinculada pela imprensa. E vale destacar, a atuação dos órgãos censores e de propaganda do governo eram vigilantes na transmissão de opiniões contrárias. Enquanto isso, opiniões favoráveis contribuíram para criar e consolidar, através dos meios de comunicação, particularmente da imprensa escrita, a inexistência dos conflitos de classe e a predominância da ideia de uma sociedade harmônica. (SANTOS, M. J., 2009, p. 340).

Mas, apesar da eficácia dos mecanismos ideológicos do poder, o cotidiano estampava as desigualdades e estas eram anunciadas em prosa e verso. No romance *Os jangadeiros*, Dourado (1952, p. 20), ao relatar a vida do litoral de Fortaleza, no início da década de 1950, dá ênfase às desigualdades sociais existentes na cidade, mas principalmente na Praia de Iracema e suas “casas luxuosas e bem acabadas que contrastavam com o casario de palha, a poucos metros, na rua do Meireles, onde

nasciam e se criavam os filhos dos pescadores, ou os rebentos das lavadeiras sem marido”.

As “casas bem acabadas e os casarios de palha” da Praia de Iracema deram lugar aos imponentes prédios da orla de Fortaleza, espaço voltado para o turismo e para a classe mais abastada; os pescadores foram expulsos de seu lugar de origem e hoje habitam morros e favelas próximos a praia, rios e lagoas. Mas isso não acontece só na capital. O litoral cearense é hoje ocupado pela metrópole, que é a cidade de Fortaleza, e por muitas cidades de pequeno porte, com menos de 50.000 habitantes (CEARÁ, 2008).

A maioria das pequenas cidades e povoados se desenvolveu a partir de comunidades de pescadores artesanais, mas, a ocupação desta zona costeira atinge atualmente um índice de 49,22%, fazendo com que a densidade demográfica seja uma das mais altas dentre os estados costeiros do Brasil (CAMPOS et al., 2003). Isso revela um processo de urbanização intenso, veloz e crescente imposto, principalmente, pelo turismo imobiliário, pelo turismo sazonal, pela exploração dos ventos (usinas eólicas) e, mais recentemente, pela exploração de gás e petróleo. Essas atividades têm desenhado uma nova organização espacial que inviabiliza a atividade da pesca artesanal costeira.

5.2 A PEDRA DO SAL (PI)

A Pedra do Sal situa-se em uma das APAs do Delta do Parnaíba é considerada área rural do município de Parnaíba (PI) com cerca de 1.500 habitantes que têm na pesca artesanal, extrativismo vegetal e turismo local (especialmente no comércio em bares) suas principais atividades. Todas, portanto, ligadas ao uso e manejo dos recursos naturais. A exploração nessas áreas de preservação é, ou deveria ser, regulada pela Lei 9.985/2000 SNUC. Mas, até fevereiro de 2018, o Plano de Manejo da APA sequer foi elaborado.

Por ser uma UC de uso sustentável, a Pedra do Sal, pode ter seus recursos explorados, mas de maneira disciplinada e fiscalizada pelos órgãos ambientais nos âmbitos municipais, estaduais e federais — daí a importância do Plano. Entretanto, é possível observar no território muitas transformações promovidas pela ação humana

nas últimas duas décadas. Construções ilegais em áreas de lagoas e dunas, desmatamento, problemas de esgotamento sanitário, entre outros, agora agravados pela construção de parques eólicos, condomínios de luxo e *resorts*; estes dois últimos frutos de investimento do capital estrangeiro.



Foto 2: Praia da Pedra do Sal. Autor: Marcio Anderson.

Fonte:<https://pt.wikipedia.org/wiki/Praia_da_Pedra_do_Sal>. Acesso em: 01 nov. 2018.

Em 2005, grupos espanhóis apresentaram uma proposta para construção de um complexo turístico no Pontal do Delta do Parnaíba que contemplaria hotel, condomínio de luxo, *resort*, quadras de golfe, heliporto, entre outros equipamentos que visam ao público de alto poder econômico, principalmente o residente na Europa. A proposta trazia a possibilidade de remanejamento da comunidade para outro lugar, e isso mobilizou o movimento comunitário que conseguiu barrar a retirada do povoado do território da Pedra do Sal com o apoio do Ministério Público Estadual, Instituto Chico Mendes (ICMbio) e IBAMA, conforme pedido de liminar que “procura assegurar a suspensão do licenciamento ambiental do empreendimento ECOCITY”. (PIAUI, 2005).

Dez anos depois, em 2015, o grupo retorna com novas estratégias para a execução do projeto. Descartada a possibilidade de remanejamento da população local, os responsáveis pelos empreendimentos desmembram o projeto entre dois municípios: Ilha Grande e Parnaíba. Mas o território do Pontal do Delta continua sendo o espaço de exploração dos empreendimentos, que se estendem pela orla da Pedra

do Sal. O grupo espanhol iniciou então uma “campanha de convencimento” da população local que dividiu a comunidade. Defendem o “progresso”, o “desenvolvimento local” e a criação de postos de trabalho. Com esse objetivo, foram adotadas algumas estratégias como cooptação de lideranças, organizações não governamentais (ONGs) e agentes públicos; confecção de cartilhas explicativas que trazem o “desenvolvimento” como argumento principal para a instalação do empreendimento; patrocínio de atividades de lazer; reunião em escolas, com a comunidade, entre outras.

A mais poderosa estratégia utilizada, porém, foi a quebra do sentimento de comum operada pelos agentes econômicos, jurídicos, Estado e município, e exercida através da cisão da comunidade entre os que defendem o progresso e os “*grupos atrasados que desejam manter o local no isolamento*”, como afirmou um dos representantes do grupo espanhol no Brasil. Essa estratégia colocou as associações comunitárias em campos de luta contrários, gerou muita tensão entre os moradores do povoado e, conseqüentemente, enfraqueceu o movimento de resistência.

O *World Ecologic Center* Projetos Turísticos e Ecológicos S/A, nome de fantasia, *ECOCITY BRASIL*, já construiu *resorts* de luxo no litoral de vários estados do Nordeste, como no Rio Grande do Norte, na Bahia e no Ceará. A força do capital se impõe de todas as formas e, apesar de não concordarem com o processo de venda, uso e manejo do solo por esses empreendimentos, os pescadores que se manifestaram nas audiências públicas, em atos de protesto e em reuniões com empresários e com os órgãos de fiscalização e controle (ICMbio, SEMAR) não foram ouvidos, mais uma vez.

No caso da Pedra do Sal, a Ecocity construirá 400 casas em um condomínio de luxo que irá ocupar áreas de mangue, dunas, lagoas e, inclusive, área de marinha, ou seja, área da União. Se atentarmos para um dado bem básico e concreto, veremos que, se apenas duas pessoas se estabelecerem nessas residências, serão 800 habitantes inseridos no território que compreende o pontal do Delta do Parnaíba. Isso equivale a, aproximadamente, 50% de toda população do povoado da Pedra do Sal.



Foto 3: Protesto de pescadores da Pedra do Sal. Fonte: autoria própria, 2016.



Ilustração 1: Maquete do empreendimento *Pure Resort*. Postado em 2015.
Fonte: <<http://www.pureresorts.com/pt/>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

O território será completamente modificado para atender aos novos moradores. Isso, por si só, já bastaria para que a população local fosse ouvida e incluída nos processos decisórios. Como afirmou um pescador por ocasião da pesquisa:

Esse resort na realidade é um loteamento que está se instalando dentro de lagoas com peixes, e assim a gente não aceita. Outro problema é o kite surf que acaba afastando todo o nosso peixe aqui da costa, e com a chegada deste empreendimento irá aumentar a vinda desses esportistas. Estamos aqui defendendo o nosso direito de sobrevivência, enquanto eles estão enriquecendo com o seu capitalismo. E nós queremos democracia para sermos ouvidos pelas autoridades. (Carlos)

A prática do *kite surf* é outra preocupação para essa classe trabalhadora, pois afasta as iscas, especialmente a sauna e a tainha, utilizadas na captura de peixes maiores. Assim, uma nova demanda de ordenamento espacial se impõe além de outras anunciadas como a liberação da praia e áreas de dunas e manguezais para a utilização de quadriciclos e outros veículos automotores.

Os pescadores têm reagido à ocupação do território pesqueiro numa luta desigual, injusta que é travada dentro e fora da comunidade. Percebemos que a legislação, ao mesmo tempo em que exige a participação da população no processo decisório através de associações, conselhos e audiências, parece inviabilizar o acesso, até mesmo o mais básico, como o direito à informação. Informações contraditórias e desconstruídas, laudos assinados por especialistas, relatórios em linguagem extremamente técnica, manobras de esvaziamento e manipulação de audiências públicas, exigências de documentos, protocolos e trâmites burocráticos infundáveis foram fatores detectados nesta pesquisa que dificultam e/ou quebram a resistência e a participação comunitária.

O poder agora circula na área técnico-jurídica e, sem assessoria, a população fica à deriva. A omissão do Ministério Público, a conivência das instituições e agentes públicos que deveriam regulamentar e fiscalizar a exploração da UC potencializam as relações de dominação, antes, garantidas pela força do chicote, do capataz e dos jagunços. Agora essas relações são legitimadas pela lei e pela ciência, e são operadas pelas estratégias de quebra do sentimento de comum (no plano psicossocial), cooptação de lideranças, moradores e instituições (no campo político-financeiro), cumprimento de trâmites científicos e burocráticos (no campo tecnocrático). Essa foi a nossa compreensão da vivência nos encontros com a comunidade, os

empreendedores, o ICMbio e o poder público municipal e estadual para discutirmos a construção do *resort* e a expansão do parque eólico no território da Pedra do Sal.

O argumento mais poderoso utilizado para o estabelecimento desses empreendimentos é o da criação de empregos e prosperidade para o lugar, embora o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto no Meio Ambiente (RIMA) apresentados pela *ECOCYT* em 2014 afirmem que um dos riscos em potencial na área social é a perda de postos de trabalho, pois estes são temporários. O EIA-RIMA (2014, p. 54) diz ainda que: “foram identificados ou prognosticados 320 (100%) impactos identificados ou previsíveis para a área de influência do empreendimento, dos quais 131 (ou 40,94%) são de caráter benéfico e 189 (ou 59,06%) são de caráter adverso”. Dentre eles, o EIA-RIMA aponta: “alteração na recarga do aquífero pelo aumento da captação para abastecimento e retirada da cobertura vegetal, risco de contaminação dos recursos hídricos, diminuição da biodiversidade local, perda de potencial biótico, geração de tensão relacionada a qualidade de vida” (não fica claro no texto do relatório o que isso significa, mas entendemos que a emissão de gases, ruído e aumento do fluxo de veículos pesados são alguns fatores anunciados como geradores dessa tensão) e danos relacionados aos patrimônios arqueológicos e paleontológicos.

Entre os impactos positivos apresentados pelo relatório está a oferta de empregos temporários, principalmente na fase de implantação. Esse também é o discurso das autoridades locais nas reuniões com a comunidade: geração de emprego e renda, desenvolvimento.

Mas, ao contrário do que apregoa o discurso hegemônico, a atividade turística parece não gerar “desenvolvimento” para todas as classes sociais na região, basta ver o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da maior rota turística e em ascensão no Nordeste: a Rota das Emoções, que inclui a costa do Ceará, Piauí e Maranhão. O Piauí tem 11 municípios com o menor IDH do Brasil: o município de Parnaíba é o décimo colocado no ranking estadual, com 0,674; Luiz Correia ocupa a 140 posição, com 0,573; e Ilha Grande, a 161, com 0,561 (BRASIL, 2012). Esses municípios do Piauí são aqueles contemplados pela “Rota das Emoções”.

O Parque Nacional de Jericoacara, no Ceará, também compõe essa Rota, e hoje é administrado por um grupo Italiano. Nele já não se observa mais a presença de pescadores artesanais. O mesmo movimento é observado em Barra Grande, litoral do Piauí. Nesses locais, alguns poucos pescadores se mantêm na ativa, a maioria mora

nos arredores, venderam suas casas para construção de hotéis, restaurantes e pousadas. Então o que se observa, na verdade, é um processo de apropriação desses territórios pelo capital internacional e a reconfiguração de um modo de vida nos espaços ocupados operada pelas atividades turísticas e imobiliárias.

Tais atividades têm se apresentado como uma saída para o desenvolvimento do litoral e vêm provocando conflitos em toda costa. A questão não é o turismo em si, mas o objetivo e a forma como ele tem sido orquestrado: causando a expulsão de centenas de famílias de seus lugares de origem, deslocando-as para as áreas urbanas, promovendo degradação ou desequilíbrio ambiental e conformando um quadro de injustiça socioambiental.

Para a construção do *resort*, condomínio de luxo e parques eólicos na Pedra do Sal, matas nativas já foram derrubadas, sítios arqueológicos destruídos ou ameaçados, lagoas aterradas e há restrição no movimento de vida dos moradores — o que ameaça práticas ancestrais que garantem a segurança alimentar e nutricional como a coleta de frutos, materiais para confecção de artesanato, criação de animais e a pesca em lagoas. Em tempos de muito vento, quando a pesca no mar se torna extremamente perigosa, as lagoas são a saída para a segurança alimentar das famílias. Nessas lagoas (ou *tanques*, como são chamadas na comunidade) era possível pescar curimatã, piau, piranha, traíra, pema, cará, piaba, carapitu e ubarana. Das areias da praia, os mariscos. Do rio e mangue, caranguejos, camarão e outros crustáceos. Das matas, o cajuí, o murici, o guajiru, pulsá, creoli, coco, a castanha-de-caju e os derivados da carnaúba eram coletados para alimentação e venda no continente e na própria ilha. A criação de animais de pequeno porte, como galinhas, cabras e porcos, também faz parte do cotidiano de vida hoje ameaçado pela implantação do *Pure Resort* e de parques eólicos.

E estes são procedimentos que se repetem em outras áreas em conflito, como na Baía da Guanabara, costa do Maranhão, Bahia, Ceará, Sergipe, Rio Grande do Norte e outros estados com os quais tivemos contato e que refletem, no mínimo, a fragilidade dos mecanismos de gestão ambiental implantados. Concordamos com Silva A. F. C. e Ferreira A. (2008, p. 45), quando dizem:

Apesar dos avanços na legislação ambiental no contexto nacional, na prática as disputas acirradas pela apropriação e uso dos territórios detentores de recursos naturais refletem a falta da criação e implementação de mecanismos de gestão ambiental para ordenar o uso do território, o que tem contribuído

para a fixação de empreendimentos nessas áreas, resultando na perda da biosociodiversidade. Desse modo, a luz da dicotomia (ex)inclusão territorial, evidencia-se o estabelecimento e as contradições da lei de proteção ambiental brasileira face a apropriação e uso dos territórios legalmente protegidos.

Observa-se, no Brasil, que a criação de UCs acaba facilitando a apropriação e o uso dessas áreas, pois há mecanismos para regulamentação em prol dos atores que dispõem de capital, como, por exemplo, a Lei de Gestão de Florestas Públicas para a Produção Sustentável, a qual prevê a concessão de florestas para pessoas jurídicas. Igualmente, a baixa aplicabilidade das leis que restringem ou proíbem os usos em determinadas categorias do SNUC, e a falta de vários instrumentos de gestão ambiental, como o plano de gestão, de manejo e do zoneamento ecológico econômico em várias UCs do país (SILVA, M. G., 2010) favorecem a privatização dos espaços protegidos ao viabilizar a apropriação e uso de tais recursos pelos grupos dominantes.

Outra análise interessante de Silva, A. F. C. e Ferreira, A. (2008) alerta para a nova ordem de uso dos recursos naturais, na qual a natureza é externalizada, ou seja, não é mais vista como um todo, abrangendo o homem, mas como algo a ser dominado a serviço dos homens. As autoras acrescentam que a fragmentação da natureza é considerada uma estratégia do sistema capitalista para exploração dos recursos; resultando em um movimento contínuo de privatização e esquitejamento do espaço geográfico (SANTOS, M., 1985).

Antes de o *resort* chegar à comunidade, quatro parques eólicos foram implantados (entre 2005 e 2015), com perspectiva de expansão. Com a etiqueta de energia limpa e a promessa de empregos, os parques foram construídos em áreas residenciais, de dunas, matas e lagoas que, por Lei, deveriam ser preservadas. Para a população, entretanto, a restrição espacial imposta pela demarcação dos parques eólicos é, como vimos, o principal elemento tensionador.

Alguns pescadores relatam que, até determinada distância da costa, ao mergulharem podem ouvir a vibração das torres que sustentam as hélices dos cata-ventos; eles acreditam que isso “espanta” os peixes. Além disso, as torres delimitam uma extensa área de segurança que impede a livre circulação de homens e animais.



Foto 4: Primeira Etapa do Parque Eólico da Pedra do Sal. Autor: Zig Koch, 2012.
Fonte: <http://www.naturezabrasileira.com.br/foto/18866/usina_eolica_pedra_do_sal_pi.aspx>.
Acesso em: 27 jun. 2015.



Foto 5: Povoado da Pedra do Sal. Fonte: autoria própria, 2018.

O fato é que há um exercício de poder sobre essa comunidade que está diretamente articulado com a privatização e a exploração dos recursos naturais para produção de energia e turismo predatório; este último sobretudo utilizando ações e posições estratégicas que se apropriam dos modos de vida e exercem o controle sobre as dimensões materiais e simbólicas. Nessa ótica, “o poder é uma relação social e o território é a expressão espacial disso” (SANTOS, M., 1985, p. 80).

Na Pedra do Sal, entretanto, os conflitos socioambientais têm origem remota. As riquezas naturais da ilha e sua localização estratégica parecem ter sido sempre alvo de disputas. A tribo que habitava o litoral piauiense foi dizimada durante o período de colonização do Brasil por resistir à invasão portuguesa que objetivava a ocupação do território, na época indispensável para circulação de mercadorias e entreposto para comercialização da carne de charque. O ataque conjunto de três capitânicas hereditárias (que correspondem hoje aos estados do Piauí, Ceará e Maranhão) não permitiu que sobrasse um único índio no litoral do Piauí para contar a história. O genocídio parece ter apagado também a memória do povo tremembé nesse território.

Algumas lendas, no entanto, lembram essa “passagem” tremembé pela Pedra do Sal, como a do morro do gemedor, por exemplo. Segundo se conta, a índia Intã, da tribo Tremembé, gostava de passear pela praia deserta e, em um desses passeios, encontrou desmaiado um naufrago de pele branca, que logo a encantou. Sabendo do perigo que seu príncipe corria, caso sua tribo o encontrasse, a índia o arrastou até uma cabana. Alguns dias se passaram e o jovem se recuperou e correspondeu ao amor de Intã, mas a praia foi invadida por altas marés e tempestades de dunas soterraram a cabana. A lenda conta que Intã continua a gemer nos braços de seu amor. O fato é que quem visita o morro consegue escutar sons que parecem gemidos. Hoje, suspeita-se que o som é provocado pelo movimento de gás natural, mas não obtivemos confirmação dessa informação.

Apesar de reproduzida em livros, teses, blogs, jornais e outros meios de comunicação, a lenda do morro do gemedor não é contemplada na história (re)contada pelos pescadores. Quando perguntados sobre o fenômeno que ocorre no local, apenas dizem que lá acontecem coisas que não se consegue explicar, como “visagens”, referindo-se a fantasmas que rondam a região, ou a “línguas de fogo que saem do pé do morro”. A única referência a esse morro foi destacada por Antônio como sendo o único morro da região fixo e cercado de mistério. Mas ele não reconhece a lenda contada pelos historiadores.

[...] Ele tem um mistério ali naquela areia dele do meio pra baixo...quando eu era menino aquele morro já era ali...todo morro viajou e foi simhora e ele não! Ele tem um mistério com ele... (Antônio)

As lendas, costumes, hábitos alimentares, instrumentos e palavras nos remetem à herança da cultura indígena, mas apenas um morador da Pedra do Sal,

conhecido como Pedro Militão, reivindicou junto ao Estado brasileiro sua identidade Tremembé e tomou posse de suas terras. Boa parte delas foi vendida há pouco mais de um ano para a construção do *resort*. Dizem, ainda, que muitos negros escravizados oriundos de estados vizinhos também se refugiaram nessas terras e passaram a viver da pesca, do artesanato e da coleta de frutos.

Além da cultura indígena e das matrizes africanas é possível perceber na própria atividade da pesca artesanal a contribuição dos portugueses. Em substituição ao espinho torto (SILVA, G. G. H., 2005), houve a incorporação de técnicas de pescaria que revelam a contribuição dos colonizadores para a prática da pesca artesanal na Pedra do Sal, como a pesca com anzol de ferro, o espinhel, as redes de emalhar ou tresmalho (bastante utilizadas na pesca da tainha) e a preparação do pescado salgado e seco.

Por esses mares e terras onde habitava, originalmente, o povo tremembé, já passaram piratas, jesuítas, colonizadores.

Durante todo o século XVII grande parte do litoral norte brasileiro, desde a costa leste do Maranhão, passando pelo litoral piauiense até as fronteiras das capitanias do Ceará e Rio Grande do Norte, foi ocupada pelos tremembés. Inicialmente, eles apareciam nos documentos históricos, como no Tratado Descritivo do Brasil de Gabriel Soares de Sousa de 1587, como —índios chamados genericamente de —tapuias, ou seja, não falantes da língua tupi [...] Os tremembés sempre estiveram associados à costa e foram várias vezes referidos como índios pescadores e mergulhadores, chegando a serem descritos como —Peixes Racionais. Durante o século XVII alguns padres tentaram catequiza-los, sem sucesso. Só foram aldeados no início do século XVIII, no Aldeamento de Nossa Senhora da Conceição de Almofala (CE). (BORGES, J. F., 2014, p. 101).

Borges ressalta ainda que:

Segundo o historiador Ludwig Schwennhagen, a Pedra do Sal foi estação e porto para os navios fenícios, que tinham em Sete Cidades, Piracuruca, Norte do Piauí, o centro dessa ocupação, por volta do ano 1100 a.C. Por esta praia, passaram aventureiros, padres, piratas, colonizadores, como Vicente Pinzón, Américo Vespúcio, Gabriel Soares de Sousa, Martins Soares Moreno, Jerônimo de Albuquerque, padre Antônio Vieira, Frei Cristóvão de Lisboa e outros. (BORGES, J. F., 2014, p. 89).

Sobre a origem do povoado, observamos que o próprio nome da ilha, Pedra do Sal, está conectado com a ligação da população com a natureza. O nome vem das formações de sal nas concavidades das pedras graníticas, em virtude da evaporação das águas do mar nelas depositadas. Contam os sujeitos da pesquisa que, em

meados do século XIX, a praia foi ocupada por famílias de pescadores artesanais oriundas de estados do Nordeste, como Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte e Paraíba. A família Vidal teria sido a primeira a se instalar no local, seguida das famílias Severo, Coringa, Emília, Serrano, Liduvico:

Os mais antigos contam que os primeiros a chegar aqui vinham do Rio Grande do Norte. Um pescador por nome de Vidal que deixou aqui seus descendentes. (Raimundo)

[...]tanto que até hoje tem o pesqueiro do Vidal. É um local no mar cercado de pedras que ele descobriu e que dá muito peixe. (Zé)

Todas essas famílias viviam da pesca artesanal, moravam na beira-mar em pequenas casas de palha, um lugar sobre o qual o mar já avançou. Não havia luz ou candeeiros, apenas fogueiras para iluminar as noites e assar o peixe. Pequenas e frágeis embarcações sem bússolas, motor ou GPS enfrentavam (e ainda enfrentam) o vento, as correntes marinhas, temporais e pedras para tirar do mar seu sustento.

Mas essas famílias tiveram que enfrentar tempestades mais duradouras e violentas. Durante mais de um século uma única família dominou o povoado, com a conivência do poder público, e continua ordenando as atividades no território como se os pescadores nunca tivessem existido — inclusive vendendo e arrendando glebas de terra através de uma empresa imobiliária familiar criada para esse fim, a Pedra do Sal Ltda.

É comum ouvir duas versões sobre a conduta e o processo de apropriação das terras por esta família de grande influência política no Piauí: uma diz que o pescador mais velho do local, na época, foi enganado e assinou um papel sem saber do que se tratava. Outros dizem que as terras foram cedidas pela Igreja e apropriadas de forma ilegal. O fato é que a comunidade não vê legitimidade na posse das terras pela “família dos Silva” e tenta questioná-la.

Os eventos desencadeados pela instalação do parque eólico, pela compra das terras para construção do *resort*, pelo início do processo de regularização fundiária do território e pela reforma na orla acenderam mais uma vez os temores ligados à possibilidade de perda da posse da terra, do território pesqueiro, e com eles o medo de perder suas referências de vida e de sustento.

Relatam, ainda, que o pescado diminuiu muito e que a pesca nas lagoas também se encontra comprometida pela estiagem e pelas obras dos

empreendimentos, assim como pela árdua tarefa de ser pescador. Acordar de madrugada e colocar a canoa e os rudes equipamentos de pesca nas costas, entrar no mar, virar noites de frio, enfrentar o vento, a água salgada, as baratas marinhas, durante dias, não é para qualquer um! Muitas falas trazem essa saga diária que, segundo relatam, também ameaçam a saúde do pescador:

[...] era pesado, duro...eu mesmo cansei de tirar a semana todinha dentro do mar. Muitos que estão aqui também faziam isso. (Carlos)

[...] ser pescador é difícil. Reconhecer o que é um sofrimento do pescador é difícil. Ser pescador é passar noites acordado, debaixo de temporal, alagado, barata roendo...sem saber se vai voltar pra casa e ver sua esposa e seus filhos... (Zé)

[...] hoje nós somos uns homem tudo prejudicado. De manhã pra levantar é um sacrifício...dói tudo! (João)

Nosso serviço é serviço de bicho! (Antônio)

Mesmo assim, falam com um certo ar de tristeza, saudosismo e conformismo sobre o declínio da atividade pesqueira e do cotidiano que ela delineava. Eles se entristecem por estarem sendo expulsos dessa vida. Admitem que sua história é sustentada apenas na oralidade, que vem a cada dia se perdendo e que tende a acabar. Mas, em sua maioria, não relacionam seu sofrimento com as questões sociais, políticas e econômicas implicadas; como a de que a “arte da pesca”, ao ser atravessada pela propriedade privada, produz, em boa parte, esse sofrer.

Os espaços de compartilhamento da cultura pesqueira também estão esgarçados. Os relatos mostram que o bumba meu boi — festa que tem ligações com diversas tradições (africanas, indígenas e europeias), inclusive com festas religiosas católicas (sendo associada fortemente ao período de festas juninas no Nordeste) — era dançado pelos pescadores e moradores mais velhos do lugar anualmente, mas, há pelo menos 20 anos, não tem mais essa frequência. Assim como ocorre com a dança do coco.

Os sujeitos da pesquisa compreendem que hoje a maior parte dos moradores não são pescadores artesanais e isso produz visões diferentes de mundo, de vida, de gente imprimindo outras configurações territoriais e subjetivas. Também compreendem que essa não é uma profissão fácil, segura e valorizada, por isso entendem que os jovens busquem outras escolhas. Reconhecem, no entanto, que na

última década o pescador conquistou mais direitos e acesso a benefícios. Também ressaltam a melhoria do acesso ao transporte e à sede do município, mas apontam alguns problemas gerados:

[...]melhorou por uma parte, mas não foi bom por tudo. Veio transporte, estrada, tirou o calão dos ombros...por outro lado não foi tão bom, chegou também a hora que a gente não deixa mais um aparelho seu naquelas canoas que tá sujeito a no outro dia não tá mais lá...e na época em que eu era menino você podia deixar o que deixasse. Hoje em dia não é mais assim. (Severino)

[...]hoje a gente vê coisas acontecer que não aconteciam antes. É morto a bala aqui na Pedra do Sal... onde é que a gente via isso aqui? A droga também... (Rui)

O aumento de casos de violência, do uso abusivo de drogas (principalmente o *crack*) e de roubos assusta os pescadores. Apontam que hoje não é só a paz e a pesca que se encontram em perigo: denunciam que as atividades de coleta de frutos, a extração de recursos vegetais locais e a criação de pequenos animais já está restrita pela construção do parque eólico no povoado, ameaçando a segurança alimentar e a geração de renda das famílias. A área onde fica instalada as torres dos moinhos estabelece um entorno reservado para prevenir acidentes e, para tanto, derrubou matas nativas e impediu a passagem dos moradores:

A gente não pode mais pegar cajuí, murici...tá tudo fechado, outros lugar nem existe mais! Os cata-vento fecharam tudo...também enterraram as lagoas. É triste ver isso acontecer! (Maria)

Outro morador conta que:

Fui buscar minhas cabra que tavam pastando e um vigia lá veio dizer que eu não podia entrar pela cerca adentro. Falei pra ele: quero ver o homem que vai me impedir! Era só o que faltava não poder andar onde me criei... mas, tem muita gente tirando e vendendo os bicho daqui. (Armando)

Nesses extratos das narrativas, podemos perceber a afetação provocada pelo processo de “acumulação por espoliação”, de privatização do espaço comum, que a ameaça as práticas de subsistência, as formas de se relacionar com o território, consigo mesmo e com o outro. O medo é um sentimento compartilhado por muitos e se origina de um movimento brusco e violento que ameaça o *ingenium* da pesca artesanal.

Eles sentem que a disputa pelo território é injusta. As terras onde serão implantados o *resort* e o condomínio de luxo foram vendidas pela “família dos Silva” e o parque eólico arrendou, também “dos Silva”, as terras onde estão localizados. Vale ressaltar que a energia produzida não fica na comunidade, não contempla a necessidade do povoado que sofre com a constante oscilação de corrente elétrica. Um dos trabalhadores da UBS local chegou a falar, em reunião, que a oscilação da corrente elétrica impede o trabalho do dentista e o acondicionamento de vacinas na unidade. Em outras palavras, a comunidade não só não usufrui do bem gerado em seu território, como ainda é excluída das ações das políticas públicas. Vários movimentos de exclusão, portanto, estão articulados.

Em síntese, a história (re)contada pelos pescadores da Pedra do Sal retrata, fielmente, um cotidiano de vida marcado pela opressão, negligência do Estado e disputas pela terra. Cruelmente submetidos a relações de poder desiguais durante séculos, tratados como cidadãos de “segunda classe” e entregues à própria sorte com a conivência do poder público e da sociedade, esses homens e mulheres — que vivem dos recursos naturais do seu território — se reconhecem desvalorizados, submetidos, abandonados e atemorizados. Reconhecem, ainda, que hoje não são mais a “alma” do povoado, e que suas histórias vêm se perdendo ao longo do tempo, junto com sua profissão.

Não podemos ignorar todos esses anos de resistência da comunidade da Pedra do Sal: a Escola Nova da D. Rita que adotava os pressupostos freirianos na alfabetização de jovens e adolescentes; as tentativas de organização dos pescadores em cooperativas; a criação das associações comunitárias; as lutas diárias travadas para continuar existindo como pescador artesanal — são todos exemplos de persistência.

Mas várias narrativas compõem um coro que diz: não estamos melhor porque não somos unidos. Os conflitos constantes estabeleceram relações mediadas pelo medo, vivido em diferentes formas e movimentos, que se atualiza constantemente, bloqueando até mesmo a esperança de que algo possa ser feito e aprisionando-os cada vez mais na passividade gerada pela expropriação do passado, do presente e do futuro. Por isso, para a maioria dos pescadores, nenhuma ação parece valer a pena.

5.3 BITUPITÁ (CE)

Bitupitá, palavra de origem indígena que significa “pancada de vento em montanha de areia”, dá nome à última praia do litoral oeste do estado do Ceará, a 395 Km da capital Fortaleza, e faz divisa com o estado do Piauí, sendo delimitada pelos manguezais e pelo rio Ubatuba, que no Piauí recebe o nome de São João da Barra. Esse rio nasce na serra de Ubatuba (CE), vindo em direção norte, e desemboca no Oceano Atlântico, junto com os rios Timonha, Chapada, Camelo e Carapina, banhando a Ilha Grande, que está localizada dentro da APA do Delta do Parnaíba (PI).



Foto 6: Praia de Bitupitá. Autor: Alex Uchoa.
Fonte: www.alexuchoa.com.br, 2017. Acesso em: 28 jul. 2017.

Terra antes habitada também pelos índios tremembés que, nesse território, ofereceram forte resistência aos portugueses, aliando-se aos franceses e holandeses interessados na exploração e comércio do pau-brasil. Muitas lendas relatam os encontros entre os tremembés e os estranhos barcos e povos que desembarcavam no porto de Camocim, município do qual Bitupitá (ou “das Almas”, como ainda hoje é conhecida) era distrito. Mas essas lendas também não reverberam na memória dos atuais habitantes do lugar. É como se a história indígena nesses territórios tivesse sido completamente apagada.

Bitupitá é o maior e mais populoso distrito do município de Barroquinha, que há 20 anos emancipou-se do município de Camocim. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) estima que a população do município de Barroquinha seja de aproximadamente 14.880 habitantes; 59,8% com rendimento nominal *per capita* de ½ salário mínimo.

Caracterizado pelos próprios moradores como uma vila de pescadores, o distrito de Bitupitá possui cerca de 3.000 habitantes e sempre teve a pesca artesanal como principal atividade produtiva, em torno da qual se organiza o cotidiano da população local. Segundo o presidente da Colônia de pescadores, existem hoje em atividade 1.234 pescadores; isso significa que quase 50% da população está associada à Colônia. Entretanto, vale salientar que há sempre uma tendência à supernotificação. Vimos que muitos sujeitos estão cadastrados nas colônias, mas não pescam; apenas pagam as taxas. Esse tem sido um procedimento comum na maioria dos territórios pesqueiros como forma, principalmente, de obter o direito a aposentadoria e outros benefícios sociais.

A Colônia de Bitupitá é a Z-23, fundada em 1990. De lá para cá, foi administrada pela mesma pessoa, que mantém estreito contato com a capitania dos portos, já foi dono de currais e vereador duas vezes. Muito comprometido com as funções da Colônia, esse senhor de 82 anos funciona como mediador entre os pescadores e os serviços públicos, encaminhando questões referentes a aposentadoria e benefícios. Também exerce a função de fiscal local da capitania dos portos, ou seja, de capataz.

A paisagem de Bitupitá nos presenteia com praias desertas, intocadas, que abrigam as desovas de tartarugas marinhas; dunas que permitem a prática do *sandboard* (espécie de surf na areia praticado nas dunas pelos jovens do lugar); coqueirais que alimentam a culinária e o artesanato; rios e mangues, ainda preservados, que se abrem ao lazer, à pesca, à coleta de mariscos e crustáceos e acolhem a reprodução de peixes-boi-marinhos; além de lagoas deslumbrantes.

A comunidade era conhecida como “Povoado das almas” por ocupar o território do Pontal das Almas, localizado às margens da foz dos rios e que hoje se apresenta como uma praia desabitada formada por uma ponta de duna que se prolonga sobre as águas de uma baía. Lugar rico em fauna e flora marítimo-fluvial, berçário e criadouro de peixes-boi-marinhos ameaçados de extinção. O processo de migração para o leste da faixa litorânea aconteceu, segundo os moradores, por questões relacionadas ao movimento dos rios, dunas e marés.

O movimento das dunas provocado pelo vento ainda ameaça as comunidades que habitam as praias locais. O caso mais gritante é o da comunidade da Praia Nova, praticamente soterrada pela areia e sem nenhuma assistência do poder público. Segundo os pescadores, mais de 200 famílias habitavam o local; hoje, pouco mais de 60 são obrigadas a viver embaixo das dunas, pois, não têm para onde ir. A escola foi fechada e o acesso à comunidade é difícil, o que inviabiliza, inclusive, a prestação dos serviços básicos de saúde, educação, segurança e assistência social. Em 2015, a prefeitura de Barroquinha chegou a cadastrar as famílias para incluí-las no programa Minha Casa, Minha Vida do governo federal, mas o padre que detém a posse de grande glebas de terras na localidade não cedeu o terreno necessário à construção das casas, segundo os moradores, em represália pela recusa da comunidade de acolher o parque eólico para o qual ele havia vendido boa parte das terras.

Voltando ao Pontal das Almas, os moradores acreditam que é um espaço protegido por criaturas da natureza e pela Santa Adelaide. A história de Santa Adelaide é conhecida por todas as pessoas que moram e frequentam Bitupitá. Natural da cidade de Belém, na Palestina, Adelaide Tuhin veio morar no Brasil e foi parar “nas Almas”. Dizem que era uma senhora muito caridosa, que vivia para ajudar os menos favorecidos. Ao morrer, em março de 1929, foi sepultada no cemitério de Capim-Açu, vizinho a Bitupitá. Em maio daquele mesmo ano, contam os moradores, ela “apareceu” para um rapaz pedindo que seu corpo fosse removido para o Pontal das Almas. Os parentes de Adelaide resistiram ao estranho pedido, mas o rapaz, que não era próximo deles, tinha informações que só Adelaide sabia, o que acabou convencendo a família a aprovar a remoção. Reza a lenda que, ao ser desenterrado, o cadáver da jovem senhora (contava apenas 47 anos quando faleceu no parto de seu filho) estava intacto e recendia o aroma de flores. Desde então, ela é reverenciada como santa, Santa Adelaide, protetora do pontal e de sua gente.

Muitas são as histórias em torno da santa. Contam que um empresário, homem influente e rico, explorava uma salina no Pontal e, por desejar toda a terra do lugar, derrubou a capela erguida em homenagem a ela. Não tardou e uma das máquinas de seu empreendimento o atingiu. Ele morreu em consequência desse acidente. Outras ameaças ao território, segundo os moradores, foram superadas pela força da natureza e pela intervenção da Santa Adelaide. Os tratores não conseguiam fazer o trabalho de abrir estradas, emperravam, quebravam, atolavam na areia... Hoje, o lugar é uma APA monitorada constantemente pelo IBAMA. A pesca e qualquer outro tipo de

exploração de seus recursos encontram-se proibidos para proteger a reprodução de várias espécies e, principalmente, do peixe-boi-marinho.



Foto 7: Santa Adelaide. Postado em: 23 fev. 2013 por: Jaqueline A. Cordeiro. Autor desconhecido. Disponível em: <<http://coisadecearense.com.br/santa-adelaide/>>. Acesso em: 28 dez. 2016

Uma pequena capela foi erguida no povoado em homenagem a Santa Adelaide, e seu túmulo, no Pontal das Almas, é um local onde as pessoas depositam ex-votos, em tributo às graças alcançadas. Um cineasta paulista, em visita ao local, se feriu em corais e recorreu a Santa Adelaide, orientado por moradores. O cineasta voltou a Bitupitá e gravou um documentário chamado “Das Almas”, no qual conta a história de Santa Adelaide e a vida dos pescadores da região. O filme foi premiado no XII Festival Internacional de Cinema de Baikal, na Rússia.

Os “festejos de Santa Adelaide” movimentam todo o mês de agosto e as cerimônias religiosas a ela dirigidas são celebradas por mulheres da comunidade, não por padres. Outros festejos, como o de São José, comemorado no mês de março, e o de São Pedro (protetor dos pescadores), em junho, também atraem moradores da região, revelando a forte religiosidade presente na cultura local.



Foto 8: Celebração a Santa Adelaide. Fonte: autoria própria, 2017.

A modalidade de pesca mais praticada é a pesca em currais: trata-se de armadilhas cuidadosamente colocadas, espécie de labirintos construídos com varas de madeira enterradas no fundo do mar, cercadas de redes, onde os peixes entram e não conseguem sair. Alguns historiadores afirmam que essa prática vem das “tapagens” de origem indígena, mas os currais de Bitupitá foram construídos pelos portugueses ainda no período da colonização (BORGES, J. F., 2014). Essa modalidade de pesca é mais comum no Nordeste do Brasil e agrada aos conservacionistas, pois o peixe fica vivo dentro das armadilhas até a chegada do pescador, e isso evita a morte de espécies em extinção, não comerciais ou fora do padrão, que são libertadas pelos “vaqueiros” durante a despesca.

Além de ser um trabalho árduo, exigir muito fôlego e destreza, a pesca em currais também é muito cara. Por esse motivo, os currais têm donos, e não são os pescadores! É o proprietário das armadilhas quem os contrata e, no caso de Bitupitá, remunera cada um de acordo com a produção. Os mais velhos contam que muitos já morreram na construção dos currais e outros jamais se recuperaram dos efeitos da pressão da água sobre o corpo. Não existia a máquina que hoje perfura o solo marinho, este trabalho era manual, mas até hoje lesões no pulmão, nos olhos e ouvidos são comuns, segundo os pescadores. Os “vaqueiros” — aqueles responsáveis pela “despesca”, ou seja, por recolher as redes que ficam submersas — utilizam, quando muito, óculos de proteção e pés de pato.



Foto 9: Construção de currais em Bitupitá. Foto intitulada: Mar de Homens. Autor: Linsker, 2005. Fonte: Tassara e Linsker (2005).

Araújo (2013), analisou alguns aspectos referentes às fases de construção dos currais em Bitupitá que dão origem às terminologias e à classificação desses pescadores a partir do processo de trabalho. Denomina-se marcador, armador e levantador os pescadores que irão construir as armadilhas levando em conta as correntes marinhas; e de encarregado, vaqueiro e mata-vaqueiro aqueles responsáveis pela despesca. O trabalho artesanal de construção das armadilhas começa em terra, durante os meses que antecedem a “safra” do ano (que vai de abril a agosto); nesse período, são confeccionadas as esteiras (redes) e feitos os remendos das que foram utilizadas no período anterior.



Foto 10: Maquete dos currais de Bitupitá. Fonte: Araújo (2013, p. 33).

A vila, ao contrário do povoado da Pedra do Sal, é desenhada por casas que ficam bem próximas umas das outras e à beira mar, em parte devido à estreita faixa de terra disponível para moradia, mas também pelo costume de dividir o espaço da moradia com a família. Conta com três escolas, dois postos de saúde, um mercado público e uma pesqueira onde as mulheres “consertam” os peixes. Elas são responsáveis pela limpeza do pescado e o fazem em condições insalubres, com uma remuneração por produção baixíssima. Uma das reivindicações da comunidade, que até agora se encontra na promessa, é a construção de um local mais adequado para a realização desse trabalho.

[...] cê precisa ir lá pra ver... é uma fedentina só. Tripas de peixe e água suja empçada... é horrível! A gente só aguenta porque é o jeito. (Amélia)

Estive lá para ver! O local é sujo e inadequado ao trabalho, as mulheres trabalham sem os equipamentos necessários à segurança e à saúde (botas, máscaras, luvas...). Os peixes, em sua maioria, são vendidos a atravessadores por um preço bem abaixo do mercado. Também são comercializados na beira mar e nos bares locais. Outra atividade quase que exclusivamente feminina é a coleta de mariscos. As marisqueiras, como são chamadas, se municiam com baldes, peneiras e facas e adentram o mangue para coletar várias espécies de mariscos. Os mais comuns são o fuminho e a pata-de-bode (sururu). Elas se dividem em pequenos grupos e, enquanto trabalham, trocam confidências, experiências, dores e alegrias.

Assim, o mangue é também espaço de lazer para as famílias do lugar, que além de coletar caranguejos, ostras, siris e mariscos, pescam nas lagoas e rios e exploram as dunas.

As mulheres se queixam, no entanto, da quantidade de peso que precisam carregar, o que, segundo elas, “machuca as costas” e da “quentura da lama que dá doença de mulher”. Elas se referem aos agravos ginecológicos pelo contato do órgão genital com a lama quente na ausência de roupas apropriadas para o trabalho. Não podemos comprovar, epidemiologicamente, que haja uma relação direta entre a atividade e o adoecimento, mas das cinco mulheres que participaram mais ativamente da pesquisa, três já tiveram câncer no colo do útero e suspenderam suas atividades de marisqueiras.

[...] gostava muito de catar mariscos, depois tomar banho na lagoa ou no rio, mas, não posso mais. Tive que retirar o útero. Não dá mais pra mim. Acho que a lama quente me fez adoecer. (Mirian)

Constatamos, no entanto, que essas mulheres não realizavam os exames de prevenção periodicamente e que seus parceiros costumam se relacionar com outras mulheres sem proteção. Esses são aspectos que também favorecem a disseminação do vírus HPV, comprovadamente responsável pela incidência do câncer de colo do útero.

As mulheres também reclamam do machismo que as oprime, evidenciando um território de afetação comum relativo às questões de gênero que merece ser explorado. Mesmo não sendo uma particularidade de Bitupitá essa afetação não foi expressa pelas mulheres da Pedra do Sal que pouco participaram da pesquisa, apesar do convite.

Em Bitupitá, a vida gira em torno da pesca. Apesar de suas belezas naturais, as atividades turísticas concentram-se nos festejos religiosos e mobilizam pessoas das comunidades mais próximas. Entretanto, alguns “gringos” já começam a se estabelecer no local, em residências na orla, e algumas atitudes desses novos inquilinos geraram conflitos com os moradores.

Bitupitá também é alvo de investimentos de parques eólicos. Marcações de terras podem ser vistas ao longo da praia e em área de dunas, mas as obras não começaram devido à rejeição da proposta pela população em quatro audiências públicas e à posição contrária do Ministério Público (MP) à instalação do

empreendimento. Um grupo de jovens que pratica *sandboard* puxou o movimento de resistência local e em defesa das dunas.



Foto 11: Abraço às dunas de Bitupitá: protesto contra a instalação de parque eólico nas dunas. Autor: Francisco Aragão. Fonte: www.Bitupitáblogspot.com, 2016. Acesso em: 18 set. 2016.

As narrativas, entretanto, revelam que não há uma compreensão mais aprofundada sobre os elementos que envolvem a exploração dos ventos nesse território, seus impactos sobre o modo de vida da população, o meio ambiente e a atividade da pesca.

[...] o pessoal disse que em outros lugar aqui do Ceará isso não foi bom pra comunidade. (Anderson)

[...] não sei bem o que aconteceu. Só sei que o procurador teve aqui e conversou com algumas pessoas na escola dizendo que esse negócio de eólica não era bom pra comunidade. (Toinha)

Nos pareceu que a postura do procurador do MP foi mais decisiva para o embargo das obras do que a movimentação dos moradores, o que nos deixa o alerta de que a investida pode ser retomada a qualquer momento, a exemplo do que aconteceu na Pedra do Sal. Mas, a afirmação categórica de nossos sujeitos, expressa

na fala de Paulo, é de que: “*a praia é nossa, não é de nenhuma usina!*”. Isso nos faz crer que um movimento de resistência é possível de acontecer.

A empresa brasileira de exploração de gás e petróleo, a Petrobras, também iniciou, em 2015, estudos na área para exploração dessas fontes de energia, nada sustentáveis, que sem dúvida atingirão a atividade pesqueira e o ecossistema. Os principais impactos ambientais no meio físico causados pela produção de petróleo e gás, levando em consideração os aspectos ambientais, são: variação da qualidade das águas, variação da qualidade do ar e variação da qualidade do solo. Para a pesca e, conseqüentemente, para quem vive dela, essas alterações são, no mínimo, significativas pois:

[...] os efluentes contaminados por substâncias químicas, como líquidos de limpeza e rejeitos do processamento industrial, ao entrarem em contato com o mar, modificam as características físico-químicas do mesmo, como a turbidez, que é aumentada, e a concentração de oxigênio dissolvido, que é reduzida (MATOS, 2010). Tais modificações afetam diretamente os seres bióticos presentes na área de influência da atividade. (MARTINS et al., 2015, p. 23).

Assim, Bitupitá, que até então se manteve afastada dessas atividades e da ameaça de perda de seus territórios (ao contrário do povoado da Pedra do Sal, que sempre esteve em situação de conflito), começa a entrar no circuito de exploração dos recursos naturais por grandes corporações nacionais e estrangeiras sem o devido esclarecimento e participação da população, o que tem se tornado habitual nesse processo de espoliação.

Nossos encontros com os pescadores permitiram observar e sentir que esses homens e mulheres que vivem da pesca compartilham de alguns sentimentos com os pescadores da Pedra do Sal em relação à atividade que desenvolvem, apesar da diferente modalidade adotada. Apontam a escassez do pescado, a falta de investimento do poder público na pesca artesanal e o “desinteresse” dos mais jovens em manter o trabalho da pesca como pontos de estrangulamento da profissão. Também reclamam da falta de perspectiva de futuro para os mais jovens que, fora da pesca, não tem outra alternativa de trabalho no lugar a não ser no serviço público; este com contratações bastante limitadas. Muitos se deslocam para a capital, Fortaleza, em busca de melhores condições de vida, mas poucos conseguem se

manter por lá. A exemplo do que aconteceu com o filho de um dos sujeitos da pesquisa:

[...] falei pra ele: meu filho não vá! Nós pode pescar junto...temo duas canoas. Mas, ele foi. Agora tá voltando com mulher e filho. Lá onde eles mora é muito perigoso. (Nonato)

Compartilham com os pescadores da Pedra do Sal a compreensão de que o acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade, disponibilizados pela escola, produz novos desejos e mudanças na forma de pensar, sentir e agir, e afirmam que, se tivessem tido a oportunidade de estudar, a vida poderia ser menos dura. Percebemos, no entanto, que em Bitupitá as práticas socioculturais estão mais vivas; a defesa do território é fortalecida pela religiosidade; e o sentimento de amor/pertença ao lugar parece mais forte na vida da comunidade, que sempre foi reconhecida como dona de seu território, ou seja, não vivenciou o medo crônico de perda da posse das terras como os habitantes da Pedra do Sal.

Aqui é lindo!!! Veja essa lagoa. Suba naquele morro e olhe os rios. O mangue é vida. Tudo aqui é muito bonito e não deixa a gente passar fome. (Janaína)

A gente adora vir pro mangue. Reúne a família e vem. Aqui a gente se diverte, se alimenta e fica mais perto da natureza. (Carmem)

Mas também há embates em águas mais profundas com os trabalhadores da pesca industrial que acionam os mesmos sentimentos de impotência, sujeição, abandono e medo:

[...] Eles têm GPS. Vão direto onde estão os peixe. Vão lá coloca aquelas rede enorme e arrasta tudo. (Pedro)

[...] muita ameaça e deboche com a gente. Eles sai arrancando tudo...outro dia quase perco a paciência, mas, nos estava de dois e eles eram mais. (Manoel)

[...] os barco não são daqui. Vêm de outros estado. Mas, eles num querem nem saber. Se uma hélice nossa enganchar numa rede deles e precisar cortar é guerra! Nos vive tudo com medo. Mas, num tem outro jeito...ninguém olha pra nós. (Armando)

Assim como na Pedra do Sal, o medo não é só movido por interesses econômicos corporativistas, mas pela perda da liberdade e da autonomia. Tanto que ele é composto também pela humilhação. Portanto, as necessidades e desejos dos

pescadores não se esgotam na luta pela sobrevivência biológica (SAWAIA, 2001). Recentemente, um grupo de pescadores de Bitupitá retirou do mar as redes dos barcos de pesca que vinham de outras localidades e atearam fogo a elas, uma reação à invasão do território por pesqueiros de grande porte. E assim, no “banzeiro da vida”, vão resistindo como podem.

6. NO BANZEIRO DA VIDA: A CONSTRUÇÃO DO *INGENIUM* DA PESCA ARTESANAL

A expressão “banzeiro” é utilizada pelos pescadores para designar o momento em que o mar entra em uma espécie de movimento caótico que “sacoleja” a embarcação e exige muito do corpo de pesca. “*Esse é o batismo de um pescador no encontro com o mar*” (Rui): suportar o banzeiro que causa náusea, perda de equilíbrio e exige resistência e autossuperação. Nem todos suportam! Escolhemos a expressão para representar o movimento caótico do cotidiano provocador de tensão, alienação, resistência, alegrias e tristezas que aumenta e diminui a potência do sentimento do comum e, conseqüentemente, do poder político dessa classe trabalhadora. Dentro desse banzeiro, procuramos identificar alguns territórios de afetações comuns e, neles, os afetos e imagens potentes que caracterizam o *ingenium* da pesca artesanal, suas possibilidades e desafios. “*A pesca é tudo pra nós! É tudo que nós tem e é. Somos pescador*” (Marcos).

O trabalho artesanal figura como o território de afetação comum mais potente. Tanto a cartografia, quanto as narrativas mostram que a organização espaço-temporal, os costumes, as relações sociofamiliares, o manejo dos recursos presentes no território e até mesmo a modelagem dos corpos são mediados pelo trabalho da pesca artesanal.

Olhos prontos para perceber sombras nas águas, gaivotas em pesqueiros, o humor e o rumo da maré; ouvidos que escutam batidas do vento, ritmos diferentes no mar e que permitem identificar o tipo de instrumento a ser utilizado na captura de determinado pescado; braços delineados pelos remos e as redes; peles e lábios ressecados pela ação do sol; homens de poucas palavras, mãos ásperas e gestos precisos.

Almas ondeantes, o oceano imprime-lhes um cunho especial, são propriedades do mar. Nascem de mães pescadoras, partejadas quase sempre por curiosas, vivem nas praias, nunca as abandonam. Aos quatro anos nadam, aos dez remam e acompanham os parentes às pescarias, e assim, passam a existência, familiarizados apenas com as redes e os apetrechos da pesca. (João do Rio, 1951).

Apesar do tempo e das mudanças ocorridas em seus modos de vida, a citação acima ainda cabe como uma síntese da cartografia elaborada por nossos sujeitos da

pesquisa. Impossível não admitir esse território comum de afetação e retomar o trabalho como categoria analítica. Assim como Marx, pensamos que este nos permite identificar como os seres humanos se produzem e reproduzem a sua existência em determinados tempos históricos, desvelando rupturas e continuidades nos processos de organização da vida social e criação de novas singularidades em relação.

Enquanto categoria ontológica, o processo de trabalho se caracteriza como metabolismo humano/natureza, o que Lukács (2013) apresenta como categoria fundante do ser social, e o vínculo dialético entre objetividade e subjetividade. Esse conceito, tal qual desenvolvido por Marx, “permitiu que ele expressasse a relação humana com a natureza como uma relação que abrangia tanto as condições impostas pela natureza quanto a capacidade dos seres humanos de afetar este processo” (FOSTER, 2015, p. 223) e ser por ele afetado.

Desse caráter ontológico se desdobra o fato de que, para se reproduzirem como sociedade, os sujeitos precisam criar alguma forma de organização da transformação da natureza. Assim, esse metabolismo se manifesta socialmente e condiciona a forma como nos relacionamos com o território e os recursos naturais nele presentes. Não podemos, no entanto, confundir essa necessidade ontológica com o antropocentrismo, presente em várias correntes de pensamento. Para Marx, o homem viver da natureza significa que:

[...] a natureza é o seu *corpo*, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza. (MARX, 2004, p. 84).

Dessa forma, o conceito de metabolismo demonstra um processo interdependente e de transformação mútua, tanto da sociedade e seus membros, quanto do ambiente em que se desenrola a vida. Esse processo nunca cessa, está sempre em transformação e ganha novas especificidades. Nas sociedades pré-capitalistas, ou seja, aquelas sociedades nas quais o tempo social e a vida eram fortemente regidos pelos ciclos naturais, a tecnologia disponível baseada em fontes de energia limitadas e inconstantes possibilitavam uma produtividade e capacidade de consumo limitadas. O trabalho estava orientado para a sobrevivência e se caracterizava pela unidade entre trabalho de concepção e execução, em um mesmo

indivíduo. Em outras palavras, o processo imaginativo/criativo não se separava da ação produtiva, nem do produtor e da tessitura do cotidiano.

Como forma de satisfazer suas necessidades o homem precisou encontrar meios de transformar a natureza e então foram criados os instrumentos. O aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho pressupõe um aperfeiçoamento do próprio homem o qual, à medida que trabalha, vai desenvolvendo habilidades antes desconhecidas, as quais vão se somando às anteriormente adquiridas, também pelo trabalho (ENGELS, 1986).

Nesse sentido, o trabalho amplia sua importância na ontogênese, pois, se o ser humano vai desenvolvendo novas habilidades à medida que trabalha, então este não tem unicamente a função de servir como meio de satisfação de necessidades humanas ligadas à sobrevivência, mas, também, como meio de reinvenção de sua singularidade e formas de sociabilidade. Nessa perspectiva, o arranjo originário homem-natureza não para de transformar-se dentro de um processo histórico de (re)distribuição dos meios e da forma de organização produtiva.

Sem a menor intenção de romantizar as relações humano/natureza das sociedades pré-capitalistas, muito menos de afirmar o processo de produção destrutiva engendrado pelo capitalismo em sua forma atual, precisamos adentrar a forma de organização produtiva do capitalismo para compreender as transformações dessas relações e as formas de opressão/despotencialização que elas engendram. Por esse motivo, o conceito de trabalho alienado sobre o qual Marx fundamenta sua crítica ao sistema capitalista é muito importante para nós, pois permite compreender que, nesse sistema de produção, o ser humano interessa somente enquanto força de trabalho e não como um ser que sente, que sofre, que tem necessidades e desejos e, principalmente, que para ser livre precisa desenvolver plenamente as suas potencialidades na coexistência com outros homens, com a natureza.

O processo metabólico, embora não se esfale enquanto força ontológica, é enfraquecido pela alienação:

[...] a alienação não se mostra apenas no resultado, mas no ato da produção, dentro da atividade produtiva mesma. Como o trabalhador poderia se defrontar alheio ao produto da sua atividade se no ato mesmo da produção ele não se alienasse de si mesmo? Pois o produto é só resumo da atividade, da produção. Se por conseguinte o produto do trabalho é a exteriorização, então a produção mesma tem que ser a exteriorização ativa, a exteriorização da atividade da exteriorização. [...] Em que consiste a exteriorização do trabalho? Primeiro: que o trabalho é exterior ao trabalhador [...] não pertence

à sua essência... que, portanto, ele não se afirma, mas se nega em seu trabalho [...] mas mortifica a sua physis e arruína a sua mente. [...] O seu trabalho não é portanto voluntário, mas compulsório, trabalho forçado. Por conseguinte, não é a satisfação de uma necessidade [necessidade lógica e (ou) ontológica], mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. A sua alienidade emerge com pureza no fato de que, tão logo não exista coerção física ou outra qualquer, se foge do trabalho como de uma peste.[...] trabalho não é seu próprio [...] nele não se pertence a si mesmo, mas a um outro [...] Pertencer a um outro, é a perda de si mesmo. (MARX, 1983, p. 146).

Marx afirma que a alienação ocorre na relação do trabalhador com o produto do seu trabalho, no ato da produção e consigo mesmo. Esses contornos diferenciados do processo gerado pelo trabalho alienado, portanto, produzem também a alienação do ser humano em relação à sua espécie, ou seja, o homem passa a não se reconhecer como ser social, genérico, universal.

Uma consequência imediata da alienação do homem a respeito do produto do seu trabalho, da sua vida genérica, é a *alienação do homem* relativamente ao *homem*. Quando o homem se contrapõe a si mesmo, entra igualmente em oposição com os outros homens. O que se verifica com a relação do homem ao seu trabalho, ao produto do seu trabalho e a si mesmo, verifica-se também com a relação do homem aos outros homens, bem como ao trabalho e ao objeto do trabalho dos outros homens. De modo geral, a afirmação de que o homem se encontra alienado da sua vida genérica significa que um homem está alienado dos outros, e que cada um dos outros se encontra igualmente alienado da vida humana. (MARX, 2004 p. 166).

Dessa forma, o trabalho passa a não ser expressão, nem o resultado das capacidades humanas, mas algo estranho àquele que o executa. Por isso, desumaniza e oprime o trabalhador, despotencializa as relações com a natureza, com o outro e consigo mesmo. Compreender o trabalho alienado permite-nos, então, entrever três grandes rupturas fundamentais para a vida afetiva operadas a partir: da ruptura nas relações dos homens com a natureza, da ruptura dos laços dos homens entre si e, também, do homem consigo mesmo.

O produto do trabalho humano foi reduzido à mera condição de “coisa” portadora de valor, adquirindo a duplicidade de valor de uso e valor de troca. O ser humano criador e produtor também foi reduzido à mercadoria que acumula mais valia para o capital:

Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz só mercadorias; produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na proporção em que produz mercadorias em geral. (MARX, 2004, p. 78).

E esse processo de transmutação segue refinando mais e mais seus mecanismos de dominação. Hoje a ótica empresarial e as teorias da organização confundiram o valor existencial e ético do ser humano com a noção de valor para o capital, buscando reduzi-lo e confiná-lo ao universo redentor da organização, na qual somos “colaboradores” sempre dispostos a alcançar a excelência para ter “sucesso” na vida. Ao lado da ficção de valorização do ser humano, num aparente paradoxo, opera-se a banalização da injustiça social e do sofrimento com a descartabilidade das pessoas, a precarização das relações trabalhistas, a instrumentalização do medo na gestão das empresas e a violência psicológica.

No marco da globalização e do neoliberalismo, a exacerbação da competitividade, a busca pela excelência e a gestão pelo medo têm sido o tempero certo para a precarização do trabalho contemporâneo. Em consequência, os reais desafios permanecem intocados, travestidos em mudanças superficiais, pontuais, reiteradoras do fetichismo, a exemplo do fascínio generalizado pelas inovações tecnológicas, a maquiagem das práticas participativas, as democracias representativas vazias, a *mise-enscène* do consenso, a mentira transfigurada em verdade e a insensibilidade ética (DEJOURS, 1994; SELIGMANN-SILVA, 1994).

As transformações ocorridas no mundo do trabalho contêm mudanças ininterruptas em sua base técnica e relacional que facilitam o controle dos processos e também dos corpos, despotencializando-os, subjugando-os, colocando-os na servidão e no sofrimento. Não é por acaso ou por contingência que a depressão, o suicídio, a ansiedade e a compulsão estão em pauta na agenda contemporânea da Organização Mundial de Saúde (OMS). Também não é espontâneo e ingênuo o surgimento de várias “técnicas” psicológicas e recursos farmacológicos que visam a amenizar os sintomas desses “males da alma” para manter o corpo do trabalhador produtivo.

O fato é que essa configuração societal promoveu o rompimento com fundamentos milenares da relação entre natureza e sociedade, solidificando, doravante, uma razão instrumental, utilitarista, que cria a ficção de uma “segunda natureza” (MÉSZÁROS, 2006). Marx já afirmava que:

Na agricultura moderna, como na indústria urbana, o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho obtêm-se com a devastação e a ruína física da força de trabalho. E todo progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa

esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais se apóia na indústria moderna o desenvolvimento de um país [...], mais rápido é esse processo de destruição. A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador. (MARX, 2004, p. 570).

Marx nos aponta que a busca por uma sociedade sustentável, sem que antes haja o rompimento com a lógica capitalista baseada na propriedade privada, exploração do trabalho humano e apropriação privada da natureza, torna-se mais um simulacro. Para ele, a racionalidade, ou irracionalidade capitalística, engessaria o desenvolvimento das potencialidades humanas e uma relação humana racional com a natureza, da qual somos parte. Assim, Marx nos fornece grande contribuição para pensarmos as problemáticas ambientais de nosso tempo, quando sinaliza que as origens das crises ambientais a nível global não devem ser buscadas na natureza, mas sim nas formas como o capitalismo rege as relações humano-ambientais.

Como vimos, a dominação está inscrita na relação do trabalhador com o ato da produção. Está materializada no processo de trabalho, através do controle de corpos, do tempo, das máquinas, da imposição do modo de trabalhar e da expropriação dos meios de produção, seja de mercadorias materiais, seja de mercadorias imateriais (SPURCK, 2005). E, principalmente, está expressa no processo de alienação que mergulhou a subjetividade humana no reino fantasmagórico da mercadoria, radicalizando a dominação — com sérias consequências para a configuração de novas singularidades e para o autorreconhecimento enquanto ser social; portanto, com consequências também na composição de corpos sociopolíticos, capazes tanto de se fortalecerem nas arenas que abrigam as disputas capital/trabalho, quanto de ocuparem os espaços comuns, superando o isolamento, o individualismo e a solidão que despotencializa e favorece a dominação.

Mas, o que dizer do trabalho artesanal que caracteriza o *ingenium* da pesca? Ele se apresenta como uma bolha dentro de um sistema de produção maior e mais poderoso? Uma resistência à dominação? Ou como a única escolha de vida possível? Fomos em busca de algumas respostas que, embora não definitivas, são importantes para a compreensão das formas de fortalecimento ou fragilização do sentimento do comum e, portanto, do poder político desse *ingenium*.

6.1 AS RELAÇÕES ENTRE OS HOMENS DO MAR NA PESCA ARTESANAL

Os pescadores artesanais, historicamente, apresentam um cotidiano assentado em uma lógica e organização produtiva diferenciada daquelas inteiramente vinculadas ao sistema de produção capitalista e às normativas neoliberais que regulam as relações sociais. Embora atravessados pela privatização dos espaços de vida e dos meios de trabalho, esses grupos populacionais ainda mantêm formas de sociabilidade marcadas pela cooperação e confiança engendradas por uma coatividade que não é definida pelo alcance da máxima eficácia e lucro.

[...] a gente não entra no mar pensando que vai ficar rico. A gente quer voltar com o peixe de comer e de vender. A gente só quer voltar vivo! (Marcos)

A maior alegria pra um pescador é voltar com a canoa cheia de peixe! Ali nós tem a alimentação da família e nosso orgulho do trabalho. (Zé)

[...] não tem coisa melhor pra nós que voltar do mar tendo cumprido nossa missão e botar comida na mesa de todo mundo. (Celso)

Bem diferente de outras categorias que, ao trabalhar, não pensam em “colocar comida na mesa”. O que define o pescador artesanal não é apenas viver da pesca, mas dominar plenamente o processo de trabalho em um ofício que desafia suas habilidades já postas em cada encontro com o mar. Como nos diz Diegues (1983, p. 193): “o controle de como pescar e do que pescar, em suma, o controle da arte de pesca é o que o faz ser pescador”.

Esse controle, no entanto, depende de uma convivência grupal que assinala um campo de produção de conhecimento de si, do outro (inclusive os não humanos) e do mundo, mediado pelo ofício, que se caracteriza pelo exercício da prática (conhecimentos empíricos obtidos através da continua observação da natureza) e da oralidade.

E que conhecimentos são esses, construídos coletivamente e repassados de pescador para pescador?

Em qualquer lugar, todo pescador precisa, por exemplo, saber se orientar pelas estrelas e pelas marcações de terra para conseguir encontrar os caminhos dos pesqueiros ou pontos de pesca e, finda a pescaria, voltar para a mesma praia ou porto de onde partiu. Ele tem de saber também que tipos de peixes são encontrados nos pesqueiros e ainda conhecer seus hábitos e identificar as ocasiões mais adequadas para sua captura. O pescador experiente sabe reconhecer a influência que os ventos, a chuva, as correntes

marítimas e os demais elementos da natureza exercem na pescaria; e entende a maneira pela qual a lua -nova, crescente, cheia, minguante-interfere no regime das marés –cheia, seca, vazante e enchente [...] sabe precisar a profundidade do local onde vai pescar e o tipo de fundo – areia, pedra, recife ou lodo- atuando como quem observa um relevo de cabeça para baixo. Além disso, o pescador conhece os espaços e as épocas em que se pode ou não pescar e deve saber manusear, preparar e manter seus instrumentos de trabalho. (TASSARA; LINSKER, 2005, p. 76).

Esse processo de aprendizado é longo. O ofício requer um domínio de técnicas, linguagem e de materiais impossíveis de ser adquirido por meio de um conhecimento rápido e superficial. Ao comparar a pesca a outros trabalhos artesanais, Diegues (1983, p. 198) assim coloca:

[...] podemos dizer que no caso da pesca, o domínio da arte exige um período de experiência mais longo que nas outras formas de artesanato. Se compararmos o pescador artesanal a um artesão de móveis, constatamos algumas diferenças importantes. Este adapta seus instrumentos de trabalho a uma matéria-prima relativamente homogênea: a madeira. Já o pescador artesanal é obrigado a dominar o manejo de diferentes instrumentos de capturas utilizados para diferentes espécies, num meio em contínua mudança.

Assim, as relações de trabalho se caracterizam pelo processo de aprendizagem, constantemente, partilhado entre os corpos de pesca e a hierarquia nas relações se condiciona ao saber fazer e ao conhecimento dos elementos da natureza dos quais depende sua atividade.

E disso eles têm orgulho! Esse orgulho, entretanto, não se expressa como arrogância ou desrespeito às forças naturais e seus ciclos de (re)produção. Pelo contrário, eles sabem que só sobrevive aquele que respeita o mar, a lagoa, o vento, os animais e seus próprios limites. Isso se materializa nas ações voltadas para conservação de seu território de trabalho e das vidas das quais tiram o seu sustento. Costumam devolver ao mar, sempre que possível, os peixes pequenos, e aderem com certa facilidade a campanhas de conservação — entre as quais podemos citar a proteção, nas duas comunidades estudadas, de peixes-boi e de 42 espécies de tartarugas-de-couro gigante ameaçadas de extinção.

Essa zona de afetação comum (o processo de trabalho artesanal da pesca) está completamente permeada pelos movimentos de aprendizagem compartilhada, composição, aliança, pela coatividade. O perigo, o inusitado, o incontrolável que envolve o trabalho no meio marinho desenvolve um corpo de pesca (composto

necessariamente por vários corpos) com linguagens próprias, comunicação direta e uma cumplicidade de gestos dos quais dependem para se manterem vivos.

[...] o que se ouve na pescaria são rápidas trocas de ordens e sugestões de manobras, instantaneamente acatadas. Não há discussão e sim obediência: manda que sabe mais, quem tem mais experiência. [...] Igualdade e cooperação são conceitos chaves para a boa pescaria. Embora o mestre pareça o senhor, os pescadores são todos considerados iguais. “Botou a proa pra fora, pronto: é tudo igual”. (TASSARA; LINSKER, 2005, p. 73).

Por isso, as unidades de produção são regidas por um forte sistema de coletividade entre aqueles que estão no barco, onde a parceria e o trabalho familiar assumem valor preponderante, no sentido de dar maior segurança ao trabalho de pesca. Assim, tudo é decidido em comum acordo, porque um atrito durante a pescaria pode causar a morte dos pescadores (MALDONADO, 1986; 1993).

São características marcantes das relações na pesca artesanal que ultrapassam o labor e germinam laços de sociabilidade mais simétricos e colaborativos entre os pescadores. Isso não quer dizer que não discutam ou discordem entre si, não significa relações sempre harmônicas ou obediência cega ao mestre. Ao sair do mar, costumam conversar sobre a jornada, dar boas gargalhadas, tirar dúvidas sobre alguns comandos do mestre e como assinala Rui: “*resolver as pendengas*”. Fazem isso arrumando os instrumentos, dividindo o produto do trabalho, bebendo uma cachaça no bar, costurando as redes de pesca ou na sombra dos cajueiros “*assando um sapeca*” (Antônio) — peixes assados em fogareiros improvisados que comem com farinha de puba.

A vida no mar, comum a todos, os aproxima de tal forma que a morte ou o sofrimento dos outros pescadores em atividade são sentidos como de todos. E não são medidos esforços para resgatar aqueles que se encontram em perigo, pois sabem que todos estão expostos às mesmas ameaças:

[...] nós enfrentamos muitas vezes temporal pra tirar homens alagados no mar, à noite, de dia.... Velejando, segurando no grito e se aventurando pra não deixar eles sozinho. (João)

[...] perder um pescador no mar é um sofrimento pra todos nós. É uma dor de todos os pescadores! Porque só nós sabemos o quanto é duro e arriscado esse mundo da pesca. É arriscado pro peixe também, mas é mais pra nós. (Rui)

Nesse extrato de narrativa, percebemos que o pescador reconhece o risco ao qual se submete, mas também reconhece que ele oferece perigo ao peixe. Um pescador nunca deixa de admirar e respeitar a astúcia e a força de seus oponentes:

[...] o trabalho que deu pra pegar o camurupim... A forma como o danado balançava a cabeça pra se livrar, é bonito de ver. (Antônio)

[...] a força que nós botamos e não adiantou, o bicho voou no ar e fugiu. (Carlos)

[...] pensa que eles pegam a isca de primeira? Pegam não. São tudo desconfiado. Alguns sabe que é armadilha. (Zé)

As narrativas deixam ver que esses homens e mulheres sentem orgulho de realizar sua arte, uma atividade perigosa, pesada, dura, que poucos teriam coragem de realizar nas mesmas condições. Mas, principalmente, sentem orgulho de realizar uma luta justa e de se sentirem homens livres com seu saber/fazer de pescaria.

6.2 A ÉTICA/ESTÉTICA DA PESCA ARTESANAL: HOMENS LIBERTOS?

A arte de pescar ou a arte do pescador, expressão muito presente nas narrativas em referência ao trabalho executado, está diretamente ligada a liberdade, criação, saber fazer e justiça da luta com os pescados.

[...] assim como o peixe a gente se sustenta na força e no nosso saber de pescaria. ...nós não temos outra coisa pra contar que não seja com nosso corpo e a misericórdia divina. (Carlos)

A perfeição, precisão na execução das estratégias de pesca, é apontada como “a coisa bonita da pesca” (Carlos), da “arte da pesca” (Pedro), e tem na figura do mestre seu maior artífice. Saber identificar pela cor da água, pela “batida do mar o peixe que vai dá” (Marcos), utilizar a rede adequada é coisa de mestre! Para Ramalho (2010, p. 87), o belo da pesca se expressa também “na estetização do existir como valor de vida não cativa do trabalho pesqueiro”. Não estar submetido à vontade de outros, “ser cabra liberto com seu saber de pescaria” (Antônio) é fonte de beleza, de alegria e também de resistência cotidiana. O autor acrescenta que:

Isso é uma mediação social prioritária para justificar o trabalho como território da arte e construtor do sentimento de homens *libertos*, opondo-se aos espaços esterilizadores de uma estética da existência que inibem o caráter do aprazível, do belo e da autonomia irmanados à esfera produtiva, como acontece, para os pescadores, no corte da cana, por exemplo. (RAMALHO, 2010, p. 87).

A ideia de liberdade como cimento da ética/estética da pesca artesanal é vista em vários trabalhos, como nos produzidos por Ramalho (2010), Diegues (1983), e Maldonado (1993). A imagem de homem liberto ganha consistência nas características da atividade pesqueira, que é exercida em um ambiente livre e fora da terra. Nesse espaço aquático, o pescador tem que tomar decisões independentes de quaisquer pressões externas definidas *a priori*, pois a peculiaridade do seu principal meio de produção (o mar) coloca constantes imprevisibilidades e riscos (inclusive de perder a vida) que esses trabalhadores têm que enfrentar rotineiramente.

Mesmo não sendo, em sua maioria, donos dos barcos e redes, esses trabalhadores dominam todas as etapas ligadas à processualidade do seu trabalho, revestindo sua atividade de uma qualidade incomum nas sociedades capitalistas; eles se sentem sujeitos ativos das decisões de seu trabalho. O trabalho artesanal da pesca parece impor resistência ao processo de alienação do trabalhador, porque, como vimos, é experienciado como *arte*, e esse é o fundamento da afirmação de liberdade.

O pescador faz o que poucos homem faz. O mar é duro, é forte, mas, é nosso lugar. A gente sabe que um dia é do peixe outro do pescador, mas é de onde a gente tira a vida sem dar muita satisfação do que faz. (Marcos)

Minha vó dizia: o mar não tem cabelo. Mas, lá a gente é livre igual talvez ao peixe. Vai ganhar a guerra o melhor. (Pedro)

A possibilidade de (re)invenção cotidiana que envolve o trabalho arriscado é motivo para se designar mais corajoso, esperto e aventureiro que outros trabalhadores. A possibilidade de autorregulação também é um componente desse sentimento de liberdade que rege a ética-estética da pesca e que se contrapõe ao trabalho alienado. Ser mais livre para esculpir seus próprios ritmos, formas de trabalho e de produção da vida em seus territórios, sem as amarras dos relógios, o frenesi do trânsito e o controle do gerente, apenas das forças da natureza. Então, quanto mais se tem autonomia para elaborar e efetivar a ação do trabalho, mais se possui liberdade e, com isso, condições de exercer o elemento consciente da criatividade humana.

Interessante observar que o perfil traçado pelos pescadores deles mesmos não corresponde à ideia que outros segmentos sociais têm a respeito dessa classe trabalhadora. Além dos extratos das narrativas expostas ao longo deste trabalho, Laberge (1987, p. 43) nos traz alguns exemplos desse descompasso entre a ideia de si e a ideia de outros a respeito de si:

Armandino Reis, capataz da Capitania dos Portos, deu uma declaração publicada no jornal O Globo de 24-12-1978 a respeito dos pescadores de Goiana-PE: "Toda vida, o rio foi poluído. Eles não querem estudar. Temos Mobral, mas eles não querem. Se não estudam, deviam mudar-se para outro lugar, porque não é só em Goiana que existe peixe. Mas, esse povo é assim mesmo. Muitos deles nem conhecem o Recife, é só da porta de casa para o rio". Esta posição tão obtusa ilustra bem a mentalidade de representante da dominação, num exemplo típico de preconceito de classe.

Podemos depreender que, dentro de uma sociedade de classes operada por um sistema que escraviza o trabalhador, a organização do trabalho artesanal da pesca (regulado por outro tempo e outra lógica) torna-se quase uma afronta e a liberdade é vista como preguiça, o que reforça os mecanismos de espoliação, reafirmando a incapacidade ou "falta de visão" para explorar os recursos naturais disponíveis. Ouvimos de um atravessador:

Pescador é bicho preguiçoso. Se é de pescar não...fica esperando não sei o que... só trabalha quando quer! Além disso é muito desconfiado. (Tomé)

A este tipo de afirmativa, aliás muito frequente entre aqueles que os exploram, os pescadores respondem que o tempo de pesca é deles, ou seja, é da análise que fazem das condições do mar, do vento, etc., como também da forma como desejam administrar seu tempo livre.

Não é nós que determina a hora de sair pro mar. É o vento, a maré, a lua...A gente é corajoso, mas, não é burro. O vento que ajuda pode matar, entende? (Sebastião)

Pescador num tá sujeitado ao tempo dos outros não. As vezes a gente quer bater uma bola com os amigos, ir a algum lugar com a família, tomar umas cervejas...quem paga nosso salário é nós mesmo, não é ninguém não. (Rui)

Não quero ficar rico não doutora. Eu só quero mesmo é viver! (Manoel)

Afirma-se, dessa forma, uma outra racionalidade onde tempo não é dinheiro, onde ainda têm importância alimentar as redes de sociabilidade e o tempo livre. Assim, escapam da produção da “racionalidade capitalista neoliberal que produz o sujeito de que necessita, ordenando os meios de governa-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 328).

O trabalho da pesca artesanal é, em si, uma forma de resistência à lógica capitalista, orientando uma ética-estética que configura subjetividades resistentes à dominação e isso é outro elemento que pode fortalecer o *ingenium* da pesca artesanal, fomentar a potência do sentimento do comum e, conseqüentemente, a reinvenção das formas de vida humana. Alegre (1994, p. 110) ressalta que:

A ética do trabalho, quando orientada pelo “espírito da arte”, envolve três aspectos particularmente importantes. Em primeiro lugar, o trabalho torna-se o centro de toda a vida do indivíduo [...]. Em segundo lugar, o artista sente orgulho da profissão e da sua condição de autonomia. Finalmente, os diferentes valores convergem para uma síntese de relação com o trabalho e a obra produzida.

Saber executar o método com perfeição, respeitando o jogo corporal entre pescador e pescado, é um fator que nos indica que no domínio progressivo da arte está embutida toda habilidade e toda a criatividade do artista. E mais, a defesa feita pelos pescadores da sua arte e, com isso, da justeza do princípio da luta (o jogo) a ser travada junto aos pescados é, diretamente, uma defesa das práticas sustentáveis de pescaria, porque:

[...] a condição de artífice das águas não pode violentar, além das regras do convívio comunitário saudáveis, o “direito” do seu oponente (lagosta ou peixes) de ter alternativa de batalhar pela sobrevivência, tentando fugir do pôr teleológico dos pescadores. Desrespeitar o espírito da arte de fazer-se pescador também soará como um ataque ao meio ambiente. (RAMALHO, 2010, p. 54).

Por isso rejeitam, veementemente, qualquer interferência em seu traçado de pesca que não reconheça o valor moral do seu ofício, como nos afirma Alegre (1994, p. 125):

O reconhecimento desse difícil processo por parte dos outros se reveste por isso de fundamental importância para o artista, pois mais do que o *valor de troca*, mais do que *valor de uso*, o objeto encerra e contém um *valor moral* do trabalho realizado.

O reconhecimento e a valorização da obra, portanto, é outro elemento central para o fortalecimento do trabalho-arte, principalmente porque, na pesca, há interferência externa à atividade. Recentemente, na Pedra do Sal, os órgãos de proteção ambiental, orientados por estudos acadêmicos, proibiram a pesca do camurupim (peixe de grande porte cobiçado pelos pescadores locais), alegando que essa espécie está em extinção. A interferência foi prontamente rejeitada pelos pescadores, que afirmam:

Esse povo quando vem conversar com a gente já tá com o esquema todo fechado lá fora. Chega aqui pra dizer o que nós tem que fazer. Pois eu digo que se o povo não tá vendo camurupim como antes é porque estão tapando os sangradouro com essas obra aí. Eu mesmo, peguei minha enchada e fui destampar as bocas dos sangradouro que os tratores entupiram e abrir um canal na estrada pras lagoa se encontrarem e os peixe poder seguir seu caminho. Se o camurupim tá sumindo, que não tá, não é coisa de pescador! Onde que uma pesca de anzol vai acabar com os camurupim? O que acaba é o fim das lagoas e a pesca de mergulho nos visgueiros. (Zé)

Eu fui denunciar muitas vezes os barco de pesca industrial que joga tudo que num for camarão pros urubus comerem. Dei as coordenadas à mulher do IBAMA, ICMbio...adiantou nada! Disseram que não tem gente, nem barco pra fazer a fiscalização. (Antônio)

Eles afirmam, ainda, que no território pesqueiro em que atuam existem muitos filhotes do peixe e que não há perigo de extinção porque a pesca de linha é uma pesca justa. Ou seja, não abate filhotes, depende muito da habilidade do pescador já que o peixe “*tem muita força e não se entrega de qualquer jeito*” (Marcos). Diante das afirmativas, os órgãos resolveram “fechar os olhos” para a captura do peixe.

Outra interferência bastante comentada é a dos barcos de pesca industrial, encarados como um desrespeito ao mar, à arte da pesca e aos pescadores artesanais. Essa opinião pode ser observada em vários extratos das narrativas, como por exemplo no que nos diz Antônio:

[...] cansei de ver eles jogarem de volta no mar peixe pequeno, tartaruga, arraia e todo tipo de peixe que não fosse camarão...tudo morto!!! Um crime. A pesca industrial é criminosa! (Antônio)

Nos nossos campos de pesquisa, principalmente em Bitupitá, as embarcações dotadas de modernas tecnologias (como motores potentes, grandes redes, compressores, GPS e equipamentos de proteção individual) competem de forma

desigual, por vezes violenta, com as pequenas canoas. Além disso, recolhem a maioria do pescado disponível, inviabilizando o sustento das famílias de pescadores artesanais que, diante das condições desiguais de trabalho e das relações de poder estabelecidas, estão postos numa condição de submissão e de pobreza e passam a se reconhecer como um pescador de “baixa classe”, “humilhado” e “ameaçado”.

Nós não temos força pra enfrentar eles não... por isso, a gente aguenta muita humilhação e ameaças no mar...as redes agarram nas hélices e nós temo de cortar e aí... é confusão! Mas, nós já pescamos aqui tá pra mais de 100 anos... aí eles chegam e pronto! Todo peixe vai embora e ninguém faz nada. (João)

A constatação da ausência de poder para combater as condições injustas na prática pesqueira, a falta de acesso aos recursos financeiros, tecnológicos e equipamentos de segurança são elementos que atravessam as narrativas. Reconhecer-se como um pescador de “baixa classe” aparece algumas vezes atrelado à diferença tecnológica entre a pesca artesanal e a pesca industrial altamente equipada para enfrentar as condições adversas encontradas no mar. O sentimento de ser tratado como subalterno ou inferior está na base de um sofrer comum, que tem no não reconhecimento da arte da pesca sua gênese, como nos afirma Pedro:

[...]a gente coloca o alimento na mesa de muita gente, mas, a gente não é reconhecido. A gente se arrisca, sofre, mas, não é reconhecido. Mas, nós era e somos feliz porque essa é nossa profissão, é nossa história. (Pedro)

E assim, o trabalho-arte é *locus*, ao mesmo tempo, de produção de felicidade, por atender à necessidade ontológica de uma ética/estética de liberdade que potencializa o sentimento do comum, mas, também de sofrimento de natureza ético-política, em especial, pela notada falta de reconhecimento e valorização social de sua arte, de sua coragem e criação cotidiana.

Os encontros com outros *ingeniuns* mais fortes (corpos com alto poder financeiro, de articulação política como Estado, alianças sociais e comando como os grandes conglomerados turísticos ou de produção de energia, por exemplo) os coloca como inferiores, atrasados, primitivos, incapazes de gerir o bem comum e trazer desenvolvimento e progresso são, portanto, maus encontros que interrompem o desejo de liberdade.

E assim o sofrimento ético-político vai desfavorecendo o aumento da potência do sentimento do comum e, conseqüentemente, do poder político desse *ingenium*. Os

pescadores continuam pescando, e o modo de produção permanece. No entanto, as condições de produção e a qualidade das relações travadas nos territórios pesqueiros mudam e sofrem ameaças constantes, além de espoliação e violência — empreendidas pelo *ingenium* capitalista, que se apropria de todos os recursos pesqueiros cada vez mais, seja através da pesca industrial, do turismo imobiliário ou da exploração de fontes de energia, atividades que privatizam e consomem elementarmente os espaços.

6.3 PESCADOR ENTRE O MAR E O ANZOL

Embora as relações de trabalho germinem laços de confiança e cumplicidade, em terra esses laços são violentamente atravessados pelos conflitos estabelecidos na relação capital/trabalho. A maioria vive em condição de pobreza, mas não é apenas isso que os incomoda. As condições de desigualdade também são constantemente ressaltadas:

[...] quem vive na praia não morre de fome! Só se for de preguiça. Nós tem o peixe, o marisco, o caranguejo, o sururu, o siri, o caju, a galinha, a caça, o murici...O que nós não tem é respeito! (Pedro)

[...] o que nos entristece é porque a gente não é valorizado...não temos uma história. Somos uma classe desrespeitada. O pessoal de fora chega aqui e acha que pode usar, sem saber, a barça e quebra. Principalmente, o povo de Parnaíba. E aí quando a gente vai reclamar é sempre um filho do capitão, do ministro, é um advogado...Pois eu digo: é melhor que vocês conhecem das leis. A praia é pública, mas, as canoa não! Eles iam gostar que eu saísse da praia e fosse riscar o carro dele na estrada? A estrada é pública, mas, o carro não. Pois é... nós é desrespeitado até aqui. (Nonato)

[...] até as histórias de pescador são tida como mentirosa. Ninguém respeita o pescador. Mas, não é invenção! A gente vê muita coisa nesse mar adentro. (Carlos)

[...] esta não é uma comunidade de pescadores porque não existe uma história contada pelos pescadores que vive aqui. (José)

O subtexto dessas afirmações é o de que os pescadores submetidos a relações desiguais de poder, que sempre delinearão espaços alheios à sua existência, têm dificuldade de manter viva sua história. Isso não quer dizer que ela não tenha sido (ins)escrita, mas que não tem força para (re)afirmar-se. Pelas constantes afecções que marcam seus corpos e mentes, esse é um dos dramas de seu *ingenium*. A dor de

não serem vistos como protagonistas de suas vidas e em seus próprios territórios é notória e nos alerta para o fato de que suas vidas se desenrolam à beira-mar, mas a qualidade dela também depende dos povos além-mar, das relações que mantêm com os visitantes, turistas, moradores, empreendedores e com o Estado.

A negligência do poder público se apresenta nos discursos, principalmente quanto à assistência necessária às suas necessidades mais básicas e investimentos em políticas públicas que pudessem tornar o dia a dia menos árduo e que investisse mais na atividade da pesca artesanal. A negligência favorece a sensação de abandono expressa em muitas falas, e reforça a condição de subalternidade que os aprisiona:

[...] a gente tinha muito peixe, mas, não tinha condição de escoar a mercadoria. Ainda não tem muita não! (Bento)

[...] a gente não tem essas roupa que hoje cobre o corpo e protege do vento e da água. A gente passa a noite molhado... (Manoel)

[...] era proibido de pescar o peixe pelo governo na piracema, mas, de que nós ia viver? Eu ia pescar. Agora tem o seguro, melhorou mais! (Pedro)

[...] a gente levava as mulher pra parir em lombo de jumento ou em redes... no braço! andava em lombo de jumento, a pé na areia quente...alguns tinham bicicleta, depois que veio a bicicleta. Não tinha transporte, nem saúde, era isolado até bem dizer ontem. (José)

Apesar de responderem por mais da metade da produção do pescado consumido no país (BRASIL, 2017), a grande maioria jamais teve ou terá direitos básicos assegurados. A menos que se filiem a uma colônia controlada pela marinha, sequer terão direito a aposentadoria; o acesso a investimentos em suas atividades, tanto do ponto de vista tecnológico quanto financeiro, é praticamente inexistente; as políticas públicas ambientais, de educação, saúde, assistência, habitação têm alcance mínimo. A história de luta dos pescadores e pescadoras artesanais nos revela que o reconhecimento enquanto classe trabalhadora sempre foi a principal reivindicação, juntamente com o direito a assistência social básica.

Falta de reconhecimento e abandono do Estado são fatos bastante significativos para incluirmos nas questões que envolvem a pesca artesanal na esfera da luta de classes, que mobiliza forças no sentido de extinguir a reprodução da cultura pesqueira artesanal, substituindo-a pela organização reprodutiva do capital, por meio de: pesca industrial, aquicultura, turismo e exploração de fontes de energia. Os

sujeitos resistem, mas, nas arenas de disputa, seu fraco poder político se apresenta de forma contundente.

É possível perceber que esses homens e mulheres sabem muito bem o que os atinge. Quando perguntamos a quais fatores esses sujeitos atribuem a ameaça de extinção da cultura pesqueira artesanal, elencam: o “enfraquecimento” da própria atividade que, segundo eles, está relacionado às condições climáticas, à diminuição do número de pescados e pescadores; à pesca industrial predatória e ao abandono do Estado:

[...] ser pescador na Pedra do Sal é sofrer, é viver abandonado. (João)

[...] o inverno fracassou e o fracasso do inverno derrota muito a pescaria, cê tá entendendo... diminui o número dos pescadores e os peixes. (Manuel)

[...] a falta de chuva e enchentes grandes... a pesca do arrastão que acabou com a larva do peixe...a pesca industrial e a de camarão só aproveita os peixes grandes e o resto é jogado morto no mar. Resultado é a escassez. (Bento)

Ainda na percepção desses sujeitos, a vida de sacrifícios, esforços físicos e incertezas provocam a diminuição do número de pescadores, pois afastam os jovens dessa atividade produtiva. O acesso mais amplo à escola é outro aspecto que, segundo eles, promete novas perspectivas de vida nos centros urbanos aos mais jovens.

[...] Os mais novo não querem ser pescador. Vão procurar os estudos. (Maria)

[...] Aqueles mais novo vão procurar outro meio pra viver porque a pesca é dura! Procuram outro nível... (Carlos)

[...] aquele pessoal novo já vão procurando outra área. Uns vai pra São Paulo, Brasília... (Toinha)

[..] Eu mesmo digo pro meu filho: a caneta é mais maneira que o remo. (Marcos)

O trabalho árduo e perigoso, afasta os jovens da pesca e os lança para outras atividades, hipoteticamente mais leves, fora de seu lugar de origem. A migração dos mais jovens para os grandes centros urbanos tem sido uma estratégia utilizada para buscar essas novas alternativas de vida. A saída da comunidade significa superar, por um lado, as dificuldades relacionadas à atividade pesqueira (a dureza do trabalho, as

incertezas da produção e o baixo rendimento) e, por outro, a reduzida capacidade de atendimento da rede de serviços públicos básicos como o de educação e saúde, por exemplo.

Alguns relatos nos apontam, entretanto, que quase sempre essa melhora de vida não ocorre para esses sujeitos, e muitos acabam retornando para seus territórios e para a pesca artesanal:

[...] meu filho mais novo terminou o ensino médio e quis ir morar em Fortaleza... falei pra ele não ir... pra tomar conta dos barcos... mas respeitei a vontade dele. Agora ele me ligou dizendo que tá voltando com uma mulher que ele arrumou por lá... muito difícil a vida lá. (Pedro)

[...] meu filho foi pra Macaé no Rio de Janeiro trabalhar na marinha mercante... passou um ano. Num aguentou não, era muita pressão... agora tá aqui me ajudando no bar. (Orlando)

A vida na cidade se torna “muito difícil” e exerce “muita pressão” sobre os migrantes, talvez porque o trabalho na cidade grande se afaste em muito do exercício de um trabalho artesanal e das redes de sociabilidade que ele tece, tornando muito mais difícil a jornada na cidade do que na pesca.

Muito difícil. Se a gente não tá o tempo todo batendo perna caçando serviço é preguiçoso. Os vizinho não conversa, é todo mundo preso... (Rui)

O meio urbano também lhes reserva o subemprego, moradia de baixa qualidade e maior exposição à violência, não lhes garantindo a superação desejada das condições concretas de vida; ao contrário, agudiza sua condição de desigual. A respeito desse processo, Vêras afirma que:

Estatísticas atuais apontam que cerca de 85% da população do Brasil vivem em cidades e essa proporção alcança quase 50% para o planeta. Regulada basicamente pelos mecanismos do mercado, a ocupação do solo urbano leva a que na intensa urbanização existam agudas desigualdades que resultam em extensa periferização na maioria das cidades que crescem por meio da ampliação de seus limites, mantendo pessoas empobrecidas, (i)migrantes recém-chegados, em um cinturão de precariedade. (VÉRAS, 2016, p. 176).

Diante disso, para nós fica a necessidade de (re)afirmar a força do trabalho-arte como um dos elementos centrais do processo de fazer-se pescador e do desenvolvimento de uma lógica diferente de (re)produção de vida nos territórios pesqueiros. Ao perguntarmos se eles/elas se consideram homens/mulheres que

experienciam uma cultura específica, diferente das demais, encontramos, quase unanimemente, um não! Negam essas diferenças referindo-se, em geral, ao gênero humano:

[...] tem gente boa e gente ruim em todo canto né não? Com a gente não é diferente não...tem trabalhador bom e ruim. (Jandira)

Mas, em um segundo momento, quando colocamos a questão de uma outra forma, pedindo que eles se atribuam características próprias, podemos observar que a imagem de homem liberto é potente.

A vida é muito mais perigosa pra nós que pescamos em canoa do que pros pescador de curral. Pescador de curral não é pescador...Nós caçamos o peixe, nos enfrenta tempestade. (Rui)

A gente não tem essa agitação do povo que trabalha com os olhos no relógio. Nosso relógio é o tempo do vento, das água, da lua... (Manoel)

Pescador não se sente vigiado como os trabalhador dessas obra aí... (Pedro)

Ele é mais artista que agricultor porque todo dia é diferente no mar. Na roça é sempre a mesma coisa todo dia. (Carlos)

Como bem resume Ramalho (2010, p.33):

A arte dos pescadores resulta de sua criatividade, de seu sentimento de liberdade e resistência, pois a pesca artesanal sempre se caracterizou, para seus profissionais, como uma não subordinação à sociedade canaveira e nem a sociedade urbana de consumo, que fizeram com que seu trabalho e seu modo de vida (para eles livres) permitissem o surgimento de uma arte (a arte da pesca) repleta de códigos próprios.

Nossos sujeitos de pesquisa, entretanto, não se reconhecem como uma comunidade tradicional. Na verdade, nem sabem o que isso significa, o que nos indica a falta de capilaridade da política em defesa das comunidades tradicionais. Se afirmam como “trabalhadores da pesca”, “trabalhadores de baixa classe” ou como “trabalhadores que não são valorizados”. Trabalhadores que não conseguiram avançar de forma mais efetiva no incremento de sua atividade produtiva pela falta de investimento técnico-financeiro e de articulação política, e por séculos de dominação que, dentre outras coisas, mantém até hoje a atribuição do valor do produto da pesca artesanal dado pelo atravessador e não pelo produtor.

Um grande desafio para nós, nesse trajeto da PAP, foi levar os sujeitos a identificar aquilo que de fato os une em terra. Para eles, foi muito mais fácil identificar aquilo que os afasta e que enfraquece seu *ingenium* do que elementos que têm potência para fortalecê-lo, embora o desejo de “*união que poderia dar pra gente força*” (Pedro) esteja sempre presente em suas narrativas. No entanto, foi possível perceber que a ideia de direito ao território de vida é um elemento comum.

6.4 A IDEIA DE DIREITO À TERRA E ÀS ÁGUAS COMO ELEMENTO UNIFICADOR DAS AÇÕES DE RESISTÊNCIA

6.4.1 De morador a forasteiro: sob os auspícios da lei

A história, a localização geográfica e a organização comunitária no território a partir da atividade da pesca favoreceram a construção de significados em torno das expressões “morador” e “lugar”, que ganham conteúdo a partir das características próprias de cada território. Vimos muito presente a oposição morador/forasteiro, baseada menos no fato de ter nascido no lugar e mais no movimento comum ou não de tecer a vida nesses espaços. Essa oposição se diferencia em intensidade e constância nos territórios analisados. Enquanto na Pedra do Sal as dinâmicas de (re)produção da vida sempre foram afetadas pela ameaça constante da espoliação e pelo uso da violência, Bitupitá passou a experimentar essas ameaças, ainda de forma branda, na última década e, em sua história, sempre se afirmou como uma vila de pescadores. Mas a ideia de direito à terra e às águas se encontra presente nas duas comunidades.

A Pedra do Sal é o fim da linha sabe? Depois daqui só tem mar e mangue. Muita gente esquisita passa por aqui. Alguns forasteiros chegam aqui se dão bem com a comunidade e ficam, fazem parte entendem? Outros querem ser mais, pegar terra, construir casas bonitas para passar férias, mas não pensam no lugar, na comunidade. (Fábio)

Os gringos pensam que podem chegar aqui e mandar na gente, expulsar os moradores do seu lugar. Não é assim! Nós tamo aqui há muito tempo... (Martins)

Eles não podem vir aqui e colocar os kite pra espantar nossos peixes. Não têm esse direito! (José)

Quando falam de “forasteiros” os pescadores não se referem apenas a pessoas, mas também a grupos, agentes e empreendimentos que afetam significativamente a configuração do trabalho e dos espaços vividos em terra e mar. Essa compreensão passa, portanto, pelas relações travadas, afetos suscitados e os efeitos destes na relação com o território, com o trabalho e com a vida comunitária. Assim, a construção dessa concepção acompanha a própria dinâmica de transformação das relações e dos sujeitos.

Percebemos que a expressão mais significativa dessa oposição morador/forasteiro se refere à constatação da supressão e/ou do não reconhecimento de direitos daqueles que há séculos se confundem com o próprio território. Emergindo como uma ideia de direito à terra e às águas, apresentando-se como forte componente unificador dos movimentos de luta e resistência, como o que promoveu a expulsão dos “gringos” que tentaram ocupar uma faixa de praia em Bitupitá; a resistência à expulsão de suas terras que a comunidade da Pedra do Sal empreende até hoje contra a “família dos Silva”; a “guerra da lagosta” em Icapuí (CE); e o conflito com a Petrobras, na Baía da Guanabara e em tantos outros lugares desse país onde as questões socioambientais estão presentes

Essa ideia do direito ao espaço de (re)produção da vida, agrega corpos e mentes em defesa do território pesqueiro fortalecendo o sentimento do comum, pois se trata de um movimento que explicita uma condição onde todos são efeitos particulares de uma mesma causa. Na Pedra do Sal, no entanto, a ideia de direito à terra e às águas, embora presente, encontra-se atravessada por uma dinâmica diferente, que parece fragilizar de forma mais contundente o sentimento do comum. Nela, os moradores é que são representados como invasores pelos “donos da terra”, e essa representação tem um fundamento legal, ou seja, é legitimada pela lei.

A “família dos Silva”, que se autodenomina proprietária da ilha, imprimiu nas relações de dominação a noção de que as famílias que lá habitam há 200 anos são os “forasteiros”. Embora ninguém tenha o título das terras, essa família de políticos tradicionais do Piauí continua vendendo glebas de terra e ameaçando de expulsão as famílias de moradores, como aliás, sempre o fizeram. Impondo o medo como estratégia de dominação do território e de quebra do sentimento do comum para viabilizar a venda das terras e a privatização dos recursos naturais.

Apresentam-se e são reconhecidos por muitos como benfeitores, homens de compaixão, que recompensam os obedientes ao permitir que aquelas famílias ocupem

suas terras e perseguem aqueles que não se deixam intimidar. A política de afetos ali empreendida revela seu aspecto mais perverso quando corrói as redes de sociabilidade baseadas na cooperação e fomenta a competição, anunciando-a como suposto mecanismo de crescimento de pessoas, grupos e valorização do território.

Aqui, aparece a contradição que constitui o afeto medo. Ao mesmo tempo em que ele pode promover a união para enfrentar o perigo comum que vem do mar, das relações, e permite a compaixão, também é o afeto mais potente na quebra do sentimento de comum, pois coloca os sujeitos na passividade, na submissão que afasta as possibilidades de conformação de um corpo político forte e organizado.

E o medo/temor não é atual. A dominação exercida pela “família dos Silva” é contada como “um tempo de coronelismo” que se instalou na ilha há quase um século, como se percebe nas narrativas:

[...] Era um poderio muito grande e escravizava as pessoas. (José)

[...] Essa comunidade nunca foi respeitada. A família dos Silva não deixava a gente construir casas de tijolo e telha. Era de palha, só envarada e muitas caíam nos temporal. Mas, muita gente aqui fazia o que eles queriam porque tinha medo. (Rui)

[...] um homem lá de Teresina, num sei se é juiz... disse que a Igreja Católica tinha dado as terras pra família dos Silva CRIAR. Não deu as terras pra se apossar, vender... (João)

[...] Mas, a família dos Silva tinha jagunço pra matar porco, ameaçar pescador, intimidar, derrubar casas... e apossou dessa ilha e eu desafio qualquer um a dizer e me mostrar um pé de pau, nem que seja de cansação que a família dos Silva plantou aqui. Nunca fez nada por aqui. (Carlos)

[...] Eles se apossaram das terras assim: eles pegaram meu padim véi João Severo...meu pai ainda falou assim: “cumpade num vá mais eles!” O Dr. João e Dr. Alberto levaram dizendo que ia fazer a casa do véi e ele assinou um documento. Eles nunca fizeram a casa e ficaram com as terra. (Antônio)

A família deles é os culpado da gente viver como vive hoje. Porque dificilmente aqui tinha alguém que não fosse sujeito a eles. (Francisco)

[...] mas eu ouvi falar em uma reunião aqui que eles não eram os donos da terra. (Nonato)

Eles entendem que o encontro com a “família dos Silva” produziu e ainda produz dominação, esfacelamento das relações comunitárias e supressão de direitos; mas também impulsionou a busca pelo conhecimento e a construção de estratégias de enfrentamento:

Hoje eles não faz mais isso de derrubar casa e porquê? Porque eles sabem que não podem fazer isso! Hoje a gente endurece e não deixa. Eles não são dono. As leis existem e eu nunca estudei, mas, tenho ouvido pra ouvir e aprender. (José)

Embora, legalmente, a “família dos Silva” seja reconhecida como dona das terras da Pedra do Sal, os moradores se recusam a legitimar esse reconhecimento. Afirmam que estão aqui há muito mais tempo e que foram e continuam sendo vítimas de manobras de expropriação. Além disso, apontam que esse é um aspecto que divide a comunidade, pois a violência impôs o medo:

[...] isso dividiu a comunidade, porque até hoje ainda tem gente que vive com medo deles. Não reconhece que tem direitos. Vive achando que se eles chegarem com a chibata pra bater no lombo eles tem de se abaixar pra pegar a chibatada. (João)

Existe a compreensão de que as relações estabelecidas dentro do território entre pescadores, posseiros, turistas, empreendimentos instalados e poder público sempre foram tensas, desiguais e contribuíram para que a comunidade tivesse um cotidiano marcado por uma frágil organização em torno de seus objetivos. As famílias se dividem e subdividem em grupos políticos, clãs, com interesses e intenções distintas, o que impossibilita, para os sujeitos da pesquisa, a “união” entre os moradores que, segundo eles próprios, seria capaz de reverter a sensação de insegurança e a angústia dela derivada:

[...] É tanta luta, tanta confusão que eu temo pelo futuro dos meus netos! Porque pela situação que a gente tá vendo hoje...cada qual diz que é dono disso aqui e ninguém sabe quem é dono e todo mundo tá dizendo que é dono. A gente num vê por aí... na televisão? Tantos juiz que manda despejar um monte de gente? Um gringo desse, que sei lá de onde veio, chegou, comprou isso aqui... quando da fé ele quer e paga um juiz pra fazer o despejo né...a gente só pode temer! (Raimundo)

Ao mesmo tempo em que não acreditam na lei, temem a chegada dos forasteiros. Mas os pescadores da Pedra do Sal também atribuem a alguns encontros com “pessoas que vinham de fora” e que se identificavam com os problemas da

comunidade, o alerta para a supressão de direitos, condição de dominação, importância da defesa do território pesqueiro e possibilidades de exploração sustentável dos recursos do território:

[...] já teve gente que chegou aqui de outras cidades e disse: vocês têm que botarem moral porque vocês são os donos da praia. A praia é de vocês porque vocês são nativos daqui! Vocês não podem deixar chegar aqui os forasteiros pra tirar o sossego e a terra de vocês. E eu acho que tudo que acontece aqui é porque nunca tomaram providência. (Nonato)

[...] tudo começou a mudar quando a gente foi visto. As pessoas iam esclarecendo... (Rui)

Sair da invisibilidade, “ser visto”, significa, nesse caso, ser reconhecido como sujeitos de direito e ter seu sofrimento compartilhado e revelado a mais pessoas com as quais puderam trocar informações, encontros potentes para implementar (re)ações que evitassem o aviltamento de sua dignidade e a tomada por inteiro de seu território de vida. As narrativas afirmam o valor do intercâmbio, do encontro de saberes distintos na constituição do comum. Como nos diz Negri (2010, p. 157) “o valor do intercâmbio é muito importante, é a realidade social comum”.

Neste momento, o Conselho da Pastoral de Pescadores (CPP) busca, junto com a comunidade, provar que o povoamento local é anterior à instalação “dos Silva” no local, com a busca ativa dos registros de nascimento para evitar que o território seja ocupado por grupos estrangeiros dedicados ao turismo imobiliário e à produção de energia eólica; tarefa árdua, uma vez que os registros de nascimento eram raros na comunidade há 80 anos. Por ocasião da pesquisa, descobrimos também em um antigo jornal cearense a descrição da comunidade de pescadores da Pedra do Sal que prova a existência da mesma antes da grilagem das terras.

6.4.2 O mar é outra terra

Mas, o território da pesca implica em um *continuum* terra/mar e o processo se torna ainda mais complexo. O mar é um território fluido, com delimitações pouco definidas para as diferentes modalidades de pesca. Na fluidez do meio aquático, territórios pesqueiros são construídos, regulamentados e manejados em nível formal e informal e em escalas diferenciadas, abrangendo espaços locais, regionais e nacionais.

O ambiente marinho, a distribuição e mobilidade das espécies, suas áreas de ocorrência, o grau de desenvolvimento tecnológico das embarcações e sua autonomia de permanência no mar, são responsáveis por uma divisão em áreas de pesca exploradas por um ou outro tipo de pescaria. Na escala local, pescadores (individualmente ou em grupo) delimitam seus pontos de pesca e seus pesqueiros; por vezes, o acesso ao pesqueiro é controlado por regras sociais e constitui um bem familiar.

No caso de Bitupitá, onde os currais são a modalidade mais executada na atividade da pesca, os mesmos só podem ser construídos em áreas autorizadas pela marinha. Porém, essa medida legal não protege a atividade local da pesca, que também se encontra ameaçada pela presença de barcos de pesca industrial em águas mais profundas que impedem a chegada de grande parte dos pescados às armadilhas costeiras.

Dessa forma, é no processo de apropriação dos recursos que o conflito se instala. Quando diferentes formas de pesca exploram o mesmo espaço marítimo, interferem diretamente na produção do pequeno pescador que, por suas características, possui pouca mobilidade no mar. Verificam-se graves conflitos quando embarcações artesanais e industriais exploram o mesmo espaço marinho, ou quando diferentes artes de pesca artesanal competem pelo território; nesse caso, os “forasteiros” são aqueles que exploram os pesqueiros descobertos pelos artesãos da pesca, ou invadem a área destinada a pequenas embarcações.

Como vimos anteriormente, outras atividades de exploração dos recursos naturais no meio aquático se apresentam como fonte de conflito e ameaçam a pesca artesanal. São elas: a privatização de corpos d’água para a aquicultura, seja do mar ou dos rios, que está em curso desde 2003; a carcinicultura, que tem deixado no mundo inteiro um rastro de violência e insustentabilidade, e representa uma das atividades que mais degrada áreas de manguezais e reduz o habitat de numerosas espécies; intensificação de atividades de mineração, que recoloca o Brasil na condição de exportador de matéria-prima mineral à custa da destruição de recursos naturais e contaminação de mananciais de água, de pescados e da população; a política energética, que intensifica a construção de hidrelétricas, termelétricas e parques eólicos, com alto custo social e ambiental; o turismo e empreendimentos de náutica de lazer; e a descoberta de novas jazidas de petróleo e gás natural (FOLADORI, 2009).

O direito à terra e ao mar é reconhecido pela PNPCT. Mas, como é possível perceber, é constantemente atingido e ameaçado pela racionalidade hegemônica do capital. Para nós, entretanto, é fundamental reconhecer essa ideia como núcleo ativo e unificador das lutas empreendidas, como uma ideia que fortalece o sentimento do comum, elemento potente para a composição de corpos políticos ativos em cenários de conflitos socioambientais.

Além disso, a relação do pescador com o território não obedece a lógica de exploração e de produção em série, produção de descartáveis. O trabalho artesanal mantém uma relação íntima entre os diferentes corpos presentes na natureza, o que Diegues (1983, p. 12) chama de “relação de simbiose com a natureza”. Esses encontros, bons encontros, enchem os moradores de alegria, sentimento de liberdade e respeito à vida, o que fortalece a cada um e a todos, apesar da dureza de suas condições concretas de existência. Como nos diz Francisco:

Desde criança tive que arrancar a vida com a mão nas lagoas, nos cajueiros, nos muricizeiros, nas armadilhas para pequenas aves, tatus, pebas... não foi uma infância fácil. Era uma luta diária para manter-se vivo, mas, apesar de tudo foi uma infância bonita! Seguir livre por aquelas trilhas, poder contemplar e sentir a beleza da natureza que nos cercava e nos dava o necessário para permanecermos na luta diária pela vida, me faz crer que a alegria que me sustenta, vem principalmente da relação visceral com o território. Colher a vida da terra, da lagoa ou do mar com as próprias mãos produz em nós uma sensação de força, coragem e ao mesmo tempo sentimentos de conexão, gratidão e respeito pela natureza que neutralizam um pouco o medo do imprevisível que a arte da pesca produz.

A narrativa desse morador (um dos poucos que conseguiu completar o ensino superior) é recorrente em outras falas, e nos revela que a ideia que anima a luta pela permanência em seus territórios está, indiscutivelmente, inscrita no corpo, ao mesmo tempo singular e coletivo. Pelo poder de afetar e ser afetado pelos elementos da natureza (condicionantes do trabalho da pesca) e pelas diversas formas de vida presentes, o corpo já se tornou, ele mesmo, indissociável do meio em que vive e do trabalho, organizador das práticas sociais — o que, ao contrário do que se prega, demonstra que a relação homem/natureza não se constitui necessariamente uma relação de dominação.

Ao mesmo tempo, essas zonas de afetações também inserem os sujeitos de forma inapelável nas dinâmicas e movimentos de rupturas com esse mesmo meio e trabalho executado por imposição da produção hegemônica destrutiva do capital, que

tenta a todo custo propagar as formas alienantes de vida, produzindo relações, ideias e discursos que transformam o território e os próprios sujeitos em mercadoria, afastando-os de sua própria natureza, e submetendo-os à servidão e ao sofrimento. Por esse motivo, em nossa práxis psicossocial não podemos nos abster da atenção aos mecanismos alienantes impostos pelo capital nas dinâmicas territoriais, laborais, políticas e subjetivas e das estratégias de captura afetiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho nasce do encontro com os pescadores artesanais nordestinos considerados “comunidade tradicional” pelas características de seu *ingenium*, especialmente diferenciado daquele engendrado no/pelo capitalismo. Esses homens e mulheres são alvo frequente do processo destrutivo de acumulação do capital que ameaça suas práticas sociais, sua subsistência, sua saúde e seu território de vida. É possível afirmar que tais conflitos produzem sofrimento psíquico de natureza ético-político que atravessa a construção dos *ingeniuns* com fraco poder político nas arenas de disputa.

Reafirmamos que o elemento motivador dessa pesquisa é a criação coletiva de trilhas para o fortalecimento sociopolítico desses grupos humanos, historicamente ameaçados, explorados, inferiorizados, espoliados e, portanto, submetidos a um sofrimento que os impede de expandir sua potência de vida, porque os coloca na passividade, e só pode ser superado na esfera do comum. Isso exige exercícios vivenciais, reflexivos, teóricos-metodológicos da psicologia social que alcancem a dimensão psicossocial em sua totalidade, pois é nessa dimensão que o sofrimento e a desigualdade se sustentam, apesar de terem sua gênese nas relações desiguais de poder. Nesse sentido, apostamos em caminhos que fortaleçam o sentimento do comum, afeto que preenche de alegria o processo de compleição de uma vida humana, de seres psicossociais e cuja variação determina o grau de liberdade deste ou daquele *ingenium* em relação.

Não falamos de um sentimento comum que afeta todos de maneira igual, criando imagens e ideias superpostas inadequadas à leitura da realidade de cada um e do mundo; isso nos coloca como autômatos. Mas nos referimos a um sentimento do comum singularizado nos encontros, na composição com outros corpos; produto e produtor das relações travadas nos mais distintos contextos sócio-históricos; que permite o reconhecimento do outro como igual em possibilidades de existência, portanto, como potência em ato.

Um afeto que pode devolver o estatuto de humanidade ao oprimido; que tem potência para fortalecer o poder de cada um e de todos ao viabilizar a composição de corpos mais fortes, criativos e livres. Como explica o Mestre Dino:

[...] O que a doutora quis dizer é que quando um se junta com outro não forma um, entende? Cada um vira dois! E aí a gente fica maior, com força.

Defendemos, assim, a tese de que o poder político dos *ingeniuns* depende da variação da força ontológica do sentimento do comum, radicada no *conatus*, sempre presente nas relações entre os seres. Porém, como é singularizado e atualizado nos encontros, não podemos identificar em cada um e a cada momento sua força, forma e intensidade de expressão. Mas é possível analisar os *ingeniuns* forjados pelos afetos, imagens, ideias e cotidianidade que delimitam pensamentos, interesses, ações e paixões duradouras características de determinado grupo/sujeito observando os territórios de afetações.

A ideia de *ingenium*, baseada nos construtos espinosistas oferece-nos a possibilidade de olhar para a totalidade da dimensão psicossocial como campo analítico das dinâmicas de formação de singularidades e grupos. Ela nos remete a uma engrenagem historicamente montada a partir da recorrência e constância de movimentos, imagens e ideias da realidade experienciada que caracterizam formas de pensar, sentir e agir no mundo.

O *ingenium* é uma unidade psicossocial em movimento que não pode ser desprezada e que traz em si, apenas em si, o germe da mudança, do *dever* e da possibilidade de (re)conhecimento de si e do outro. Não se confunde com os processos de identificação/diferenciação presentes na inscrição dos corpos em uma rede sociocultural, mas os abarca porque é forjado nas relações entre os corpos que compartilham uma história, linguagem e memória comuns.

Os territórios de afetações compartilhados moldam mentes e corpos através do costume, e podem ser compostos por bons ou maus encontros cotidianos. Portanto, podem colaborar ou não com a convergência entre os *ingeniuns*, base da política; com a produção de autonomia ou heteronomia; com a recusa ao servir. Propomos, então, o mapeamento da produção afetiva/imagética desses territórios analisados em função do horizonte ético-político da liberdade, imanente as potências em ato.

O trabalho artesanal se apresenta como território comum de afetações mais potente para o fortalecimento do sentimento do comum, pois, acima de tudo, (re)coloca a todos como potências, irremediavelmente, importantes no ato de tecer a arte da pesca. Atividade responsável, ainda, pela organização dos tempos e espaços de vida, o trabalho artesanal abre caminhos para relações mais simétricas, baseadas

na confiança, às vezes na cumplicidade e na produção de conhecimento contínua de si e dos outros elementos do território. Também se apresenta como resistência ao trabalho alienado e, por isso, alimenta a imagem de homens libertos com seu saber/fazer de pescaria.

Mas, por não se configurarem como uma bolha dentro da história da sociedade brasileira e do sistema capitalista de produção, são atravessados por conflitos gerados entre *ingeniuns* com diferentes interesses, paixões e lógicas de organização da vida. A espoliação, a violência que ameaça sua (re)produção de vida, é inegável, assustadora e marcante — o que confere aos conflitos o status de elemento promotor e/ou agudizador de sofrimento de natureza ético-política.

Foi possível observar que, em uma comunidade de pescadores na qual esses conflitos ainda não estão instalados, como é o caso de Bitupitá (CE), o sentimento do comum se apresenta de forma mais intensa na defesa de um modo de vida que não adere, completamente, às normativas do neoliberalismo e aos apelos da acumulação do capital. Mas, na Pedra do Sal (PI), o sentimento de comum se fragiliza diante de estratégias eficazes da “acumulação por espoliação”, restam poucos esforços de resistência e luta. A comunidade de pescadores, despossuída de poder político e financeiro, é cada vez mais afastada do processo decisório de sua própria (re)produção psicossocial. Esses atores sociais tendem a não se reconhecerem, pois o lugar está se reconfigurando segundo necessidades externas — hoje, de turistas e da produção de energia eólica; antes, da ambição de uma família que se diz dona das terras e as colocou à venda.

O sofrimento dos pescadores é claramente ético-político, por ser determinado pelas relações desiguais de poder, por reproduzir a subalternidade que reduz a potência de ação, de resistência. O sofrimento deles está associado aos sentimentos de desvalorização, inferioridade, desamparo, abandono, medo. Uma política ideológica dos afetos que separa, enfraquece, quebra, corrompe o tecido comunitário e aprisiona as pessoas à reatividade. O conflito socioambiental foil e, portanto, um elemento central na configuração das relações no povoado da Pedra do Sal.

Encontramos, no entanto, significações comuns circunscritas no mundo do trabalho artesanal, nesses dois territórios: i) o trabalho artesanal, trabalho-arte, como elemento chave para a organização do *ingenium* da pesca. Um trabalho regido pela ética-estética da arte que resiste ao trabalho alienado e que organiza toda vida individual e coletiva; ii) a ideia de direito ao território com o qual se relacionam

intimamente para a (re)produção do cotidiano; iii) a liberdade de criação e de autorregulação no exercício do trabalho como característica do “ser pescador”. Pescador(a) que se reconhece como classe trabalhadora, por mais que o contexto sócio-histórico brasileiro lhes negue essa condição e os submeta à tutela do Estado e à exploração indiscriminada de seus territórios.

Esses elementos também se encontram presentes em vários outros estudos de natureza e disciplinas diferentes que abordam a cultura pesqueira artesanal marítima já indicados aqui, o que nos indica que o *ingenium* da pesca artesanal traz essas características duradouras em sua constituição, uma unidade que conforma modos de pensar, sentir e agir no mundo que determina tanto os movimentos de resistência quanto de servidão. Uma unidade que está sendo confrontada e corre o risco do total esfacelamento pela violência com que se lhe impõe os interesses do capital. Ao mesmo tempo, unidade que precisa ser superada, precisa movimentar-se, ampliar-se e reconstruir-se, caso contrário ficará presa no simulacro de igualdade criado pela reificação da identidade.

Esse confronto entre *ingeniuns* desiguais em poder se coloca como antagônico às significações que preenchem o sentimento do comum ao combater a ideia de direito ao território com a atribuição de incompetência para gerir os recursos naturais e se autorregular, afirmando-os como inferiores, primitivos e atrasados; ao não reconhecer e valorizar o trabalho-arte, regido por outra lógica que não a do lucro máximo; e ao colocar a ideia de liberdade como sinônimo de preguiça e indolência para valorizar o trabalho alienado na pesca industrial, na aquicultura, no turismo e em outras atividades produtoras de mais valia.

Essa luta entre *ingeniuns* antagônicos e, exponencialmente, desiguais tem colocado em risco não apenas a cultura pesqueira marítima, mas os bens naturais comuns (essenciais à manutenção da vida de todos) e o direito natural de viver conforme lógicas e necessidades próprias, ou seja, de ser livre. Nesse sentido, apostamos nos elementos que configuram o trabalho artesanal da pesca: resistência ao trabalho alienado, relações mais simétricas baseadas na cooperação, conhecimento e defesa dos ciclos de vidas presentes no território, a ideia de direito ao espaço em que habitam como território de afetações que concorre para a fortalecimento do sentimento do comum nos *ingeniuns* em relação.

Defendemos que a potencialização do sentimento do comum se desdobra em uma função ética, que implica solucionar os conflitos tendo como horizonte a ideia de

humanidade, e em uma função política, que é a apropriação do interesse comum como interesse pessoal. As trilhas ainda estão sendo desbravadas, não se esgotam aqui. Esperamos, no entanto, que os desdobramentos dessas análises continuem a fomentar espaços de circulação do sentimento do comum, para o aprimoramento de nossas relações e consequente redução das desigualdades/injustiças sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J. C. **Capítulos de história colonial**. Rio de Janeiro: Livraria Briguet, 1969.

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais. O caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos avançados**, UFRJ, v. 24, n. 68, 2010.

ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.

ALONGI, D. M. Present state and future of the world's mangrove forests. **Environmental Conservation**, v. 29, n. 3, p. 331–349, 2002.

ALVES, V. E. L. As bases históricas da formação territorial piauiense. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 55-76, jul./dez. 2003.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2007.

ARAÚJO, A. G. P. **Modos de saber, fazer e viver**: uma etnografia dos 'guardiões de currais' da praia de Bitupitá (Barroquinha-CE). 2013. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2013.

BALANDIER, G. **As dinâmicas sociais-sentido e poder**. São Paulo: Difel, 1976.

BARRETO, E. S. Crise ambiental e a Ciência Econômica: uma crítica à teodiceia do capitalismo verde. In: ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL PARA O REALISMO CRÍTICO. XII Conferência Anual, 2009. Niterói. Realismo e Emancipação Humana. Um outro mundo é possível?, 2009. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/96944342/Crise-ambiental-e-ciencia-economica>>. Acesso em: 31 out. 2018.

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2005.

BEDINELLI, T. Povos tradicionais terão políticas adaptadas. In: GRZEBIELUKA, D. Por uma tipologia das comunidades tradicionais brasileiras. **Revista Geografar**. Curitiba, v. 7, n. 1, p. 116-137, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.ser.ufpr.br/geografar>>. Acesso em: 04.12.2016

BORDA, F. Orígenes universales y retos actuales de la IAP. **Peripecias**, n. 110, 2008. Disponível em: <<http://www.peripecias.com/mundo/598FalsBordaOrigenesRetosIAP.html>>. Acesso em: 21 mai. 2016.

BORGES, J. C. L. Sustentabilidade econômica da atividade pesqueira em Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, v. 43, n. 2, p. 401-414, out. 2009.

BORGES, J. F. **Os Senhores das dunas e os adventícios d'além-mar**: primeiros contatos, tentativas de colonização e autonomia tremembé na Costa Leste-Oeste – séculos XVI e XVII. 2014. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

BOVE, L. **Espinosa e a psicologia social**: ensaios de ontologia política e antropogênese. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias. **Povos e Comunidades Tradicionais e Específicas**. Brasília, 2007.

_____. Presidência da República. **Decreto de 13 de julho de 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10884.htm. Acesso em: 15 mai. 2015.

_____. Presidência da República. **Lei 11959/09. Código de Pesca**. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11959.htm. Acesso em: 25 out. 2016.

_____. Ministério do Planejamento, orçamento e Gestão. Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Governabilidade e pobreza no Brasil**. Brasília, DF, 2017.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6040-7-fevereiro-2007-550693-publicacaooriginal-66733-pe.html>>. Acesso em 15.12.2016

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2015. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pa>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

BROWN, S.; STENNER, P. Spinoza and Affect. In: _____. (orgs.). **Psychology without foundations**: History, philosophy, and psychosocial theory. Londres: Sage, 2009, p. 109-132.

CALLOU, A. B. F. **A voz do mar: construção simbólica da realidade dos pescadores brasileiros pela missão do cruzador “José Bonifácio” (1919-1924).** 1994. Tese (Doutorado em Ciências de Comunicação) Curso de Pós-Graduação em Ciências de Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. **Extensão rural: polissemia e memória.** Recife: Bagaço, 2007.

CAMPOS, A. A., et al. (orgs.). **A Zona Costeira do Ceará.** Diagnóstico para a Gestão Integrada. Fortaleza: Editora Pouchain Ramos, 2003.

CANÊDO, L. B. **A revolução industrial.** 3.ed. São Paulo; Campinas: Atual Ed./Unicamp, 1987.

CARPINELLI, L. O *Conatus* em Espinosa e a *Todestrieb* de Freud: uma antinomia ontológica ou puramente imaginativa?. **Cadernos Espinosanos / Estudos Sobre o século XVII**, n. 26. São Paulo: Departamento de Filosofia da FFLCH-USP, 1996-2012. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/df/espinosanos>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). **Anuário Estatístico do Ceará**, 2016. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br/>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

CHAUI, M. **Desejo, paixão e ação na ética de Espinosa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. Espinosa: poder e liberdade. In: **Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx Boron**, CLACSO, Conselho Latino Americano de Ciências Sociais. Departamento de Ciências Políticas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/filopolmpt/06_chau.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2017.

_____. **Política em Espinosa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história de Severina.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

COSTA LEÃO, L. G. Psicologia do Trabalho: aspectos históricos, abordagens e desafios atuais. **Estudos Contemporâneos de Subjetividade**. v. 2, n. 2, 2012.

CRUZ, R. de C. **Política de Turismo e Território.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001 (Coleção Turismo).

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEJOURS, C. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

DESCARTES, R. **As paixões da alma**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Col. Os Pensadores)

DIEGUES, A. C. A. **O mito moderno da natureza intocada**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB: USP, 2004.

_____. (org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB-USP, 2000.

_____. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DINIZ, R. **Experiências de vida e a formação do compromisso pró-ecológico**. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia) Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2015.

DOURADO, J. J. **Os jangadeiros** – romance. Fortaleza, [s. n.], 1952.

DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo**: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo? São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DUAYER, M.; ESCURRA, M.; SIQUEIRA, A. A ontologia de Lukács e a restauração da crítica ontológica em Marx. **Katál**, v. 16, n. 1, p. 17-25, 2013.

ENGELS, F. **A Dialética da natureza**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

ESPINOSA, B. **Tratado Político**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. **Tratado Teológico-Político**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FANNON, F. **Los condenados de la tierra**. Paris: François Maspero, 1961.

FARIAS, A. C. S et al. **Cadeia produtiva da pesca no interior do Delta do Parnaíba e área marinha adjacente**. Fortaleza: RDS, 2015.

FOLADORI, G. **O metabolismo com a natureza**. Crítica Marxista, 2001.

_____. Sustentabilidade ambiental y contradicciones sociales. **Ambiente & Sociedade**, v. 5, p. 19-34. 2009

_____. Marxismo e meio ambiente. **Revista de Ciências Humanas**, v. 25, p. 82-92, 1999.

FOSTER, J. **A ecologia de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

FRANCO, T. **Trabalho alienado**: habitus & danos à saúde humana e ambientais (O trabalho entre o céu, a terra e a história). 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

FRANCO, J. L. de A.; DRUMMOND, J. A. **Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia del oprimido**, 10. ed. Buenos Aires, Ed. Siglo XXI, 1973.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil**. Dado proferido em palestra no Centro de Pesquisa e Formação do Sesc, em 12 set. 2017. Disponível em: <<https://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php>>. Acesso em: 03 abr. 2018.

FUNES, E.A. Negros no Ceará. In: SOUZA, S. (org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2000, p. 103-132.

GONÇALVES, C. P. (org.). **O desafio ambiental**. (Os porquês a desordem mundial), Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOTTDIENER, M. O debate sobre a teoria do espaço. In: PEREIRA, S. R. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1993, p. 120-158.

GUIMARÃES, G.T.D.(org). **Aspectos da teoria do cotidiano**: Agnes Heller em perspectiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

HABEGGER, S; MANCILA, J. **El poder de la Cartografía Social en las prácticas contrahegemónicas o La Cartografía Social como estratégia para diagnosticar nuestro territorio**. 2006. Disponível em: <http://areaciaga.net/index.php/plain/cartografis/car_tac/el_poder_de_la_cartografia_social>. Acesso em: 19 mai. 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HARVEY, D. Neoliberalismo como destruição criativa. **Interfaces**, v. 2, n. 4, p. 1-30, 2007.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HELLER, A. **Sociología de la vida cotidiana**. Barcelona: Península, 1977.

HOBBS, T. **Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

JAUQUET, C. **A unidade do corpo e da mente**: afetos, ações e paixões em Espinosa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

KOSIK, K. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1963.

LACERDA, L. D. Manguezais florestas de beira-mar. **Ciência Hoje**. v. 3, p. 63-70. 1984.

LANE, S. T. **A psicologia social**: uma nova concepção de homem para a psicologia. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1968.

LOUREIRO, V. R. **Os parceiros do mar**: natureza e conflito social na pesca da Amazônia. Belém: CNPq/Museu Paraense Emílio Goeldi, 1985.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais em Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACHADO, R. **Deleuze, a arte e a filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MAIA NETO, G. de A. Unidades de conservação de proteção integral. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n. 2342, nov. 2009. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/13932/unidades-de-conservacao-de-protecao-integral>>. Acesso em: 10 out. 2014.

MALDONADO, S. C. **Mestres e Mares: espaços e dificuldades na pesca marítima**. 2ª ed. São Paulo: ANNABLUME, 1993.

_____. **Pescadores do mar**. São Paulo: Ática, 1986.

MARCÍN, L. R. A. **El concepto de ingenium en la obra de Spinoza: análisis ontológico, epistemológico, ético y político**. 2008. Tese (Doutorado em Filosofia). Universidade de Salamanca, Salamanca, 2008.

MARTÍN-BARÓ, I. **Hacia una psicología de la liberación**. Madrid: Editorial Trotta, 1998.

MARTINS, S. S. S. et al. Produção de petróleo e impactos ambientais: algumas considerações. **HOLOS**, ano 31, v. 6, 2015.

MARX, K. **O capital**. V. I, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 2 v.: 966p.

_____. Manuscritos econômico-filosóficos In: FERNANDES, F. (org.). **Marx/Engels história**. São Paulo: Ática, 1983, p. 146-180.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MEIRELLES, A. J. A; SILVA, E. V; THIERS, P. R. L. Os campos de dunas móveis: fundamentos dinâmicos para um modelo integrado de planejamento e gestão da zona costeira. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 20, p. 101-119, 2006.

MELLO, A. F. **A pesca sob o capital**. Belém: Editora da UFPA, 1985.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.

MILLER, C.; ILES, A.; JONES, C. The social dimensions of energy transitions. **Science as Culture**, v. 22, n. 2, p. 135-148, 2013.

MONTERO, M. **Hacer para Transformar: el método em la psicología comunitária**. Buenos Aires: Paidós, 2007.

MORAES, A. C. R; COSTA, W. M. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

NEGRI, A. Economia do conhecimento e a Constituição do Comum. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CAPITALISMO COGNITIVO, 2., out. 2005, Rio de Janeiro. **Conferência Inaugural**. Rio de Janeiro. Organizado pela Rede Universidade Nômade e pela Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS). 2005.

_____. El comunismo: algunos pensamientos sobre el concepto y la práctica. In: HOUNIE, A. (org.). **Sobre la ideia del comunismo**. Buenos Aires: Paidós, 2010, p. 37-61.

NETO, J. D. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros marinhos no Brasil**. Brasília: Ibama, 2003.

NEVES, B. A. C. Os jangadeiros de Vargas: reflexões acerca das viagens reivindicatórias de jangadeiros cearenses. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011, p. 1-11. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300671865_ARQUIVO_Berenic eAbreuANPUH2011-OsjangadeirosdeVargas.pdf>. Acesso em: 06 set. 2017.

PAIVA, M. P. **Administração pesqueira no Brasil**. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

PAIVA, V. S. F. Psicologia na Saúde: Sociopsicológica ou Psicossocial? Inovações do Campo no Contexto da resposta brasileira à Aids. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 3, p. 531-549, 2013.

PARKER, I. **Revolução na Psicologia: da alienação a emancipação**. Campinas: Editora Alínea, 2014.

PASSET, R. A co-gestão de desenvolvimento econômico e da biosfera. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, n. 1, p. 47-62, 1994.

PAUGAM, S. **Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo: Educ & Cortez, 2003.

PAULA, M. **Espinosa e Marx: a potência do pensamento e a inteligibilidade do real**. Cadernos Espinosanos, 2014.

PIAUI. Ministério Público do Estado do Piauí / Curadoria do meio ambiente. **Ação Cautelar inominada com pedido de liminar contra o Estado do Piauí e World Ecologic Center projetos turísticos e ecológicos S/A, nome de fantasia, Ecocity Brasil**. Disponível em: <<http://www.mppi.mp.br/internet/phocadownload/artigos/1168.doc>>. Acesso em: 25 set. 2015.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

RAMALHO, C. W. N. **Pescadores artesanais e o poder público**: um estudo sobre a colônia de Pesca, de Itapissuma, PE. 1999. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia Rural). Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 1999.

_____. Estética marítima pesqueira: perfeição, resistência e humanização do mar. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 1, 2010.

_____. Estado, pescadores e desenvolvimento nacional: da reserva naval à reserva aquícola. **Ruris**. v. 8, n. 1, mar. 2014.

RIO, João do. **As religiões do Rio**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1951.

RIOS, A. **Dragão do mar e seu tempo**. Fortaleza: Livro Técnico, 2001.

ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. **Comportamento organizacional**. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

SANT'ANNA, L. L. Bem-estar no trabalho: relações com estilos de liderança e suporte para ascensão, promoção e salários. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 16, n. 5, p. 744-764, out. 2012.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. J. Em cena: quatro homens numa jangada. A luta por direitos dos jangadeiros dos cearenses em 1941. **Projeto História**, São Paulo, n. 39, p. 339-349, jul./dez. 2009.

SAWAIA, B. B. O sentido ético-político da saúde na era do triunfo da tecnobiologia e do relativismo. In: GOLDENBERG, P.; MARSIGLIA, R. M. G; GOMES, M. H. A. (orgs.). **O Clássico e o Novo**: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, p. 83-94.

SAWAIA, B. B. **As Artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. São Paulo: Editora Vozes, 2011, p. 99-119.

_____. Exclusão ou Inclusão perversa? In: SAWAIA B. B. (org.). **As artimanhas da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 7-13.

_____. **A consciência em construção no trabalho de construção da existência**. 1987. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.

_____. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. Florianópolis. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, set./dez., 2009.

SAWAIA, B. B.; MAGIOLINO, L. L. S. As nuances da afetividade: emoção, sentimento e paixão em perspectiva. In: BANKS-LEITE, L.; SMOLKA, A. L. B.; ANJOS, D. D. (orgs.). **Diálogos na perspectiva histórico-cultural**: interlocuções com a clínica da atividade. Campinas: Mercado das Letras, 2016.

SELIGMANN-SILVA, E. **Desgaste mental no trabalho dominado**. São Paulo: Cortez, 1994.

SILVA, A. F. C.; FERREIRA, A. O imobiliário-turístico e o nordeste brasileiro: dinâmicas econômicas e urbanas sobre o litoral. **Revista Geográfica De América Central**, v. 2, n. 47E, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/3176>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

SILVA, A. F. C. **O litoral e a metrópole**. Dinâmica imobiliária, Turismo e Expansão Urbana na Região Metropolitana de Natal-RN. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

SILVA, M. G. Sustentabilidade socioambiental e a retórica neodesenvolvimentista: apontamentos sobre meio ambiente e saúde no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 123, p. 428-446, jul./set. 2015.

_____. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**: um desafio ético-político ao serviço social. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, G. G. H. A importância das unidades de conservação na preservação da diversidade biológica. **Revista LOGOS**, Rio Claro, n. 12, p. 141-142, 2005.

SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya Editora Ltda., 2015.

SPURCK, J. A noção de trabalho em Karl Marx. In: MERCURE, Daniel; SPURCK, Jan (org.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 189-211.

TASSARA, H.; LINSKER, R. **O mar é uma outra terra**. São Paulo: Terra Virgem, 2005.

VASCONCELOS, E. M., **Abordagens Psicossociais**: história, teoria e trabalho no campo. v. 1. São Paulo: HUCITEC, 2009.

VASCONCELOS, F. P.; CORIOLANO, L. N. M. T. Impactos Socioambientais no Litoral: um foco no turismo e na gestão integrada da zona costeira no estado do Ceará. **Revista da Gestão Costeira Integrada**. v. 8, n. 2, p. 259-275, 2008.

VERÁS, M.P.B. **DiverCidade, territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo**. São Paulo: EDUC, 2003.

VIEIRA, P. F. Gestão patrimonial dos recursos naturais: construindo o ecodesenvolvimento em regiões litorâneas. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Desenvolvimento e natureza**: um estudo para uma sociedade sustentável. Recife: Massangana; São Paulo: Cortez, 1995, p. 293-322.

VILLAR, F. **A missão do Cruzador “José Bonifácio”**: os pescadores na defesa nacional – a nacionalização da pesca e a organização dos seus serviços. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Limitada, 1945.

WRASSE, D. O ato radical: um estudo sobre as finalidades e as afetações políticas. In: SAWAIA, Bader et al. **Afeto e comum**: reflexões sobre a práxis psicossocial. São Paulo: Alexia, 2018, p. 61-81.

XAVIER, P. P. **O dragão do mar na “terra da Luz”**: a construção do herói jangadeiro. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2010.

ZHOURI, A. A Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 23, n. 68, out. 2008.

ZIMMERMANN, S. A política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais: entre conflitos e conquistas. **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 24, mar. 2009. Disponível em: <http://oppa.net.br/artigos/portugues/art_oppa_024-03_2009-silvia_zimmermann.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2015.